



Mariana Mesquita e Santos

# ***Os media e a política externa dos EUA***

## **O caso da intervenção na Líbia em 2011**

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e Segurança, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre  
Coimbra, 2013



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



**FEUC** FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Mariana Mesquita e Santos

# ***Os media e a política externa dos EUA***

## **O caso da intervenção na Líbia em 2011**

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, na especialidade de Estudos da Paz e  
Segurança, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do  
grau de Mestre

Orientadora: Doutora Teresa Cravo

Coimbra, 2013

**Imagem da capa disponível em:**  
<http://foreignpolicyblogs.com/2013/07/25/hippocratic-oath-for-us-foreign-policy/>

## **Agradecimentos**

Com toda a sinceridade e de coração cheio, o meu muito obrigado

À minha orientadora, Doutora Teresa Cravo, pelo rigor e exigência com que dirigiu este trabalho orientando-me sempre pela ambição de fazer mais e melhor.

À Doutora Ana Teresa Peixinho pela total disponibilidade, cuidado e apoio com que me recebeu e que se revelaram fundamentais para esta dissertação.

Ao núcleo de professores de Relações Internacionais pela dedicação única que empenham na Licenciatura e Mestrado que faz deste um curso de excelência e que hoje me dá a certeza de ter recebido a melhor formação.

À Doutora Raquel Freire pelo trabalho excepcional que fez no Seminário de Acompanhamento e que possibilitou um ambiente de colaboração e entreajuda sem igual, fundamental para cada um de nós.

À Embaixada dos EUA em Portugal, em especial à Dra. Teresa Roque, pela total colaboração, disponibilidade e simpatia.

Aos meus colegas de Mestrado pelo tanto que me deram a aprender, de uma forma ou de outra, todos, sem exceção, colaboraram neste trabalho.

Aos amigos que tornaram este percurso tão feliz, todos os dias.

Aos pais e à mana, pedra basilar, força e exemplo.

E a Ti, lá em cima, porque nunca estive sozinha.

**Can an Ethiopian change his skin or the leopard his spots?**

**Jeremias, 13: 23**

## Resumo

Nos anos 1990 a Teoria Construtivista introduziu o poder das normas e da identidade no debate das Relações Internacionais. Afastando-se das teorias tradicionais das RI, o seu contributo pós-positivista trouxe para o estudo da Política Externa o poder da identidade e do discurso normativo do Estado na prossecução dos seus objetivos. No estudo dos *media*, a teoria *Agenda-setting* de Maxwell McCombs e Donald Shaw reconhecia a capacidade dos meios de comunicação de influenciar o que pensa e como pensa a opinião pública. O conceito de *framing* associado à teoria *Agenda-setting* defendia ainda que todas as notícias estão inseridas numa determinada realidade social que influencia a construção do discurso. As duas teorias colocaram a tónica no discurso como produtor de significados sociais, e assumem uma relação co constitutiva entre os *media* e a Política Externa, princípios que constituem os alicerces teóricos deste estudo.

De forma a compreender o papel do discurso dos *media* no âmbito de um debate em Política Externa foi revisitado o caso da intervenção na Líbia em 2011, no contexto da Revolução Árabe, que representou um grande desafio para a Política Externa dos EUA e pôs a Administração norte-americana sob um enorme escrutínio público. O debate público sobre o tema permitiu que os meios de comunicação ocupassem um papel mais ativo desse debate e a observação do seu discurso tornou-se relevante. Com a aplicação dos princípios e ferramentas da Análise de Discurso, a análise dos editoriais publicados nas semanas anteriores e seguinte à intervenção militar na Líbia permitiu identificar o domínio de uma narrativa moral que apelava à identidade norte-americana enquanto líderes do mundo. Esta imagem histórica construída pelos EUA enquanto guardiões da democracia e da liberdade no mundo refletiu-se no discurso da imprensa que, por sua vez, contribuiu para a manutenção desse *status quo*.

**Palavras-chave:** Política Externa, *media*, discurso, *Agenda-setting*, intervenção, EUA, Líbia,.

## **Absrtract**

In the 1990s the Constructivist Theory introduced the power of norms and identity in International Relations' debate. Moving away from traditional theories of IR, its post-positivist contribution has brought the power of the state's identity and normative discourse, in pursuit of its goals, to the study of foreign policy. While studying the media ,the agenda-setting theory of Maxwell McCombs and Donald Shaw, recognized its ability in influencing "how" and "what" public opinion thinks. The concept of framing associated with the agenda-setting theory still advocated that every news is embedded in a particular social reality that influences the construction of discourse. The two theories put emphasis on discourse as a producer of social meanings, and assume a co-constitutive relationship between the media and foreign policy principles which constitute the theoretical foundations of this study.

In order to understand the role of media discourse, contextualized in a foreign policy debate, the case on the intervention in Libya, 2011 , within the Arabic Revolution, was revisited. Such case was a major challenge for the U.S. Foreign Policy and put the U.S. administration under enormous public scrutiny. The public debate on the subject allowed the media to have an active participation in the discussion too, thus the observation of its speech became relevant. Applying the principles and tools of discourse analysis, the analysis of editorials published during the preceding and following weeks of the military intervention in Libya, made it possible to identify the domain of a moral narrative that appealed to the American identity, as leaders of the world .This historic image built by the U.S. as guardians of democracy and freedom of the world was reflected in the speech of the press, which contributed to maintain that status quo.

**Keywords:** Foreign Policy, media, discourse, *Agenda-setting*, intervention, USA, Libya.

### **Lista de Acrónimos**

CNT – Conselho Nacional de Transição

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

EUA – Estados Unidos da América

NATO – Organização do Tratado Atlântico Norte (*North Atlantic Treaty Organization*)

ONU – Organização das Nações Unidas

PE – Política Externa

RI – Relações Internacionais

UE – União Europeia

ZEA – Zona de Exclusão Aérea

## Lista de Figuras, Gráficos e Tabelas

Figura 1. Estudos que relacionaram <i>Media</i> e Política Externa .....	31
Figura 2. O modelo de interação das relações <i>Media</i> -Estado .....	42
Figura 3. Regiões com mais referências nas peças .....	71
Figura 4. Mapa Norte de África e Médio Oriente .....	121
Gráfico 1. Evolução do número de peças registadas.....	66
Gráfico 2. Distribuição das referências aos temas .....	67
Gráfico 3. Distribuição por tempo das referências aos cinco principais atores .....	70
Figura 3. Regiões com mais referências nas peças .....	71
Tabela 1. Número de peças por jornal .....	66
Tabela 2. Principais temas referidos nas peças .....	67
Tabela 3. Os quinze atores com mais referências nas peças.....	69
Tabela 4. Vozes oficiais citadas (>1 citação).....	69
Tabela 5. Géneros de narrativas dominantes.....	72
Tabela 6. Tom dominante nas peças .....	72
Tabela 7. Tipos de argumentos dominantes .....	73
Tabela 8. Processos representados no discurso .....	73
Tabela 9. Editoriais em <i>The New York Times</i> .....	114
Tabela 10. Editoriais em <i>The Washington Post</i> .....	115
Tabela 11. Editoriais em <i>New York Daily News</i> .....	115
Tabela 12. Editoriais em <i>New York Post</i> .....	116
Tabela 13. Editoriais em <i>San Jose Mercury News</i> .....	116
Tabela 14. Editoriais em <i>Houston Chronicle</i> .....	116
Tabela 15. Editoriais em <i>Los Angeles News</i> .....	116
Tabela 16. Editoriais em <i>Chicago Tribune</i> .....	117
Tabela 17. Editoriais em <i>Chicago Sun</i> .....	117
Tabela 18. Editoriais em <i>Los Angeles Times</i> .....	117



## Sumário

Introdução.....	1
1. Capítulo 1 – Política Externa .....	9
1.1. Introdução ao estudo da Política Externa .....	9
1.2. A Política Externa norte-americana: Linhas de atuação – a importância da identidade .....	18
2. A Função dos Meios de Comunicação .....	23
2.1. A relação <i>Media</i> -Sociedade-Estado .....	23
2.2. <i>Media</i> e Política Externa .....	27
2.3. Sistemas de Comunicação.....	32
3. Agenda-setting Theory.....	37
3.1. Contextualização histórica e política .....	37
3.2. <i>Agenda-setting</i> : Como surgiu e evoluiu.....	40
3.3. Abordagem a um segundo nível de análise .....	43
3.3.1. O conceito de <i>framing</i> .....	45
4. Introdução ao Estudo de caso .....	49
4.1. A revolta nas ruas árabes .....	49
4.2. O caso da Líbia e a necessidade de intervenção.....	51
4.2.1. O caminho para uma resposta concertada .....	54
5. A Análise de Notícias.....	63
5.1. Metodologia .....	63
5.2. Análise quantitativa dos dados .....	66
5.3. Análise qualitativa dos dados.....	74
5.3.1. Acontecimentos no Médio Oriente .....	74
5.3.2. Atos de Qaddafi .....	77
5.3.3. Medidas/Resposta Internacional.....	81
5.3.4. Intervenção Militar .....	84
5.3.5. A atuação da Administração .....	89
Conclusão.....	99
Bibliografia .....	103
Lista de Editoriais .....	111
Apêndice I. Editoriais e Respetiva análise de conteúdo .....	113
Anexo I. Cronologia.....	118
Anexo II. Revoluções Árabes por ordem cronológica.....	121



## INTRODUÇÃO

Os meios de comunicação social protagonizam um papel central nas Relações Internacionais. A forma como tornam perceptíveis os acontecimentos faz parte de um processo social que os coloca como principais agentes da construção da realidade. A sua capacidade de formular percepções e de promover a discussão política atribui-lhes um poder constante na sociedade.

Sob o formato impresso ou digital, a forma como evoluíram permite-lhes partilhar informação sobre e em qualquer parte do mundo de forma quase instantânea. Hoje os *media* estão intimamente relacionados com os mais recentes fenómenos sociais e continuam a ocupar o principal canal de comunicação entre opinião pública e decisores políticos. O estudo sobre os efeitos dos *media* tem vindo a desenvolver-se ao longo das últimas décadas e encontrou o seu espaço em várias escolas de pensamento. Os *mass media* são a comunicação social ou comunicação de massas, é a comunicação efetuada a grande escala, de forma impessoal, para uso e benefício de um grande, anónimo e heterogéneo número de recetores em simultâneo (Sousa 2006: 54).

A relação triangular que os meios de comunicação mantêm com a opinião pública e com a atividade política protagoniza o objeto de estudo desta dissertação. Em “Os *media* e a Política Externa nos EUA” procura-se compreender a função que desempenham os meios de comunicação no debate político e, mais concretamente no contexto de Política Externa. Na origem deste trabalho está a vontade de cruzar as duas áreas do saber, Relações Internacionais e Comunicação Social, com o intuito de criar novos conhecimentos, formular pensamentos analíticos e críticos e, acima de tudo, procurar contribuir para a investigação das duas áreas.

Maxwell McCombs e Donald Shaw (1972), investigadores na área das ciências da comunicação, desenvolveram uma das mais conhecidas teorias sobre os efeitos das notícias. McCombs e Shaw concluíram que é a cobertura dos *media* que determina as

prioridades do público e a definição da agenda política. Esta teoria – *Agenda-setting*<sup>1</sup> *theory* – baseia-se na relação entre a ênfase que é dada pelos meios de comunicação a determinados temas e o grau de relevância que esses adquirem para o público. Os autores acreditam que os meios de comunicação têm a capacidade de influenciar a opinião do público e que é a opinião pública que vai determinar a agenda.

Esta teoria confirma a perspectiva construtivista sobre o papel dos *media* na construção da realidade social. Nesta dissertação, a utilização da teoria da Comunicação Social “*Agenda-setting*” será aplicada sob os pressupostos da teoria do Construtivismo das Relações Internacionais e ambas constituem os alicerces teóricos de toda a investigação. A utilização das duas teorias deve-se, em primeiro lugar, à necessidade de enquadrar metodologicamente e epistemologicamente as duas ciências sociais em estudo, à necessidade de definir conceitos, clarificar ideias e esclarecer posições que estarão presentes ao longo de toda a dissertação. Partindo da definição de *Agenda-setting* e da premissa de que os meios de comunicação podem protagonizar um exercício ativo na definição da agenda política, este estudo procura compreender a posição dos *media* durante um processo de tomada de decisão em PE. Qual é o discurso dos *media* durante o debate público de uma decisão de PE? Formulam uma posição? Mantêm um *status quo* neutro ou procuram assumir um papel crítico e transformador?

Para responder às perguntas enunciadas será aplicado um estudo de caso que incide num processo de tomada de decisão que gerou muita polémica nos meios de comunicação norte-americanos: o envolvimento militar dos EUA na Líbia em março de 2011. Este processo surgiu no contexto da Revolução Árabe que começou a agitar os países no Norte de África no início do mês de Fevereiro desse ano. Depois das populações em Marrocos, Tunísia e Egito terem sido notícia, os acontecimentos na Líbia acabariam por se desencadear de outra forma. Ao Ocidente chegavam casos de respostas aos manifestantes verdadeiramente atrozés pela ordem do líder do regime, o Coronel Moammar Kadhafi. A Líbia já contava com mais de duas centenas de mortes e a pressão aumentava para uma reposta internacional.

---

<sup>1</sup> Nas referências à teoria será sempre utilizada a terminologia anglo-saxónica “*Agenda-setting*”.

A escolha deste caso deve-se ao debate interno que surgiu sobre um novo envolvimento militar dos EUA no Médio Oriente. Não só a opinião pública estava dividida, como a própria Administração estava dividida e demorou semanas até chegar a um consenso. O facto de ter havido um extenso debate sobre este tema deu espaço aos meios de comunicação de participar no processo de tomada de decisão (Rogers, Dearing e Bregman, 1993), permitindo-lhes apresentar argumentos, escrutinar os desenvolvimentos na Casa Branca e esclarecer os cidadãos norte-americanos. A relevância deste estudo de caso deve-se ainda ao facto de ter decorrido em vésperas de uma nova campanha presidencial para Barack Obama. Obama foi fortemente criticado durante todo o processo e esta era uma decisão polémica que iria pesar na sua nova candidatura, e o Presidente estava certamente consciente disso.

Para analisar o posicionamento dos meios de comunicação durante este processo será feito um estudo dos *media*, utilizando a técnica de análise de discurso. Fairclough (2001: 90) propõe a definição de discurso enquanto “o uso de linguagem como forma de prática social”. Será feita uma análise à forma, conteúdo e discurso das notícias e que será desenvolvido através da proposta metodológica de Isabel Ferin Cunha<sup>2</sup> em “Análise dos Media” (2011). Antes de iniciar um estudo dos *media*, há várias dimensões que devem ser abordadas. A primeira é uma dimensão contextual que diz respeito à corrente de pensamento e aos seus pressupostos, que permite situar o leitor nas discussões teóricas (Cunha, 2011: 48).

O primeiro capítulo é dedicado ao enquadramento das teorias construtivista da Política Externa e da teoria *Agenda-setting*, à sua contextualização enquanto escola de pensamento e ao esclarecimento dos seus enunciados. Deste capítulo teórico faz parte uma introdução ao estudo da Política Externa, crucial para a clarificação do conceito e para a delimitação do seu campo de análise. Sob uma lente construtivista, serão debatidos os conceitos de PE, *media* e sociedade que permitirão perceber em que medida

---

<sup>2</sup> Isabel Ferin de Cunha é Professora na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e tem vários estudos publicados sobre análise dos *media*.

se relacionam estas três dimensões. Pretende-se que no desta introdução teórica seja possível compreender a função que os *media* ocupam na sociedade e no meio político.

Importa clarificar que apesar de este estudo se fundamentar numa teoria sobre o efeito dos *media*, a relação *media*-Estado trata-se de uma relação de interdependência, podendo existir influências de parte a parte. Trata-se acima de tudo de uma correlação em que a ação de ambos exerce efeitos diretos e indiretos no outro. Por opções metodológicas a dissertação debruçar-se-á apenas nos efeitos dos *media* nas decisões do Estado. Considera-se o conceito de influência como a possibilidade de determinar os resultados do comportamento dos outros, sem a restrição ou ampliação de sua liberdade de ação, ou seja, a capacidade dos agentes de determinar parcialmente as ações ou escolhas de outros atores dentro do conjunto de ação ou escolha alternativas disponíveis.

São várias as noções socioeconómicas dos *media* que devem ser tidas em conta para estabelecer as hipotéticas relações entre os padrões da cobertura jornalística e a cultura política dos agentes envolvidos (Cunha, 2011: 48). Em Sistemas de Comunicação serão desenvolvidas informações mais concretas sobre o campo dos *media*, as características do sistema mediático e os perfis de audiência nos diferentes países, que permite concretizar a compreensão das características dos *media* na interação com o Estado.

A segunda dimensão contextual diz respeito ao sistema político e à organização da decisão política (Cunha, 2011: 51). O terceiro capítulo trata-se de um capítulo prático, dedicado ao estudo de caso, onde será possível perceber o desenvolvimento dos acontecimentos, situando-nos primeiro na Líbia e nos acontecimentos enquadrados na Revolução Árabe, e depois nos EUA, onde se desenvolveu o debate em torno da posição norte-americana. Neste capítulo estão presentes os principais contornos da resposta dos EUA aos acontecimentos na Líbia e os fatores que se tornaram mais relevantes para a decisão final, que vão desde a divisão na Casa Branca à liderança norte-americana da Zona de Exclusão Aérea, fruto da Resolução 1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Este tipo de pesquisas têm uma natureza empírica e visam observar e recolher dados de forma controlada, num *corpus* previamente delimitado (Neuman, 2007: 13), isto é, um conjunto de documentos/materiais/textos/ sobre o qual incide a análise. Este *corpus* pode ser delimitado tendo em conta um tema, questões de periodicidade ou volume, mas importa sobretudo a representatividade do material selecionado (Cunha, 2011: 83). Para este estudo de caso serão analisados os editoriais de dez jornais norte-americanos no período de 17 de fevereiro de 2011 a 24 de março de 2011.

A escolha pelo jornal e não por outro meio de comunicação deve-se ao facto deste formato ter revelado ser a fonte com maior capacidade de influenciar ou determinar o que a maioria das pessoas pensa, de estabelecer padrões e o que consideram tratar-se de questões públicas (Brown e Deegan, 1998: 25). Por sua vez, a escolha pelo editorial deve-se ao facto de se tratar de um texto argumentativo que transmite uma visão crítica dos acontecimentos, e por isso ocupa uma função proeminente na construção da opinião pública (van Dijk, 1996: 1). Por sua vez, o período de análise foi definido de forma a incluir peças sobre o despoletar da revolta na Líbia e termina sete dias depois da Resolução 1973 do CS, a 17 de março, de forma a integrar na análise a posição da imprensa sobre essa decisão. Os jornais foram escolhidos segundo o top de jornais com maior audiência local do relatório anual “*State of the news media 2012*” da *Scarborough Research* que combinam dados das versões impressa e digital do ano 2011.

Delimitado o *corpus*, seguir-se-á a análise quantitativa e qualitativa dos editoriais (Cunha, 2011: 81) que vai permitir recolher dados e analisar de forma crítica o conteúdo das peças. Este processo será explicado numa seção metodológica no início do Capítulo 4, dedicado à análise de notícias. A análise de notícias irá permitir, em primeiro lugar, gerar conhecimento sobre a cobertura mediática da intervenção na Líbia e, acima de tudo, permitirá compreender o tipo de discurso adotado pelos *media* durante um processo de decisão em política externa que se revelou crucial para os seus decisores políticos.

Tratando-se de um estudo de caso recente, que relata acontecimentos com dois anos, não há muita literatura sobre os efeitos dos *media* na decisão de intervenção na

Líbia. Ainda assim, já é possível consultar alguns trabalhos sobre o tema. *"The Media War on Libya: Justifying War through Lies and Fabrications"*, de Mahdi Darius Nazemroaya, de 2011, defende que as notícias não fizeram uma avaliação crítica dos acontecimentos na Líbia. Nazemroaya (2011) alega que o exército de Kadhafi disparava contra os rebeldes porque estes tentavam adquirir as armas do seu arsenal.

Em *'The Role of the mass media in armed conflict: A Libyan case study'*, também de 2011, Raeesah Cassim Cachalia critica a falta de notícias sobre assuntos militares como a formação da força armada dos rebeldes, os custos da guerra ou as mais-valias que teria para os estados ocidentais. *"British Newspaper Coverage of the 2011 Libyan Uprising"* de Adriaan Zondag e também do ano 2011, faz uma análise de discurso semelhante mas com incidência na tomada de decisão britânica. *"Media coverage of the Libyan Civil War in the Russia and the USA"* de Alexandra Ibragimova, de 2012, faz uma análise de discurso mais extensa, de oito meses, para uma comparação entre os meios de comunicação nos EUA e na Rússia, onde pretende testar a Teoria da Propaganda de Naom Chomsky.

Para desenvolver esta dissertação, que combina duas áreas das ciências sociais, foi indispensável visitar as obras de autores como McCombs e Shaw (1976; 1979; 1997; 2002; 2004) e as suas inúmeras obras que permitiram desenvolver e fortalecer a investigação da teoria *Agenda-setting*. Entre as contribuições mais relevantes está obviamente o trabalho de Alexander Wendt (1987; 1992) que permitiu fundamentar a análise construtivista. Matthew Baum (2008) e Piers Robinson (2012) constituíram acima de tudo um contributo atualizado e inovador sobre a relação entre os *media* e a Política Externa norte-americana. E por sua vez, para a análise de discurso foi indispensável visitar os vários trabalhos de *van Dijk* (1988; 1995; 1996), Fairclough (2000; 2001), e da Professora Isabel Ferin de Cunha (2011).

Os resultados da análise dos editoriais tornaram evidente um discurso normativo centrado na identidade e prossecução dos interesses norte-americanos. A matriz histórica dos EUA enquanto líderes e responsáveis pelo mundo continua a dominar o discurso e a PE norte-americana e tem-se revelado imune às mudanças de liderança. Em muitas das pesquisas sobre os meios de comunicação existe uma dimensão social com vista a



promover a investigação-ação (Cunha, 2011: 54). O propósito central deste estudo dos *media* é produzir novo conhecimento, gerar novas visões sobre o papel dos *media* no contexto político e possibilitar a aplicação desta análise a outros casos de decisão em Política Externa.



## 1. CAPÍTULO 1 – POLÍTICA EXTERNA

### 1.1. Introdução ao estudo da Política Externa

A análise da Política Externa integrou o debate nas RI sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial. O estudo da PE desenvolveu-se como uma área de investigação inserida na disciplina das Relações Internacionais devido ao seu foco inicial exclusivamente dedicado à conduta das relações entre os Estados e ao seu ímpeto normativo (Alden, 2011: 10).

Nas raízes deste estudo estão três principais trabalhos fundadores – *“Pre-theories and Theories of Foreign Policy”* de James N. Rosenau (1966); *“Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics”* de Richard C. Snyder, H. W. Bruck e Burton Sapin (1954) e *“Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Context of International Politics”* e *“The Ecological Perspective on Human Affairs with Special Reference to International Politics”* de Harold Sprout e Margaret Sprout (1956; 1965). James Rosenau (1966: 99) propunha um modelo científico de exploração sistemática da análise da Política Externa que, a partir de estudos estatísticos, permitiria uma compreensão generalizada do comportamento entre Estados. O legado de Snyder, Bruck e Sapin (1954: 12) destaca o processo de tomada de decisão em oposição aos resultados da política externa. Segundo os autores, para compreender o comportamento dos Estados que está por detrás dos acontecimentos e dos padrões de interação em PE é necessário analisar em primeiro lugar o processo de decisão. Por sua vez, Harold e Margaret Sprout direccionaram o estudo da PE para a sua contextualização sugerindo que os resultados da PE não podem ser compreendidos sem contextualizar as estratégias, decisões e intenções de um Estado (Sprout e Sprout, 1965: 225). Os três estudos convergiam na importância do estudo da PE, sendo que Rosenau destacava o estudo comparativo da PE, Snyder et al. destacaram o processo de tomada de decisão e por sua vez os Sprout destacavam o contexto da decisão em PE (Hudson, 1995: 7).

O conceito de Política Externa pode ser entendido como a soma das relações externas oficiais conduzidas por um ator independente, geralmente um Estado, nas

relações internacionais (Hill, 2003: 1). Se desconstruirmos o termo, a palavra “externa” ou “estrangeira” designa as decisões políticas que têm efeito fora das fronteiras territoriais do Estado, enquanto que “interna”, “doméstica” diz respeito às decisões tomadas para o sistema político do Estado. Um acordo económico com outro país, uma assinatura de um tratado internacional ou uma intervenção militar em território de outro Estado são exemplos de política externa (Beasley et al., 2001: 2).

Por sua vez, a palavra “política” é considerada o produto do governo, diz respeito às ações tomadas pelas instituições governamentais e funcionários do governo. No estudo da política externa quando nos referimos a decisões de países ou Estados estamos a referir-nos às decisões tomadas pelos seus governos que atuam em seu nome (*ibidem*, 4). Contudo, e recuperando a definição inicial, “ator independente” diz respeito não somente aos Estados e seus governos, possibilita a inclusão de outros atores, como a União Europeia, que desenvolvem uma política externa comum.

Por fim, a política é a "soma" dessas relações oficiais, cada ação particular poderia ser vista como uma política externa independente, e considera-se que os atores procuram uma linha condutora coerente nas suas políticas. A ideia de política externa também implica coerência na medida em que tudo o que o ator determina oficialmente a nível internacional faz parte da sua política externa, o que deverá refletir os princípios e valores que a sua sociedade considera universais e que estão relacionados com a forma como procura alcançar os seus principais objetivos (Hill, 2003: 4).

Assim, por Política Externa pode entender-se:

“o conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas ações” (Freire e da Vinha, 2011: 18).

O campo de análise da Política Externa rejeita a visão de que cada decisão é completamente original e por isso é importante encontrar padrões que permitam aumentar a capacidade de previsão das decisões (Beasley et al., 2001: 5). Ao concentrar-se nos diferentes atores e nos diferentes processos e dinâmicas de decisão, a análise de PE permite identificar padrões de decisão únicos e genéricos e gerar entendimentos

sobre os estilos e personalidades de liderança que não podem ser revelados através de uma abordagem sistémica (Mintz e DeRouen Jr., 2010: 5). Cada decisão em PE carrega consigo o peso que a resposta internacional e a pressão pública interna trarão para o decisor. A avaliação dos fatores determinantes para o processo de decisão é crucial para explicar as circunstâncias que influenciam o comportamento dos Estados (Goldstein e Pevehouse, 2006: 127).

O processo de formulação e implementação da Política Externa é complexo, sendo difícil dissociar poder e preferências, motivações internas e pressão externa, num regime onde os atores diretamente implicados estão sujeitos a influência de sectores diferenciados da sociedade e de elites políticas, bem como a outras influências externas, mesmo que de forma indireta (Freire, 2009: 75). Esta relação interno/externo é assimetricamente bidirecional, uma vez que, apesar de estas duas dimensões estarem intrinsecamente ligadas, a relação pressupõe pesos diferenciados. No entanto, e apesar da primazia conferida aos objetivos de Estado, os governantes não estão imunes a dinâmicas diversas a nível doméstico e no plano internacional que limitam ou projetam o prosseguimento destes (*ibidem*, 76).

A Teoria Construtivista trouxe para o estudo da Política Externa o contributo das normas sociais e dos discursos como fundamentais no processo de formulação das dinâmicas associadas à PE e à construção social que lhe está subjacente. Esta dimensão intersubjetiva quebra as barreiras positivistas decorrentes das teorias tradicionais das Relações Internacionais, e que se prendem na sua essência com dimensões objetivas e subjetivas (Alden e Aron, 2012: 26-7). Esta teoria integra o terceiro debate nas Teorias das Relações Internacionais. Durante o período de *interbellum* entre a Primeira e Segunda Guerra Mundial (1919-1939), o domínio dos debates teóricos era feito em torno do Liberalismo – surgia a Sociedade das Nações (SDN), como primeira experiência multilateral supranacional, fortalecendo muitas das aspirações idealistas. Ainda no mesmo contexto histórico, durante o pós-guerra, o Realismo contradizia e desacreditava o Liberalismo clássico e dominou os cenários académicos na primeira grande geração de debates em RI. Na segunda geração, o Neorealismo em oposição ao Neoliberalismo

ocupou, com visibilidade, a agenda académica dos anos setenta e oitenta (Castro, 2012: 385). Na terceira geração de debates em RI, já no contexto pós-Guerra Fria, surge o Construtivismo pela primeira vez nos estudos das RI em 1989, com a publicação do livro de Nicholas Onuf *World of our Making – Rules and Rule in Social Theory and International Relations*.

Assim é na década de 1990 que a teoria construtivista fica popularizada com o artigo "*Anarchy is what states make of it*", de Alexander Wendt em 1992. Wendt propunha que a anarquia é socialmente construída, o que significa que definir as Relações Internacionais como um espaço de conflito e competição permanentes é parcialmente correto. Sendo socialmente construído, o sistema internacional pode variar entre o conflito e a cooperação, os processos de construção e reconstrução são permanentes e abrem espaço para a contínua possibilidade de mudança (Nogueira e Messari, 2005: 167).

Contra o realismo ortodoxo, uma perspectiva concentrada nos interesses próprios do Estado e orientada por uma conceção de segurança, Wendt propôs que os interesses do Estado não são produzidos pelas condições de um sistema anárquico (Wendt: 1992: 395). Esta premissa deve-se ao fato dos interesses e identidades dos Estados não dependerem apenas da estrutura do sistema mas também de um conjunto de significados coletivos que constituem essas estruturas e que organizam a ação do Estado (*ibidem*, 401). Wendt considerava necessária uma teoria que explicasse a constituição intersubjetiva da estrutura das identidades e interesses dos Estados.

Neste artigo Wendt (1992: 397) destaca a importância das identidades dos atores para a construção de significados coletivos. O autor afirma que as práticas de Política Externa dos Estados são originalmente um produto de fatores discursivos e construções socioculturais. As identidades desempenham um entendimento e expectativas específicas sobre si mesmo que adquirem através do envolvimento e participação em estruturas coletivas. O que não significa que os interesses nacionais e os objetivos materiais dos atores sejam totalmente ignorados no processo de decisão política, pelo contrário, "as identidades são a base dos interesses" (*ibidem*, 398).

O foco do Construtivismo está na construção social da política internacional. Na base do argumento construtivista estão três principais premissas: a realidade é socialmente construída; as estruturas são definidas, principalmente, por ideias compartilhadas e não apenas por forças materiais; e as identidades e os interesses dos atores são construídos por essas ideias compartilhadas. Os atores estão imersos numa estrutura social que os constitui e que, por sua vez, é constituída, também, por esses atores no processo de interação (Wendt, 1999: 1).

De forma a entender melhor o impacto das ideias Wendt distingue dois tipos de relações e efeitos – causais e constitutivos. Uma teoria causal explicaria por que *x* causa *y*; essa causalidade implica que *x* e *y* existem independentemente um do outro; que *x* precede, temporalmente, *y*; e se não fosse por *x*, *y* não teria acontecido. Assim, as respostas que procura a teoria construtivista dizem respeito às estruturas que constituem *x* ou *y* em primeiro lugar (*ibidem*, 79-83). Assim os Construtivistas defendem que os agentes e as estruturas na política internacional são mutuamente constituídos (Wendt, 1987). Isto é, os agentes constituem a estrutura através das suas crenças, ações e interações, enquanto que as estruturas constituem os agentes ao ajudarem a moldar as duas identidades e interesses. Esta conceção é particularmente importante para trazer a agência humana para a análise das RI em contraste com a posição do determinismo estrutural neorrealista.

Desde a sua emergência o Construtivismo desenvolveu-se em várias direções, diversificando entre diferentes tradições teóricas, no foco central da pesquisa e a abordagem metodológica adotada pelo investigador (Jackson e McDonald, 2009: 20). A divisão mais importante dentro da escola construtivista é feita entre uma abordagem convencional e uma abordagem crítica (Hopf, 1998: 181-5). Os construtivistas convencionais tendem a aplicar a epistemologia das abordagens teóricas tradicionais e a focar-se nas relações de causalidade (Katzenstein, 1996; Wendt, 1999) enquanto que os construtivistas críticos aproximam-se das abordagens teóricas mais radicais e focam-se nas relações de constituição (Doty, 1993; Barnett, 1999). O papel da identidade é central a ambas, no construtivismo tradicional é vista como relativamente sedimentada,

enquanto que, no último, a identidade procura justificar as preferências políticas (Jackson e McDonald, 2009: 20).

A teoria parte da principal premissa de que a realidade é socialmente construída, isto é, o mundo é constituído através de práticas significativas e os indivíduos agem em função do significado que atribuem aos acontecimentos. Estes significados são essencialmente culturais, e só são possíveis através do discurso – enquanto sistema de produção de significado – que fornece as categorias através dos quais o mundo é entendido (Rowley e Weldes, 2012: 180). *“For constructivists, we cannot know what we want unless we know who we are”* (Jackson e McDonald, 2009: 21). Os construtivistas acreditam que os interesses dos Estados são uma parte importante construída pelas estruturas dos sistemas, não lhe são exógenos, o que leva a uma lógica social em vez do estruturalismo microeconómico (Wendt, 1995: 73). Enquanto a tradição realista e o liberal tendem a concentrar-se em fatores materiais – os decisores do Estado envolvidos na tomada de decisão procuram a maximização dos seus interesses através de meios e mecanismos a diferentes níveis estratégicos – as abordagens construtivistas enfatizam o impacto das ideias. Esta perspetiva considera os interesses e as identidades dos Estados como um produto altamente influenciado por processos históricos (Walt, 1998: 40).

As identidades estão na base dos interesses dos Estados e promovem uma linha de atuação minimamente expectável de que os Estados não atuem contra os seus próprios interesses, o que permite uma maior estabilidade na relação entre os atores

*“When Bahamian foreign policy makers wake up each morning, they know that the United States is not going to conquer them, not because they think the US will be deterred by superior power, not because they think that on that day the US will calculate that violating the norms of sovereignty is not in its selfinterest, but because they know that the US will restrain itself. Like all knowledge this belief is not 100 percent certain, but it is reliable enough that we would think it irrational for the Bahamanians to act on any other basis*  
(Wendt, 1999: 360).

O conceito de identidade é crucial para compreender a política internacional para os construtivistas, uma vez que os atores compreendem o seu próprio interesse a partir das suas identidades na relação com outros atores no sistema. A partir de uma



perspetiva construtivista, o estudo da PE questiona como é que os atores internacionais se definem a si mesmos, aos outros atores, ao ambiente em que interagem, sob a convicção de que estas perceções tendem a determinar as suas decisões políticas (Schonberg, 2007: 4). O Estado pode assumir múltiplas identidades como “soberano”, “líder do mundo”, “poder imperial”, entre outros. Este compromisso com as identidades particulares varia, mas cada identidade é inerentemente uma definição social do ator baseada nas teorias que os atores coletivamente sustentam uns sobre os outros e que constituem a estrutura de um mundo social (*ibidem*, 398). As estruturas e os agentes são mutualmente constituídas, ou seja, as estruturas normativas podem condicionar as identidades e interesses dos atores, mas fazem parte de um processo de correlação, essas mesmas estruturas não existiriam se não fossem as práticas conscientes dos respetivos atores (Christian Reus-Smit, 2005: 197).

As normas são caracterizadas tanto como reguladoras como constitutivas na medida em que moldam as identidades nacionais, por esta razão os Estados tendem a evitar políticas externas que não sejam vistas como legítimas pela comunidade internacional ou bem entendidas pela sua sociedade (Beasley et al., 2001: 12). Na teoria construtivista da PE o efeito das normas é atribuída a processos de socialização. O conceito de sociedade internacional tem sido utilizado nas relações internacionais desde Hedley Bull (1977: 13) que a designou como

*"group of states, conscious of certain common interests and common values, (...) conceiv[ing] themselves to be bound by a common set of rules in their relations with one another, and shar[ing] in the working of common institutions".*

De acordo com os construtivistas, as normas não decorrem logicamente a partir dos interesses dos atores, como é o caso de modelos racionalistas, mas precedem-nos. O efeito das normas sobre o comportamento não pode ser reduzido ao de constrangimentos ou incentivos que aumentem ou reduzam a relação custo-benefício, ou seja, estas não devem ser entendidas como um efeito meramente regulador sobre o comportamento dos atores (Klotz, 1995: 26). Neste sentido, Baumann (2002:7-10) sugere uma correlação em que é o discurso normativo quem informa a identidade e o

comportamento em Política Externa e ao mesmo tempo, é o comportamento em PE e a interação entre os Estados que forma a identidade. Assim, é possível compreender a inter-relação entre o discurso e Política Externa, assimilando os conceitos como co determinantes.

As funções determinantes das ideias na PE contribuem para um corpo de literatura na teoria das RI que tem crescido significativamente nas últimas duas décadas. Jacobsen (1995: 283) argumenta que esta literatura representa um desafio às teorias da escolha racional e conclui que as crenças sobre as conexões entre interesses e políticas são tão importantes quanto a natureza dos próprios interesses. Entre as várias abordagens que contribuíram para a compreensão do estudo construtivista da PE está também a de Julia Weldes (1996). Segundo a autora a análise de Wendt não provém uma abordagem adequada aos interesses nacionais – segundo a proposta de Wendt (1992: 401), os significados que os objetos e as ações têm para o Estado são formados pelas relações entre Estados. Dessa forma, o Estado é tratado como uma “caixa preta” em que os seus acontecimentos internos são irrelevantes para a construção dos interesses e identidade dos Estados e o contexto político e histórico dos interesses de um Estado não pode ser restringido a processos entre Estados (Weldes, 1996: 280). As representações criadas pelo Estado tornam claro para si e para outros Estados quem são, onde estão os seus inimigos e como podem ligar com essas ameaças (*ibidem*, 283).

Ted Hopf é outro construtivista cuja obra se debruça sobre o estudo da PE. No seu trabalho mais conhecido *Social Construction of International Politics* (1999) encontra-se a principal explicação construtivista de identidade. Hopf usa o conceito de identidade para explicar a Política Externa soviética e russa em dois pontos diferentes no tempo. Começando com jornais e livros, e incluindo romances, o autor tenta reconstruir a identidade operativa interna na União Soviética em 1955 e Rússia em 1999, onde conclui que os decisores em PE são membros da estrutura social que caracteriza a sociedade tal como qualquer outro cidadão (Hopf 2002:7).

Friedrich Kratochwil (2000), entre as várias críticas que dirigiu ao Construtivismo de Wendt, aponta para a premissa de que “a existência das coisas não só é independente

das nossas descrições, como as nossas descrições das coisas é independente de qualquer enquadramento particular de referência”. Contrariamente a Wendt, Kratochwil defende que o debate que o construtivismo levanta não é o problema da existência mas de reconhecer o que existência significa. Não se podem falar nos objetos por eles mesmos, estes precisam de descrições e estas descrições não são neutras e de alguma forma objetivas mas incluem todas as práticas sociais e interesses que dessa forma fazem o objeto ser referido ou encarado como tal (Kratochwil, 2000: 95). Kratchowill (1989) foi considerado um dos principais responsáveis pela virada linguística nas Relações Internacionais. O autor procurou identificar nos discursos – particularmente nas regras que regem e organizam esses discursos – as normas que permitem apreender a realidade em que vivemos. O argumento de Kratochwill é que, ao entendermos as regras que regem o discurso podemos entender as regras que regem a própria realidade uma vez que o mundo ao qual nos referimos “é produto dos discursos que nos permitem referirmo-nos a ele” (Kratchowill, 1989: 9).

O Construtivismo evoca uma variedade de métodos interpretativos, tal como narrativas descritas por processos sociocognitivos de descobrir significados coletivos, identidade dos atores e a substância dos interesses políticos. Enquanto ferramenta de análise de discurso, a teoria sustenta um conjunto de lentes paradigmáticas através das quais observamos todas as realidades socialmente construídas (Adler, 1999: 222-225).

Não há nenhum conceito universal de olhar o mundo, o indivíduo está inserido num de entre muitos e diferentes discursos. Uma das categorias constituídas discursivamente é o conceito de “terrorista”, não se tratando de um conceito autoevidente, o seu significado é construído a partir do discurso. Exemplo disso são as declarações de George W. Bush na guerra contra o terror que constituem os EUA como uma vítima inocente do terrorismo islâmico, identifica a al-Qaeda como assassinos bárbaros, tratando-se esta de uma luta virtuosa. Por sua vez as declarações de Osama bin Laden descrevem os muçulmanos como vítimas inocentes da política externa terrorista dos EUA (Agathangelou e Ling, 2004: 521-4). As características do discurso dominante na

sociedade são importantes porque refletem e moldam as crenças e os interesses e estabelecem as normas socialmente aceites (Walt, 1998: 40).

### **1.2. A Política Externa norte-americana: Linhas de atuação – a importância da identidade**

No início da presidência de Barack Obama, a sua abordagem à Política Externa norte-americana foi moldada pelo desejo de distanciar a sua Administração da anterior de George W. Bush e tentar reverter os danos causados pelas suas políticas unilaterais. Em junho de 2009 o Presidente norte-americano considera ter cumprido uma das suas promessas eleitorais ao proferir um discurso numa cidade muçulmana nos seus primeiros meses de mandato, o que aconteceu na Universidade do Cairo e onde prometeu “um novo começo entre os Estados Unidos e o mundo muçulmano” (Obama 2009<sup>a</sup>). Na sequência deste discurso, a Administração tentava renovar a imagem dos EUA da região, dada a presença militar norte-americana em dois países do Médio Oriente (Lizza, 2011). Três meses depois, dirigindo-se à Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, Obama garantiu uma “nova era de envolvimento com o mundo” (Obama 2009<sup>a</sup>). Quando aceitou o Prémio Nobel da Paz em Oslo, ainda em 2009, Obama esclareceu sob que condições os Estados Unidos iriam para a guerra, que motivos humanitários poderiam justificar a força, e reforçou a importância das normas internacionais em todas as intervenções futuras – ou seja, respeitar a autorização das Nações Unidas (Obama 2009c).

Os princípios da PE de Obama não eram novos, e tinham sido estabelecido na Política Externa norte-americana décadas atrás, contexto que merece ser analisado. Desde a Primeira Guerra Mundial, quando os Estados Unidos lutaram para tornar o mundo seguro para a democracia, as administrações procuram, em diferentes graus, a promoção da democracia em todo o mundo. Este princípio integra a história dos EUA desde a sua fundação, já os primeiros líderes se focaram primeiramente na implementação desses valores defendendo que os EUA deviam ser um *standard* de liberdade e independência (Bowman, 2005: 91-92). A continuidade da Política Externa

norte-americana ao longo das últimas décadas não foi uma tarefa facilitada dado que cada Administração enfrentou desafios muito diferentes (Sestanovich, 2005: 14).

A PE norte-americana procurou equilibrar-se entre a continuidade e a mudança. Coube à Administração George Bush (1989-1993) a tarefa de reinventar a PE dos EUA no final da Guerra Fria. Era consensual que, após o colapso da União Soviética, havia apenas uma superpotência remanescente no mundo, os EUA, e que o sistema internacional era unipolar. A meta para os Estados Unidos nesta situação seria a de gerir o crescimento de outras potências conservar os seus próprios recursos de poder de forma a permanecer no topo (Neack, 2008: 143).

Em 1990 na Assembleia-geral da ONU, o Presidente George Bush apresentou a sua visão de uma Nova Ordem Mundial baseada numa nova parceria de nações (Tomé, 2011: 135). Num contexto de profunda transformação os EUA optam imediatamente por manter o sistema de alianças herdado da confrontação bipolar. Criticando a Administração Bush por uma mentalidade de “Guerra Fria”, o Presidente Bill Clinton (1993-2001) procurou desenvolver uma PE mais adequada ao que chamou de “Novo mundo” promovendo o internacionalismo dos EUA enquanto nação indispensável (*ibidem*, 136). A transição final da premissa de que os EUA apoiavam a difusão da democracia e a promoção dos direitos humanos enquanto principal objetivo da Política Externa norte-americana ocorreu durante o mandato da Administração Clinton. Esta nova doutrina de intervenção humanitária defende que as convicções humanas integram de tal forma a tradição americana que, no seu extremo, justifica por vidas em risco em qualquer parte do mundo (Kissinger, 2002: 251-253). Emergindo em contraposição à política de Clinton, a Administração de George W. Bush (2001-2009) sobrevalorizou o interesse nacional e a liderança mundial dos EUA como princípios orientadores. Os atentados terroristas de 11 de Setembro levaram a Administração republicana a declarar “Guerra global contra o terror” (Bush, 2001) e levaram remilitarização da PE norte-americana (Tomé, 2011: 138). Por sua vez, eleito numa lógica de rutura com a política de George W. Bush e num contexto profundamente marcado pela crise económica, as guerras

assimétricas no Afeganistão e no Iraque e uma imagem desgastada dos EUA internacionalmente, surge então o Presidente Barack Obama (2009-).

Assim, os primeiros anos do Presidente Reagan foram marcados pela confrontação pública da guerra nuclear; na primeira Presidência de Bush a tensão Ocidente-Oriente foi ocupada pela incerteza sobre os novos riscos e os novos poderes emergentes; o foco da Administração Clinton foi lidar com os conflitos nos Balcãs; o Presidente Bush teve que lidar com os acontecimentos de 11 de Setembro; Obama lida agora com as revoltas no mundo árabe. Apesar das evidentes divergências, os vários Presidentes convergiram nas soluções encontradas para os problemas de segurança ao promover políticas designadas a atingir um acordo estratégico para transformar a qualquer situação numa situação que permita sustentar a influência americana (Sestanovich, 2005: 14).

Enquanto outros atores se focalizam primeiramente nas suas regiões, os EUA, potência proeminente desde o final do século XIX e única superpotência desde o fim da Guerra Fria, encaram a sua Política Externa à luz das suas aspirações globais e dos seus objetivos: liderança e hegemonia mundial; segurança dos EUA e dos seus aliados e parceiros, prosperidade e desenvolvimento com base na inovação e num sistema económico internacional livre; a expansão da democracia, das liberdades e dos direitos humanos e, por fim, uma ordem internacional estável (Tomé, 2011: 125). Política Externa norte-americana assenta na crença de que um mundo mais democrático não coincide apenas com os valores americanos como também é consistente com os seus interesses (Bowman, 2005: 91-92). Em 1804, James Madison disse:

*“The United States owe to the world as well as to themselves to let the example of one government at least protest against the corruption which prevails.”*  
(Madison, 1804 *apud* Kissinger, 2002: 249).

O poder militar dos EUA não foi a causa da sua força, mas a consequência (Zakaria, 2008) de uma identidade fundada em princípios de uma liderança hegemónica e da responsabilidade de responder aos acontecimentos que pusessem em causa a liberdade e independência:

*“Prior to diplomacy is policy, which guides the diplomats in their actions; prior to policy are the ideas that inhabit the heads of the policymakers” (Brands, 1999: 239).*

A história dos EUA sugere que as diferentes correntes de pensamento estão enraizadas num sistema de crença comum, crescendo a partir de ideias fundadores da nação e da história (Schonberg, 2007: 30). A revisão do contributo construtivista para a compreensão da importância das ideias e das normas inerentes a uma identidade assume aqui um papel importante para a compreensão da atuação dos EUA na sua Política Externa. Os EUA estabeleceram um enquadramento do discurso normativo e o discurso por sua vez é inerente à identidade que está presente em toda a sua linha de atuação.

O exemplo da crise dos Mísseis de Cuba é um exemplo pragmático da importância da identidade norte-americana na construção da realidade social. A crise dos Mísseis de Cuba foi produzida como uma ameaça séria da União Soviética para os americanos e ao mesmo tempo atribuiu aos EUA a oportunidade de reforçarem a sua identidade enquanto líderes do mundo e guardiões do Ocidente (Weldes, 1999: 40). Na opinião da autora, o que aconteceu foi que os cubanos estavam a tentar, com assistência militar da União Soviética, proteger-se de uma nova agressão dos EUA. Apesar das três narrativas, da União Soviética, Cuba e EUA, representarem os acontecimentos como uma crise, ainda que com diferentes causas, “é relevante apontar que não era inevitável por nenhum facto objetivo que estes acontecimentos fossem lidos como uma crise” (*ibidem*, 39).

*Over the past quarter-century, American presidents have regularly responded in the same way to fundamental international challenges. What energized them was, typically, an extreme reading of the status quo (Sestanovich, 2005: 21)*

A ideia da narrativa da crise dos mísseis de Cuba foi construída em torno da identidade dos EUA que tornaram a crise óbvia e marginalizaram outros entendimentos alternativos (Weldes, 1999: 53). A preocupação de manter preservada a identidade norte-americana tem sido transversal aos diferentes desafios que os EUA enfrentam e, por sua vez, o discurso tem sido transversal aos diferentes líderes. As conclusões sobre o lugar dos EUA no mundo surgem em grande parte do entendimento que têm de si mesmos, a sua fundação, sua filosofia e a história da América. As definições de interesse nacional e

ameaça dependem de perceções e juízos que não são determinados a partir de uma análise racional (Schonberg, 2007: 6) Para uma Política Externa produzir segurança, deve ser capaz de contribuir de alguma forma para o entendimento comum de que constituem um sistema de segurança. A linguagem é a chave para desbloquear este processo enquanto conjunto de entendimentos partilhados que produzem o mundo social, e assim recuperamos mais uma vez a importância construtivista do discurso (Fierke, 2002; Howard, 2004; Onuf, 1989; Wittgenstein, 1953).

As mudanças paradigmáticas na PE norte-americana, em grande parte consequências de acontecimentos externos, forçaram uma reconsideração dos seus pressupostos. Essa mudança permanece limitada por normas mais gerais, amplas e profundamente arraigadas a um conjunto de valores ideológicos. (Schonberg, 2007: 31). A Política Externa dos EUA tem sido definida pela reformulação contínua da identidade americana – não pela recriação da identidade a partir do zero, mas por uma reinterpretação de antigos ideais de forma a responder aos novos desafios (*ibidem*, 32).

Neste quadro, e recuperando agora o início deste subcapítulo, efetivamente, a opção de Obama por uma abordagem externa com grande enfoque diplomático – sublinhando os mecanismos de colaboração internacional – surge como fruto de um planeamento estruturado naturalmente propenso a uma continuidade (Zakaria, 2008: 81). O fio condutor desse pensamento centra-se na leitura de um novo equilíbrio de forças num novo quadro multipolar, no qual os Estados Unidos partilham um lugar proeminente com outros países de grande capacidade demográfica, altos índices de crescimento económico e vincada relevância geopolítica. O que está em causa, segundo o atual Presidente, é a necessidade premente dos norte-americanos se adaptarem a este novo quadro internacional multipolar, procurando preservar uma posição dominante “num tabuleiro de xadrez onde várias peças se movem em simultâneo” (*ibidem*, 82).



## 2. A FUNÇÃO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

### 2.1. A relação *Media*-Sociedade-Estado

*A good newspaper is a nation talking to itself.*

Arthur Miller (1915-2005)

A importância dos estudos que relacionam os meios de comunicação e a Política Externa são relevantes na medida em que revelam o discurso adotado pelos diferentes atores sociais em determinados acontecimentos sociais e políticos e que permite aos decisores políticos delinear estratégias de atuação de modo a contornar e reverter os seus efeitos na opinião e pressão pública. Este capítulo sugere um quadro analítico que inclui os *media* no processo de decisão em Política Externa ao compreender as redes de comunicação em massa como partes integrantes do sistema em que o ator internacional decide e atua e cujas decisões influenciam e afetam a opinião pública e os decisores políticos (Srivastava, 2009: 3).

Hoje os meios de comunicação constituem, através dos meios tecnológicos disponíveis, as estruturas de poder simbólico que orientam a experiência social. A comunicação mediática ocupa um lugar de destaque na organização social, pela vinculação de formas simbólicas representativas culturalmente para a opinião pública, entendem-se os *media* como uma das principais referências na construção social da realidade contemporânea. Investido de um papel definido como particular dentro da estrutura social, acabou por desenvolver uma legitimidade social para produzir para um público amplo, disperso e diferenciado, “uma reconstrução discursiva do mundo com base num sentido de fidelidade entre o relato e as ocorrências quotidianas” (Franciscato, 2005: 167). Dentro deste quadro, a identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos constitui o processo fundamental através do qual os *media* tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores. Este processo de “tornar um acontecimento inteligível” é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem as suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como funciona (Hall, 1993: 226).

Numa democracia representativa os cidadãos elegem representantes para tomar decisões políticas e, por sua vez, os interesses ou preferências do público devem ser transmitidos aos representantes eleitos. As organizações que ocupam este papel são referidas como instituições de ligação, ou seja, fazem parte da comunicação entre os representantes eleitos e os seus eleitores e vice-versa. A natureza essencial de uma instituição de ligação é de vincular mutuamente cidadãos e governo, proporcionando informações em ambas as direções: os cidadãos são informados sobre as ações do governo e as autoridades dos governos são informados das preferências dos cidadãos (Leighley e Mifflin, 2004: 134). Hoje os meios de comunicação de massa são entendidos como uma instituição de ligação central. Os grupos de interesse, comunidades epistémicas e a opinião pública são referidos como fatores que podem ter um peso determinante nos processos de formulação e implementação de decisões, moldando, formatando e condicionando opções. De forma variada, estes influenciam, direta ou indiretamente o processo de decisão em Política Externa (Freire e Vinha, 2011: 38).

Os grupos de interesse representam interesses distintos variados como interesses económicos nacionais ou financeiros; mais associados a PE estão os lobbies políticos associados a causas de outros Estados. Por sua vez as comunidades epistémicas compreendem grupos compostos por científicos e académicos, também se referindo a grupos constituídos por outros indivíduos que partilhem um conjunto de características comuns (Haas, 1992: 3) nomeadamente um conjunto de crenças normativas que influenciam a decisão política ao fornecer reflexões e recomendações políticas sobre as políticas a sugerir (Freire e Vinha, 2011: 39). Estritamente associado à opinião pública estão os meios de comunicação social, o poder dos órgãos de comunicação é importante não só pela sua capacidade para direcionar a atenção do público mas também dos decisores políticos (*ibidem*, 40).

O significado representado pelos meios de comunicação para o indivíduo e que efeitos têm na sociedade é necessário começar por uma abordagem sociológica. Em "*Politics and the Press: The news media and their influences*" Pippa Norris (1997), professora na Universidade de Harvard, dedicou-se a este estudo e identificou três

funções desempenhadas pelos meios de comunicação: vigilância, interpretação e socialização. A vigilância serve as necessidades individuais e sociais do indivíduo na medida em que a informação do que está a acontecer no mundo, para além da sua experiência imediata, satisfaz a sua necessidade psicológica de controlo sobre o ambiente que o envolve. A compreensão do mundo atual, complexo e em mudança, torna-se mais acessível pela mão dos *media* que informam e retratam eventos à escala mundial. Os meios de comunicação permitem ao indivíduo interpretar os acontecimentos que ocorrem no mundo, pelo tipo de acontecimentos, temas e frequência com que surgem nos meios de comunicação de massa. Como veículo de interpretação os *media* oferecem um contexto político e social, de acordo com a cultura e sociedade em que se inserem, através do qual a notícia será compreendida.

Os *media* fazem ainda parte do processo de socialização na medida em que introduzem os indivíduos num sistema social mais amplo que é retratado por visões, normas e valores. As normas podem ser definidas como expectativas partilhadas sobre o comportamento apropriado ou legítimo pelos atores com uma identidade particular (Jackson e McDonald, 2009: 21). Os indivíduos são expostos diariamente a informações sobre determinados comportamentos e atitudes e sobre a forma como esses são entendidos, podendo fazer o seu juízo. Estas funções permitem que os *media* insiram o indivíduo no debate atual, criando um espaço público livre para expor as mais diferentes perspetivas que representam a opinião pública. "As notícias dos meios de comunicação estão indexadas implicitamente à dinâmica do debate governamental" (Bennett, 1990: 108) e, por isso, os cidadãos são envolvidos no debate político. Quando a cobertura mediática destaca problemas ou falhas políticas, este desempenho faz parte de uma "responsabilidade profissional em destacar conflitos e lutas importantes dentro dos centros de poder" (*ibidem*, 110).

*"For a politician to complain about the press is like a ship's captain complaining about the sea."* Enoch Powell (1912-1998)

Quando não existe consenso no debate político face a uma questão de interesse público, também previsto por Hallin (1986) e Bennett (1990), a cobertura dos *media*

reflete esse debate e assumem uma visão mais crítica. É neste cenário que os *media* têm o potencial de desempenhar um papel mais ativo e influente no debate e na formulação de políticas porque existe a possibilidade de tomarem uma posição no debate público que poderá influenciar os decisores políticos. Nesta situação poderá ser desenvolvido um discurso na linha política do que é defendido pela oposição ou na mesma linha do poder executivo. Para isso muito dependerá o meio de comunicação que se trata e a sua orientação política, que poderá ser mais ou menos neutra e por isso tender para uma determinada posição.

Se a fonte mediática adotar uma postura crítica o governo é confrontado com a possibilidade da opinião pública ser influenciada pela cobertura negativa dos acontecimentos e pelos consequentes danos associados à imagem do governo. Os meios de comunicação ampliam o acesso aos agentes políticos e aos seus discursos, que ficam expostos de forma mais permanente aos olhos do público. Existe uma “superabundância de informações sobre eles” e por isso também uma maior exposição (Meyrowitz, 1985: 270). Com a sua credibilidade em jogo na esfera pública, os decisores políticos podem ter que repensar a sua decisão. Desta forma pode entender-se que quanto maior é o nível de incerteza face a uma decisão do Governo, mais vulnerável se torna o processo de tomada de decisão perante influência da cobertura mediática.

Partindo desta premissa é possível conceptualizar mais precisamente as condições em que a cobertura dos *media* pode influenciar o processo político. Quando não há consenso político e por isso está em cima da mesa uma questão fraturante, há a possibilidade de que a cobertura mediática possa tomar partido nesse debate, adotando os quadros de referência de uma das posições. Desta forma os jornalistas tornam-se promotores, conscientemente ou não, de uma determinada posição (Robinson, 2001: 535).

De acordo com Hans Morgenthau (1978: 147) “*the rational requirements of good foreign policy cannot from the outset count on the support of a public opinion whose preferences are emotional rather than rational.*” É um fato que as questões prioritárias para o indivíduo nem sempre são as mais urgentes a ser tomadas pelos governantes. A

agenda pública é o que os cidadãos enquanto grupo acreditam ser importante (Leighley e Mifflin, 2004: 181) através de um processo de mediação entre público e as instituições centrais. O indivíduo procura satisfazer primeiramente as suas necessidades individuais e estas nem sempre se coadunam com as prioridades do país. Isto pode acontecer, por exemplo, quando o país está prestes a envolver-se num conflito armado que não implique a defesa do próprio território, em que o indivíduo não vê qualquer benefício pessoal no envolvimento do país.

## 2.2. *Media e Política Externa*

Após a invasão do Iraque em março de 2003, alguns membros do Congresso e da administração Bush afirmaram que estaria a ser feita uma cobertura mediática tendenciosa que estava a orientar a opinião pública contra a guerra. O deputado James Marshall (democrata) afirmou que os repórteres estavam a pintar uma "imagem sombria falsa que enfraquece a nossa determinação nacional" (Marshall, 2003). Ainda em relação a esta questão, o Presidente Bush (2003) afirmava *"We're making good progress in Iraq. Sometimes it's hard to tell when you listen to the filter [media]"* e o Secretário da Defesa do Presidente Bush, Donald Rumsfeld (2005), acrescentou *"the news media seem to want to carry the negative"*.

Alguns estudos desafiam o paradigma argumentando que a opinião pública reage racionalmente a eventos internacionais e políticos através dos meios de comunicação (Kusnitz, 1984; Wittkopf, 1990; Holsti, 1992, 2004; Jentleson, 1992; Mayer, 1992; Page e Shapiro, 1992). Em contraste com a maior parte do trabalho pioneiro sobre opinião e Política Externa, estes estudos demonstram uma forte correlação entre a opinião pública e as decisões em PE, ambas fazem parte de um processo de construção em que podem sofrer influência de parte a parte.

Quando se trata a forma como os meios de comunicação têm revolucionado o processo de política externa, a imagem da crise dos mísseis de Cuba na Baía dos Porcos é

recorrente (Hoge, 1994; Livingston, 1997). A capacidade de manter a situação em sigilo permitiu que durante os seis primeiros dias da crise a administração Kennedy tivesse a oportunidade de deliberar a melhor estratégia sem que tivesse que lidar com a pressão mediática e consequente reação pública (Srivastava, 2009: 1). Hoje, a capacidade tecnológica renovada dos *media* em relatar ao vivo e em tempo real os acontecimentos em território estrangeiro levaria a uma mudança de paradigma (Miller, 2007: 3). Este desenvolvimento permite a capacidade de atualização das notícias ao minuto, e aumentou a rapidez com que o público toma conhecimento, reduzindo o tempo de resposta dos decisores políticos perante aos acontecimentos.

As duas abordagens frequentemente utilizadas para explicar a relação entre os *media* e a Política Externa, bem como o impacto do primeiro sobre o último, são o efeito CNN e o *manufacturing consent*. O efeito CNN refere-se à ideia de que “a tecnologia de comunicação em tempo real pode provocar as principais respostas do público interno e das elites políticas a eventos globais” (Robinson, 1999: 301). Desenvolve a hipótese de que os cidadãos, chocados com imagens dramáticas transmitidas em tempo real pela televisão, podem levar a que os seus líderes tomem medidas para resolver o problema – pressionando desta forma os políticos a agir em circunstâncias em que não esperavam fazê-lo (Baum e Kotter, 2008: 51). Por sua vez, a teoria *Manufacturing Consent* de Edward S. Herman e Noam Chomsky (1988) parte da premissa que os *media* são um “modelo de propaganda” que não criam política, em vez disso, mobilizam e manipulam as notícias para promover a política governamental. Esta escola de pensamento fundamenta que as notícias são indexadas aos quadros de referência das elites políticas, ou seja, identificam-se com as ideias que defende os decisores políticos sem criar qualquer posição independente no debate público. Desta forma, quase sem exceção, os *media* desempenham uma função primária de mobilizar apoio para as preferências políticas das elites dominantes (Chomsky e Herman, 1988; Herman, 1993, Hammond e Herman, 2000).

Em matérias de segurança o interesse neste estudo acabaria por se desenvolver sobretudo após o crescente envolvimento das forças de paz em situações de crises humanitárias no início e meados da década de 1990 – não era sugerido que todas as

decisões políticas fossem motivadas pela cobertura mediática dos acontecimentos, mas poucos punham em causa a existência de uma relação correlativa (Miller, 2007: 3). A exposição mediática permanente das crises humanitárias trazia novos desafios, a reportagem da guerra tornou-se *voyeurista*, “uma espécie de jogos de computador da vida real” (Adam e Holguin, 2003: 3) e os *media* especialmente sensacionalistas têm interesse em relatar as situações mais dramáticas, o que distorce o foco do debate em torno do conflito (Wolfsfeld, 2001: 43).

O que diferencia uma situação de crise é essencial para a compreensão do carácter das decisões em política externa. Para a definição de crise será adotado o conceito do *International Crisis Behavior Project* (ICBP): "uma situação em que três condições, decorrentes de uma mudança no ambiente externo ou interno de um Estado, são percebidas pelos altos decisores do Estado: uma ameaça aos valores básicos; a consciência de um tempo finito para resposta; a probabilidade alta de envolvimento em conflitos militares" (Brecher e Wilkenfeld, 1996). Por sua vez, não se trata de uma situação de crise quando a opção de usar a força militar é extremamente improvável e o tempo para a tomada de decisão e respetiva implementação é relativamente longo. Exemplos disso incluem acordos económicos internacionais, problemas ambientais internacionais, ou ajuda externa (Knecht e Weatherford, 2006: 709).

Alguns teóricos descrevem uma clara distinção entre a opinião pública em política externa em geral e a opinião pública em relação a conflitos ou crises em particular. Enquanto que o público não está intimamente relacionado com os detalhes da política internacional, as crises – políticas, económicas, nacionais ou internacionais – suscitam maior atenção do público (Baum e Kotter, 2008: 44). E em situações de crise, a atenção da opinião pública é constante. Na perspectiva política o processo de tomada de decisão é sobrecarregado pelos deveres estratégicos e a influência da opinião pública pode torna-se mais evidente quando os líderes sacrificam a sua estratégia para atender a uma opinião pública atenta (Knecht e Weatherford, 2006: 712).

Para complementar esta noção de crise importa referir que as recentes mudanças tecnológicas que conduziram a um ciclo de 24 horas por dia de informação

alteraram fundamentalmente a relação entre a opinião pública e a Política Externa. Do fenómeno geralmente conhecido como efeito *CNN*, atrás abordado, resulta a convicção de que o ciclo de notícias de 24 horas leva os líderes a reagir mais rápido aos acontecimentos de forma a parecer que estão no controlo da situação (Robinson, 2001). Um dos efeitos potenciais globais dos *media* é a diminuição do tempo de resposta para a tomada de decisão em Política Externa. E, considerando a natureza das questões a ser abordadas pelos meios de comunicação, segundo Zucker (1978), no âmbito da teoria *Agenda-setting*, quanto menos direta é a experiência dos cidadãos com um determinado problema, maior é a dependência dos meios de comunicação para a informação e interpretação dessa questão

*“People today live in two worlds; a real world and a media world. The first is bounded by the limits of direct experience of the individual and his acquaintances. The second spans the world bounded only by the decisions of news reporters and editors”.*  
(Zucker, 1978)

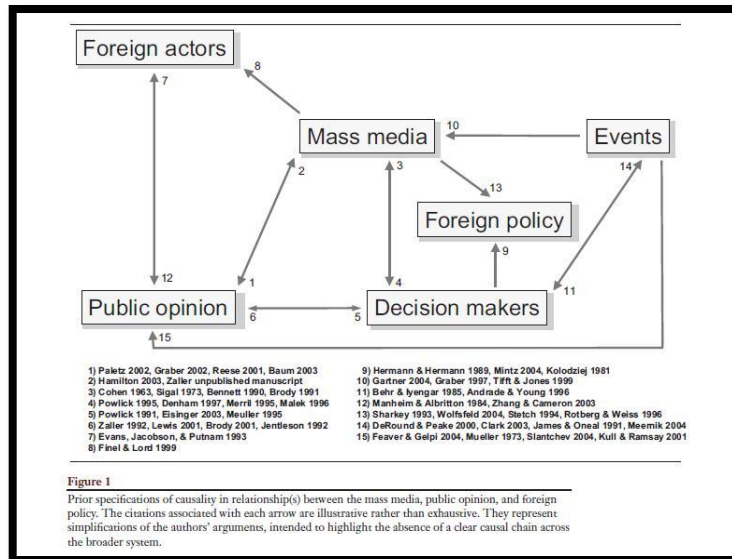
Apesar da cobertura mediática de acontecimentos internacionais ainda significar uma pequena parte do conteúdo da imprensa de determinados países, os formuladores de Política Externa são cada vez mais pressionados a responder a imagens sangrentas dos *media*. Fotos da Bósnia, Somália e Kosovo suscitaram o interesse do público ocidental para que os Estados resolvessem o problema (Lloyd, 2004: 318) – a cobertura de notícias diárias do tipo dramático foi estabelecida como um fator-chave no processo de definição da agenda na medida em que eleva alguns problemas políticos para um nível superior da agenda (Leighley e Mifflin, 2004: 129).

*“What too often counts is how well the policy will play, how the pictures will look, whether the right signals are being sent, whether the public will be impressed by the swiftness of the government’s response – not whether the policy promotes (...) long-term interests (David Gergen, 1990).”*

Nik Gowing (1994), jornalista que estudou a cobertura mediática em conflitos armados e consequentes políticas governamentais, encontrou na sua investigação muitos diplomatas e políticos que confessaram terem-se sentido muitas vezes pressionados e



influenciados pela cobertura dos meios de comunicação nas suas decisões em política externa. É vasta a literatura sobre as interações entre o público, os líderes políticos e os meios de comunicação, complexidade que Baum e Kotter (2008: 41) tornaram evidente na Figura 1.



**Figura 1. Estudos que relacionaram *Media* e Política Externa**

Assim, segundo os estudos sobre media e Política Externa que Baum e Kotter (2008: 41) sintetizaram, a opinião pública influencia os decisores políticos, os decisores influenciam a opinião pública, os decisores influenciam os meios de comunicação, a política externa influencia a opinião pública, os decisores influenciam os acontecimentos e os meios de comunicação influenciam a política externa. Isto é, as relações de influência dos *media* não são independentes nem unilaterais. Os meios de comunicação não exercem efeitos unicamente nos outros atores, mas são, como vimos na figura, influenciados pela opinião pública, pelos acontecimentos e pelos decisores políticos. Não se trata de uma relação de causalidade direta mas sim de um meio político onde agentes e estrutura se correlacionam (Wendt, 1987).

Importa salvaguardar que a influência dos *media* sobre os decisores políticos, os relatos dos media “moldam a agenda política mas não ditam respostas, destacam dilemas políticos, mas não os resolvem” (Gowing 1994: 83), isto é, o direito à elaboração de políticas pertence em primeiro lugar aos decisores políticos e órgãos executivos e os

meios de comunicação não têm poder para decidir por eles. O poder que exercem está alocado à pressão que os últimos são capazes de exercer sobre os primeiros. Uma importante limitação do poder dos media é que a colocação de uma questão na agenda não significa necessariamente uma resposta política nem que qualquer proposta específica será promulgada (Leighley e Mifflin, 2004: 129).

Vimos que a evolução dos meios de comunicação resultou num aumento da atenção do público a determinadas questões políticas *high-profile* – entre as quais crises de Política Externa que envolvem o uso real ou potencial da força militar. O maior interesse por questões internacionais tem implicações importantes, mais uma vez, em matéria de Política Externa e, conseqüentemente na formulação de políticas públicas (Baum, 2003: 9).

### **2.3. Sistemas de Comunicação**

A este respeito importa também considerar que o processo de tomada de decisão em política externa ocorre dentro de um determinado ambiente político que pode assumir características diversas. O desempenho dos *media* neste ambiente é ditado pelo tipo de regime político, pela liberdade de imprensa, pela política de comunicação do governo, também pela estrutura da economia política e pelos canais de comunicação específicos (Srivastava, 2009: 12). Com enfoque na relação entre os *media* e o sistema político Hallin e Macini (2004) propuseram a divisão de três principais sistemas de comunicação que permitirá enquadrar os meios de comunicação do estudo de caso desta tese em diferentes sistemas de comunicação e por isso ter em conta as suas principais características e dimensões quando se partir para a análise das notícias produzidas por cada um.

São quatro as principais dimensões segundo as quais os sistemas mediáticos na Europa Ocidental e América do Norte podem ser comparados: (1) o desenvolvimento do mercado dos *media*, com particular ênfase para o desenvolvimento mais ou menos forte da circulação em massa da imprensa; (2) o paralelismo político, isto é, a medida em que

os *media* refletem as principais divisões políticas na sociedade, mais concretamente, o grau e a natureza das relações entre os meios de comunicação e os partidos políticos: (3) o desenvolvimento do profissionalismo jornalístico e por fim (4) o grau e a natureza da intervenção do Estado no sistema de comunicação (Hallin e Macini, 2004: 21). Estas diferentes dimensões, consideradas enquanto indicadores que permitem caracterizar e distinguir os diferentes sistemas nacionais de comunicação, são determinantes para compreender a natureza dos meios de comunicação e que define o tipo de imprensa que irá ser feito em cada país.

No que diz respeito ao mercado dos meios de comunicação, a distinção é feita não apenas em quantidade, mas uma distinção quanto à natureza do jornal, à sua relação com o público e ao seu papel no processo de comunicação social e política. Os jornais do Sul da Europa são dirigidos a uma pequena elite politicamente ativa, são meios de comunicação sofisticados e politizados e por isso estão envolvidos num processo horizontal de debate e negociação entre as fações políticas. Os jornais da Europa do Norte e América do Norte, pelo contrário, são dirigidos a um público de massa não necessariamente envolvido no mundo político e assim estão envolvidos num processo vertical de comunicação, ou seja, ocupam o papel de mediador entre as fações políticas e o cidadão comum (*ibidem*, 22).

O mercado de circulação de jornais do norte da Europa tem suportado grandes empresas comerciais de comunicação, embora em muitos países a alta circulação de meios de comunicação comerciais coexista com uma imprensa politizada. Os jornais do Sul da Europa, com uma circulação relativamente baixa, historicamente não têm sido empresas rentáveis e são muitas vezes subsidiados por atores políticos, fato que tem implicações importantes para o grau de paralelismo político (*ibidem*, 2004: 23). Em contraste com o modelo do final do século XIX em que o jornalista era visto como uma fonte de comunicação política neutra, isenta em causas e interesses particulares e que fornecia uma análise "incolor" (*idem*), vimos que as notícias estão enquadradas numa determinada realidade social e que os discursos dominantes revelam as normas e identidade da sociedade.

Uma das principais diferenças entre os sistemas de comunicação reside no fato de que em alguns países esses dividem-se em orientações políticas distintas. Num ambiente de tensão e conflito de interesses, a função dos meios de comunicação enquanto porta-vozes imparciais do debate político tornou-se cada vez escassa (Miguel, 2002: 161). Hallin e Macini (2004: 27) propuseram um exercício em que muitos cidadãos são capazes de rapidamente identificar um jornal às suas orientações políticas – por exemplo na Alemanha, o *Frankfurt Allgemeine* é de centro-direita, o *Süddeutsche Zeitung* é de centro-esquerda. Esta distinção foi concetualizada como *party-press parallelism*, proposta em alguns dos primeiros trabalhos sobre a análise comparativa dos sistemas de comunicação (Seymour-Ure, 1974; Blumler e Gurevitch, 1975) e que é adaptada por Hallin e Macini (2004) referindo-se ao conceito mais amplo de paralelismo político. Este diz respeito ao grau em que a estrutura do sistema de comunicação é paralela à do sistema partidário e que existe na sua forma mais evidente quando uma organização

mediática está alinhada com um determinado partido, cujos pontos de vista representa na esfera pública. Exemplo disso aconteceu na Dinamarca no início do século XX, quando cada cidade tinha quatro jornais, representando os quatro principais partidos políticos. Ainda assim, este tipo de ligação *one-to-one* entre os *media* e os partidos políticos é cada vez mais rara hoje em dia (Hallin e Macini, 2004: 27).

O Estado desempenha um papel significativo na formação do sistema de comunicação em qualquer sociedade e por isso é importante considerar o grau de intervenção do Estado, bem como as formas que assume. A mais importante forma de intervenção diz respeito ao serviço público de radiodifusão que existe em todos os países da Europa Ocidental e América do Norte (exceto no Luxemburgo) e na maioria dos países chegou a ser a única ou a principal forma de radiodifusão. O Estado pode ainda intervir para se defender de calúnia, difamação ou recorrer ao direito de resposta. As leis de sigilo profissional protegem ainda os jornalistas e a confidencialidade das fontes (*ibidem*, 41).

Há uma clara distinção entre o papel relativamente restrito do Estado nos EUA e as tradições europeias que contam com uma intervenção mais ativa do Estado. Estes diferentes papéis do estado enquanto proprietário, regulador e financiador dos meios de

comunicação assumem uma clara distinção entre as democracias liberais – com os Estados Unidos como o exemplo mais óbvio – e as democracias *welfare* que predominam na Europa (*ibidem*, 49). O quadro constituído por Hallin e Macini (2004) permite-nos enquadrar os EUA num sistema de comunicação liberal. O sistema de comunicação norte-americano caracteriza-se por uma circulação média da imprensa escrita, onde cedo se desenvolveu a circulação em massa de uma imprensa comercial neutra. O jornalismo é essencialmente orientado para a informação caracterizando-se por um pluralismo interno nas relações políticas e por um modelo de radiodifusão profissional e formalmente autónomo. A imprensa conta ainda com uma forte profissionalização e uma autorregulação não institucional e por fim, o sistema de comunicação é dominado sobretudo pelo mercado e não pelo Estado.

<b>Modelo</b>	<b>Modelo Pluralista Polarizado</b>	<b>Modelo Corporativista ou Democrático do Norte da Europa</b>	<b>Modelo Liberal do Atlântico Norte</b>
<b>Países</b>	França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha	Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Holanda, Noruega, Suécia e Suíça	Reino Unido, EUA, Canadá, Irlanda
<b>Imprensa</b>	Baixa circulação de jornais; imprensa politicamente orientada	Circulação alta de jornais; desenvolvimento prematuro da circulação da imprensa em massa	Circulação média da imprensa escrita; desenvolvimento prematuro da circulação em massa da imprensa comercial
<b>Paralelismo Político</b>	Paralelismo político alto; pluralismo externo, jornalismo orientado para o comentário; modelo de radiodifusão parlamentar ou governamental com controlo sobre o sistema de radiodifusão	Pluralismo externo especialmente na imprensa nacional; imprensa partidária com longa história; autonomia substancial no sistema de radiodifusão	Imprensa comercial neutra; jornalismo orientado para a informação; pluralismo interno (com exceção do Reino Unido); modelo profissional de radiodifusão – sistema formalmente autónomo
<b>Profissionalização</b>	Baixa profissionalização; instrumentalização.	Forte profissionalização; autorregulação institucional	Forte profissionalização; autorregulação não institucional
<b>Papel do Estado no sistema dos</b>	Forte intervenção do Estado; subsídios à imprensa em França e Itália; períodos de censura; regulação selvagem (com exceção da França)	Forte intervenção do Estado com proteção da liberdade imprensa; subsídios à imprensa; grande serviço público de radiodifusão.	Dominado pelo mercado (com exceção do grande serviço público de radiodifusão na Inglaterra e Irlanda)

Quadro 1. Características dos Sistemas de Comunicação

### 3. AGENDA-SETTING THEORY

#### 3.1. Contextualização histórica e política

*"The world outside and the pictures in our heads"* intitulava o primeiro capítulo do livro de Walter Lippmann (1889-1974) que em 1922 viria inaugurar o estudo da influência dos efeitos dos *media* na construção da percepção da realidade. Lippmann (1922) foi fundador da Sociologia Interpretativa e precursor da Escola de Chicago, tendo estado entre os primeiros autores (como Park em *"The City"*, 1925) que admitiram a ocorrência de efeitos diretos e poderosos da comunicação social sobre os indivíduos e as sociedades. Foi a partir da I Guerra Mundial que arrancaram em definitivo os estudos científicos sobre a comunicação, o contexto da época acabaria por determinar um novo problema científico que exigia reflexão e estudo: os *mass media* e os processos de comunicação numa sociedade em mutação (Sousa, 2006: 98). O pensamento comunicacional norte-americano começou a estruturar-se com a institucionalização da Escola de Chicago, a primeira escola de pensamento comunicacional sistemático que surge na história das teorias da comunicação (Rudiger, 2004: 37) antecedendo por alguns anos a Escola de Frankfurt (Horkheimer, 1931; Marcuse, 1954).

Erving Goffman foi um dos autores inseridos nas ideias da Escola de Chicago. Em *"Symbols of class status"* de 1951 ou *"Forms of talk"* de 1981 Goffman analisou as interações sociais que se verificam no âmbito do discurso e as regras a que este está sujeito. Foi, assim, o primeiro autor a chamar a atenção para o facto dos indivíduos encenarem papéis sociais, de acordo com as normas e padrões social e culturalmente estabelecidos, para valorizarem as suas imagens e reforçarem a sua credibilidade. Foi também a partir da escola de Chicago que se desenvolveu o paradigma funcionalista através do modelo de Lasswell (1948), um modelo que propõe a ideia de que a iniciativa de um ato de comunicação é sempre do emissor e que os efeitos ocorrem unicamente no recetor.

O aparecimento da Teoria do *Agenda-Setting* viria romper com o paradigma funcionalista sobre os efeitos dos meios de comunicação. Até então, e sobretudo nos

EUA, prevalecia a ideia de que a comunicação social não operava diretamente sobre a sociedade e as pessoas, já que a influência pessoal relativizaria, limitaria e mediatizaria esses efeitos (Sousa, 2006: 501). A Teoria do *Agenda-Setting* iria mostrar que existem efeitos cognitivos diretos, pelo menos quando determinados assuntos são abordados e quando estão reunidas determinadas circunstâncias (Bennett<sup>1</sup> e Iyengar, 2008: 709).

Mais tarde, a Escola de Frankfurt procurou demonstrar que os produtos culturais contribuem para criar, reproduzir e manter não apenas a ideologia dominante numa sociedade mas também, e por consequência, a própria estrutura da sociedade. Dito por outras palavras, a sociedade “recria-se e reproduz-se constantemente com base na ideologia dominante, em parte devido à força e ao carácter dos produtos culturais” (Sousa, 2006: 412). Held (1980: 80) salienta que uma das novidades trazidas pela Escola de Frankfurt foi a insistência em tratar-se a cultura como dinâmica integrada no meio social em que é produzida. O impasse teórico dividiu os pensadores e não havia explicação formulada para a forma como as pessoas processavam a informação vinda dos *media* nem para a alegada influência sobre indivíduos e grupos. Importante notar que, apesar da falta de explicação científica para os efeitos diretos dos *media*, o poder da imprensa não deixava de ser reconhecido (Shaw, 1979: 98).

Os investigadores da *agenda-setting* persistiam em defender que os *media* eram persuasivos (Shaw, 1979: 98) mas as abordagens que encaravam as notícias como o resultado de um processo de construção só começariam a ser criadas nos finais dos anos 1970 (Tuchman, 1978), beneficiando da conjuntura histórica, propícia à experimentação e às ruturas após o movimento de Maio de 68 (Sousa, 2006: 159):

“A expansão da imprensa, com as suas acrescidas responsabilidades, surge acompanhada do conceito de "Quarto Poder", em que a defesa e vigilância da nova força chamada "opinião pública" é invocada como dever e atua como legitimadora da nova força social que é a imprensa" (Traquina, 1993: 23).

Por agir como crítica aos poderes constituídos, como um contrapoder, a imprensa passou a ser chamada de quarto poder e a liberdade de imprensa como algo importante e imprescindível para a garantia do exercício da democracia numa sociedade



democrática (Guareschi, 2007: 20). É relevante recuperar a origem deste conceito, os valores que até hoje fundamentam a atividade da imprensa nascem dos ideais então revolucionários do liberalismo, em fins do século XVIII, quando se formula o moderno conceito de cidadania. É daí que decorre o conceito de “quarto poder”, através do qual a imprensa aparece como salvaguarda das instituições, guardiã do interesse público contra os abusos do Estado (Moretzsohn, 2003: 6). Ao constituir-se como um quarto poder *extrainstitucional*, a imprensa foi reconhecida como uma instituição política e sobretudo como pressuposto à democracia, a ponto de a adjetivação “democrática” só ser conferida a sociedades em que exista uma livre manifestação da opinião, sobretudo por intermédio dos meios de comunicação (Fonseca, 2004: 20). Desde há muito considerado um quarto poder hoje torna-se para além de mais completo, mais complexo, em razão das novas tecnologias que alargam a esfera pública e que ao mesmo tempo ampliam a sua presença transnacional na opinião pública (Fonseca, 2004: 14).

O conceito de opinião pública possui três principais características – inicialmente, é um produto de uma audiência particular; é, depois, uma opinião partilhada por um grande número de indivíduos, uma opinião comum; e por fim, é uma opinião trazida ao conhecimento a todos e submetida ao juízo de todos, tornando-se assim pública. Estes três traços fundamentais – um público, uma opinião comum, uma opinião partilhada – estão presentes em “*L’opinion Publique*”, Georges Burdeau (1990) que definiu a opinião pública como

“uma força social que resulta de uma similitude de juízos sobre determinados temas por parte de uma pluralidade de indivíduos e que se exterioriza na medida em que toma consciência de si mesma”.

A emergência de uma opinião pública consistente e vigilante em relação ao poder nas sociedades ocidentais adquiriu uma enorme importância na compreensão das transformações da organização política (Habermas, 1977: 75-85). Esta definição vem introduzir o segundo conceito que articula os três principais vértices da dissertação – meios de comunicação, opinião pública e política externa.

### 3.2. *Agenda-setting*: Como surgiu e evoluiu

A teoria foi avançada nas conclusões de um estudo publicado em 1972 cujo trabalho de campo tinha sido realizado durante as eleições presidenciais norte-americanas de Novembro de 1968. Durante o processo de campanha presidencial norte-americana disputada entre Hubert Humprey e Richard Nixon, McCombs selecionou um universo de cem eleitores com posições financeiras, sociais e étnicas diversas aos quais foram aplicados questionários durante um período de 24 dias que antecedia as eleições (McCombs e Shaw, 1972: 177).

Procederam ainda à seleção de cinco jornais, dois canais nacionais de televisão e duas revistas semanais. Dos jornais, quatro eram regionais – *Durham Morning Herald*, *Durham Sun*, *Raleigh News and Observer* e *Raleigh Times* – e um nacional – o *New York Times* – as duas revistas nacionais foram a *Time* e a *Newsweek*, e os canais de televisão foram a NBC e a CBS. Os temas foram codificados em quinze diferentes categorias e agrupados em três grandes blocos, denominados “Temas”, “Campanha” e “Candidatos” (*ibidem*, 178). Após analisados os dados decorrentes dos inquéritos, os autores verificaram que os *media* provocaram um forte impacto durante a campanha eleitoral e influenciaram significativamente o eleitor quanto aos principais temas que queriam ver respondidos na agenda política. A novidade era que mais do que influenciar o eleitor, os *media* teriam influenciado os próprios candidatos fazendo com que muitos deles incluíssem temas na agenda que foram abordados pelos meios de comunicação mas que inicialmente não constavam nas mesmas (*ibidem*, 180).

No entanto persistiam algumas dúvidas de forma que em 1972 Maxwell McCombs e Donald L. Shaw fazem um novo estudo, na campanha em que Richard Nixon concorria à reeleição. Este novo estudo debruçava-se sobre cinco principais linhas de investigação: definição do conceito, fontes de informação da agenda pessoal, desenvolvimento temporal, características pessoais do eleitor e política e agendamento (Hohlfeldt, 1997: 46). Verificou-se que com o avançar da campanha a atenção dos eleitores à comunicação social aumenta e que, através dos *media*, estas passam a constituir um conjunto de informações partilhadas que produz a base para a formação de

uma perspetiva diante dos candidatos. Esta perspetiva, quando sociabilizada entre os diferentes membros de uma comunidade, reflete-se no resultado eleitoral (McCombs e Shaw, 1972: 184).

No que diz respeito ao desenvolvimento temporal, McCombs e Shaw concluíram que se estabelece uma verdadeira correlação entre a agenda dos *media* e a do recetor e que também a agenda do recetor pode influenciar a agenda dos *media*. Bastante pertinente para esta análise é o fato de terem verificado a existência de um *interagendamento* entre os diferentes tipos de *media*, concluindo que os meios de comunicação impressos possuem uma determinada hierarquia sobre o formato eletrónico, tanto no que se refere à preferência do recetor – pela sua maior permanência e poder de memorização através da leitura – quanto à capacidade de agendamento sobre os restantes meios de comunicação (*ibidem*, 185).

No que diz respeito à relação da agenda no seio político, verificou-se que os dirigentes políticos são extremamente sensíveis à definição da agenda e assim os *media* alcançam uma importância superior na constituição das relações políticas (Hohlfeldt, 1997: 48). Em relação ao formato dos *media*, imprensa ou televisão, McCombs (2008: 208) acredita que nos EUA a diferença é pouco relevante, uma vez que os jornais ainda têm um impacto mais forte. A diferença no impacto da agenda dos dois formatos é mais óbvia em países onde a televisão está sob influência do governo ou do partido político dominante. Num dos seus estudos em Taiwan, os investigadores encontraram resultados muito fortes de *Agenda-setting* mas nenhum efeito no que em relação à televisão – a televisão em Taiwan estava sob controle governamental e os eleitores estavam muito conscientes desse processo mediático (*idem*).

Mais tarde, Rogers, Dearing e Bregman (1993) deram ainda um precioso contributo à literatura da *Agenda-setting*, reunindo a pesquisa de três componentes que constituem o processo de agendamento – os estudos da agenda mediática (*media agenda-setting*) definidos como os estudos do conteúdo dos media, os estudos da agenda pública (*public agenda-setting*) definidos como os estudos que concetualizam a relativa importância dos diversos acontecimentos e assuntos por parte dos membros do público,

e os estudos sobre a agenda da política governamental (*policy agenda-setting*), definidos como o estudo do estabelecimento da agenda das entidades governamentais.

<i>Level of elite consensus</i>	<i>Media–state relationship</i>	<i>Role of the media</i>
Elite consensus	Media operates within 'sphere of consensus' (Hallin)	Media 'manufactures consent' for official policy
Elite dissensus	Media operates within 'sphere of legitimate controversy' (Hallin)	Media reflects elite dissensus as predicted by Hallin and Bennett
Elite dissensus <i>plus</i> policy uncertainty within government and critically framed media coverage	Media takes sides in political debate and becomes an active participant	Media functions to influence direction of government policy

Figura 2. O modelo de interação das relações *Media-Estado*

O quadro apresenta a forma como estes três componentes se relacionam e permite compreender em que circunstâncias e em que medida os *media* exercem a sua capacidade de influência na agenda política. Assim, é possível compreender que quando não há consenso no círculo político, nem certeza de uma decisão na governação, os *media* ocupam um maior espaço na discussão pública. Ao assumirem um dos lados do debate político, tornam-se participantes ativos desse debate e exponenciam a sua capacidade de *agenda-setting*, podendo influenciar o processo de tomada de decisão.

A teoria poderá assim, sinteticamente, ser apresentada como

“a capacidade dos media em influenciar a projeção dos acontecimentos na opinião pública confirma o seu importante papel na construção da nossa realidade social, isto é, de um pseudo-ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos *mass media*” (McCombs e Shaw, 1977:7).

A influência dos meios de comunicação assume assim um papel particularmente sensível na definição das principais questões públicas e, por conseguinte, na definição da agenda política. A sua capacidade na definição da agenda é perceptível não apenas pelo

cidadão comum, que tende a entender como mais importantes as questões destacadas pelos meios de comunicação, mas também no comportamento dos líderes políticos ao serem pressionados a responder.

“Agenda é simplesmente a questão da cobertura da notícia” (McCombs, 2006: 208). Antes de desenvolverem a sua investigação McCombs e Shaw, o Instituto Gallup colocava a pergunta aos cidadãos norte-americanos “qual o principal problema que as pessoas enfrentam, atualmente nesse país?” Evidentemente, esta era uma pergunta aberta e as pessoas poderiam dar a resposta que quisessem. Esta pergunta terá inspirado os investigadores, provavelmente, ainda é a pergunta mais frequente usada pelo Instituto Gallup que mede o nível de agenda pública não apenas nos EUA, mas em outros países por todo o mundo. As notícias repetidas todos os dias comunicam ao público a importância de cada tema. Quanto maior for a cobertura de uma determinada notícia, maior será a preocupação dos indivíduos acerca disso mesmo. Em outras palavras, os indivíduos sabem que devem preocupar-se com uma notícia através da quantidade de cobertura que esta recebe (Iyengar e Adam, 1993; McCombs, 2004).

Assim, o modelo tradicional – ou primeiro nível – da teoria *Agenda-setting* enfatizava um novo papel dos *media* no que diz respeito à consciencialização do público para as notícias mais importante, o foco de análise está na transmissão do objeto de relevância dos *media* para o público (Ozkanca, 2011: 141).

### **3.3. Abordagem a um segundo nível de análise**

Este desenvolvimento da teoria refina a hipótese original da *Agenda-setting* que tem vindo a ser criticada por ser demasiado simplista no seu foco e por sobrestimar a eficiência entre as categorias da cobertura nos *media* e a opinião pública. Por sua vez, este nível de análise foca-se na influência nas perceções das pessoas sobre os aspetos que caracterizam as notícias (Scheufele e Tewksbury, 2007: 15).

Quando os meios de comunicação social noticiam um objeto, este é definido com determinados atributos ou características que podem ser enfatizadas, diminuídas ou algumas nem sequer abordadas (McCombs 2004: 6). O segundo nível da *Agenda-setting* examina de forma mais complexa a assimilação que é feita pelos leitores ao conteúdo publicado pelos *media*. É examinada a forma como os meios de comunicação selecionam e apresentam os atributos do objeto noticiado e como essa seleção e exposição consequentemente influenciam a perceção do público sobre esse objeto (Takeshita e Mikami, 1995; Ghanem, 1997; McCombs e Estrada, 1997; McCombs e Reynolds, 2002).

O segundo nível da teoria implica uma abordagem mais profunda no impacto do tratamento da notícia. Enquanto o primeiro nível examina a transmissão de expectativas ou preocupações que determinado tema pode emitir no público, o segundo nível assume que a perspetiva publicada pelo jornal sobre esse tema influencia o entendimento do leitor (Wanta et al., 2004: 364). Contrariamente à premissa enunciada por Cohen em 1963, este segundo nível de análise implica uma relação causa-efeito dos *media* mais complexa. O foco deixa de estar na cobertura mediática de determinado acontecimento para estar no tipo de cobertura desse mesmo acontecimento – a forma como é relatada a notícia, o tom da narrativa, a argumentação. Não se trata apenas da frequência com que o assunto é noticiado, mas a forma como é noticiado e os juízos atribuídos que vão vincular mentalmente uma perspetiva no público. Enquanto que o primeiro nível de definição da agenda sugere que a cobertura mediática influencia o que pensamos, o segundo nível sugere que a cobertura mediática influencia também a forma como pensamos (Wanta et al., 2004: 368).

Os meios de comunicação desempenham assim um papel ativo e continuado, influenciando e refletindo a construção da agenda. Influencia a formação de políticas ao gerar a atenção do público e, através dela, a pressão política para que certos atores passem a atuar sobre uma questão particular. No entanto, a cobertura mediática não aumenta apenas as perceções e atenção públicas sobre várias questões, mas está responsável pela sua construção, definindo-as como económicas ou políticas, sociais ou pessoais, radicais ou conservadoras. O que é relatado, como é relatado, quem relata e o

caráter do meio de comunicação, tudo isso tem implicações para a mensagem dos *media* ao público (Cook, 1983).

### 3.3.1. O conceito de *framing*

Os *media* não se limitam apenas à definição de agenda no sentido de uma apresentação neutra de um tema, a ideia de *Agenda-setting* é complementada com a noção de *framing* (enquadramento) – os meios de comunicação apresentam esquemas narrativos que permitem interpretar os acontecimentos, acabando por privilegiar alguns destes esquemas, em detrimento de outros. Este conceito foi desenvolvido na obra de Erving Goffman (1974) e consiste na forma como é feita a narração que permite interpretar os acontecimentos. O controlo sobre a agenda e sobre a formação dos diversos enquadramentos consolida alguma centralidade dos meios de comunicação no processo político contemporâneo.

*“Framing is the act of selecting and highlighting some facets of events and issues and making connections among them so as to promote a particular interpretation, evaluation and/or solution”* (Entman, 2004: 5).

O *framing* pode ser estudado como uma estratégia de construção e processamento do discurso noticioso ou como uma característica do discurso em si (Pan e Kosicki, 1993: 55-75) e está relacionado com a capacidade dos *media* de construir significados sociais que vai ao encontro do quadro teórico construtivista. Segundo Entman (1993: 52), uma das principais referências no desenvolvimento deste conceito, enquadrar é selecionar alguns aspetos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes no texto comunicativo de modo a promover uma definição ou interpretação de um problema. O conceito de *framing* permite-nos compreender que o conteúdo das notícias não descreve apenas a realidade, mas pode também ser construído de modo a produzir uma compreensão ou perceção particular de um problema. Assim, no que diz respeito à cobertura de debates fraturantes, poderá ser identificada qual das posições é tomada pelos *media* na medida em que a cobertura noticiosa adota uma formulação discursiva parcial (Robinson, 2011: 532). Em nome de uma cobertura equilibrada e justa, as notícias podem envolver enquadramentos competitivos (Gamson, 1989; Entman,

2004). “O que é que então determina um enquadramento vencedor? Nada, *a priori*” (Wolfe et al, 2013: 184). Os meios de comunicação não são só um espaço utilizado por atores estratégicos, como são também um agente com múltiplas funções nos processos políticos. O conteúdo dos *media* influenciam e são influenciados pelas causas e resultados destes processos políticos (Wolfe et al., 2013: 184).

Os enquadramentos que melhor exercem maior efeito no público são aqueles que têm maior ressonância cultural, ou seja, quadros identificativos que evocam palavras e imagens que dominantes na cultura em causa (Entman, 2004: 6). Quando surge um debate em PE são apresentadas explicações do problemas e soluções ao problema pelos *media*, pelos decisores políticos ou pela oposição. A explicação do problema e da sua solução é entendida sob determinado enquadramento. Por vezes os decisores políticos posicionam-se na linha da frente do debate de forma a enquadrar o problema de forma a negar e excluir qualquer possibilidade de um enquadramento concorrente. Quando isto acontece, os meios de comunicação têm muitas vezes tendência a adotar esse enquadramento. O enquadramento único chega por várias vias ao público e acaba por ser adotado (Neack, 2008: 125-126) No pós 11 de Setembro a Administração Bush enquadrou imediatamente o acontecimento como um ataque terrorista surpresa a civis inocentes americanos e, por isso, aqueles que responderiam aos ataques em território iraquiano seriam verdadeiros heróis. As imagens apresentadas neste quadro foram tão rapidamente aceitáveis pelo público e este quadro foi repetido pelos *media* (Entman, 2004: 15)

A influência exercida pelos *media* nos membros do Congresso, no Presidente ou nos membros da Administração pode não ser direta, isto é, os *media* não devem ser pensados no sentido estrito de alterarem as preferências dos grupos governamentais. Têm sim a capacidade de apontar aos decisores políticos a que devem prestar atenção (Wolfe et al., 2013: 184). As ações dos *media* podem alterar os temas em agenda ao definirem novos problemas político. Assim, o que se pretende explicar é que os *media* podem não mudar as mentes dos decisores políticos, mas podem alterar o seu foco através do enquadramento que estabelecem (Jones, 1994; Jones Baumgartner, 2005).



Os meios de comunicação desempenham um papel ativo e continuado, influenciando e refletindo a construção da agenda. Podem influenciar a formação de políticas ao suscitar a atenção do público e, através desta, a pressão política para que os decisores políticos atuem de determinada forma sobre uma questão particular; mas também são influenciados pelas identidades e interesses inerentes aos cidadãos envolvidos numa sociedade. A ideia de enquadramento recorre à interpretação dos contextos nos quais as notícias são produzidas – esta compreensão dos conceitos associados à teoria *Agenda-setting* permite-nos compreender que, através do seu discurso, os *media* podem exercer influência sobre a agenda pública e agenda política.



## **4. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DE CASO**

### **4.1. A revolta nas ruas árabes**

O desenvolvimento atribulado dos acontecimentos que tiveram início em 2011 no Norte de África e Médio Oriente foi sobretudo fruto da imprevisibilidade dos mesmos. A vulnerabilidade das autocracias, a fragilidade que demonstraram quando foram desafiadas e a repressão violenta com que trataram os civis (Joffe, 2011: 507) acabaria por conduzir ao agravamento das revoltas.

O movimento de revoluções ao qual se viria a dar o nome de Primavera Árabe teve início na Tunísia, com o trágico suicídio em praça pública de Mohamed Bouazizi, em dezembro de 2010. Bouazizi era um vendedor de rua, que depois dos seus produtos terem sido confiscados pela polícia que terá alegado a ilegalidade da venda, procurou defender-se no governo regional onde terá sido recebido com desprezo. Em reação a esta situação e num ato de desespero, Bouazizi ateou fogo a si próprio. Nos dias seguintes a este acontecimento dramático foram muitos os manifestantes que invadiram as praças centrais da maioria das cidades tunisinas, pronunciando-se contra o regime de Ben Ali. O protesto espalhou-se rapidamente por todo o país mobilizando milhões de pessoas, acabando por forçar o líder a fugir para o exílio a 14 de janeiro, terminando 23 anos no poder (Dupont e Passy, 2011: 447).

Contudo, os acontecimentos não ficaram por aqui. A 25 de janeiro, milhares de manifestantes ocuparam as ruas do Cairo para pressionar Mubarak a sair do poder, numa ação sustentada que durou dezoito dias apesar da violenta repressão contra os que se manifestavam. Apesar da violência policial a multidão foi aumentando progressivamente na Praça Tahrir e, a 11 de fevereiro, Mubarak acaba por demitir-se e entrega o poder ao exército. As ondas de protesto continuaram a desenvolver-se em todo o Médio Oriente e depois da Tunísia e do Egito, o protesto surgiu no Bahrein, Argélia, Líbia, depois em Marrocos, Líbano, Jordânia, Síria, bem como no Líbano, Omã e Arábia Saudita, note-se que cada caso se caracterizou por dimensões e dinâmicas diferentes (Dupont e Passy, 2011: 447). O ato de Bouazizi teve “o efeito de uma faísca num monte de palha” e

imediatamente tornou-se o catalisador de protestos antigovernamentais. Em menos de um mês, os tumultos sociais moveram multidões e levaram o presidente da Tunísia, Zine Ben Ali, a fugir de um país que governou com mão de ferro por 23 anos e o presidente do Egito, Hosni Mubarak, a ser expulso do cargo pelo efeito combinado das manifestações de massa e da pressão das suas até então Forças Armadas (Alcaro, 2012: 11).

A região parecia estar fechada a um sistema de partido único, a sociedades civis inativas, à pobreza e a baixos níveis de alfabetização (UCDP, 2012: 1). Nas raízes do protesto estavam uma combinação de fatores demográficos, socioeconómicos e políticos, mas fundamental para a sua expansão e caminho que tomou, foram o conhecimento destes acontecimentos no resto do mundo pela forte presença dos meios de comunicação como a *Al-Jazeera* e pela forte transmissão da mensagem democrática através das redes sociais como *facebook*, *twitter* e *YouTube*. Outro fator importante de destacar é que o papel dos movimentos islâmicos nestas revoltas era e é muito limitada, e por isso a ideologia por detrás da Primavera Árabe não era atribuída ao islão (Freudenstein, 2011: 68).

À época da análise de notícias deste estudo de caso, na Tunísia e no Egito os princípios democráticos ganhavam terreno, mas não o suficiente para desmontar o complexo militar que formava a espinha dorsal do Estado. Da mesma forma, as forças do regime tunisino não desistiram facilmente dos seus privilégios. As revoltas no Bahrein e Síria eram reprimidas com relativo sucesso, enquanto os protestos na Argélia, Marrocos e Jordânia eram os mais tímidos. Apenas no Líbano os acontecimentos tinham tido repercussões mais intensas que poderiam levar a uma reforma política. A Líbia aparece como uma exceção neste processo em que as revoltas acabaram por levar a uma guerra civil que podiam conduzir a uma intervenção externa. Por sua vez, a repressão violenta contra os manifestantes no Bahrein mostra a presença do poder das potências e suas estreitas ligações com este regime (Nasser, 2011). A contextualização dos acontecimentos à época das publicações dos jornais permite um enquadramento adequado aqueles que eram os desenvolvimentos e informações disponíveis na altura.

As revoltas árabes foram notícia em quase todo o mundo e tiveram impacto sobre os interesses ocidentais e as suas políticas no Médio Oriente, recolhendo diferentes respostas aos acontecimentos. Entre as principais polémicas estavam o apoio inicial da França a Ben Ali, considerado uma gafe política segundo as palavras de Serge Halimi<sup>3</sup> (2011). A França tinha a sua própria interpretação da compatibilidade da democracia com o Islão e uma vez que as multidões, principalmente muçulmanos, pediam liberdade e igualdade, Sarkozy ofereceu “a assistência especializada das nossas forças de segurança” ao regime em queda de Ben Ali. Algumas semanas mais tarde, a Grã-Bretanha, França e Itália foram fundamentais para iniciar a intervenção militar na Líbia, estimulando a administração de Barack Obama EUA a entrar em ação. Por sua vez, a resposta aos protestos na Síria foi a mais ambígua, uma vez que a teia de relações históricas, políticas e económicas que amarravam o país à Europa, assim como a sua posição geopolítica viriam a revelar-se, dois anos mais tarde, o maior desafio decorrente desta Revolução (Dalacoura, 2012: 77).

#### **4.2. O caso da Líbia e a necessidade de intervenção**

Quando as transformações políticas ocorreram na Tunísia e no Egito, já havia expectativas na Líbia de que esses acontecimentos trariam um novo futuro (Joffé, 2011: 523). A liderança de Khadafi tinha conseguido isolar imprudentemente o país no contexto do Médio Oriente e, conseqüentemente, as mudanças revolucionárias na Líbia seriam menos relevantes para o equilíbrio regional, o que permita ao Ocidente implementar uma política de mudança de regime, sem muito prejuízo para os seus interesses no Médio Oriente (Alcaro, 2012: 14). No entanto, a situação na Líbia evoluiu de forma bastante diferente.

A revolta popular na Líbia começou a 15 de fevereiro, inspirado pelos acontecimentos nos países vizinhos e provocada pela prisão de um ativista líbio de direitos humanos, Fathi Turbel, ao que a polícia respondeu com bombas de gás lacrimogéneo, canhões de água e balas de borracha. Também inspirado pelos anteriores

---

<sup>3</sup> Serge Halimi é diretor editorial do jornal francês *Le Monde Diplomatique*.

movimentos de protestos da Primavera Árabe, os protestos expandiram-se para mais cidades da Líbia e no dia 17 de fevereiro foi organizado um "dia de fúria" ou "dia de revolta" e protestos em larga escala dividiram-se pelas cidades de Benghazi, Ajdabija, Derna, Zintan e Bayda (Madsen e Selsbæk, 2012: 15). Era certo que a onda de manifestações chegasse à Líbia, percorrendo a margem norte do continente Africano, mas a resposta do líder líbio seria diferente dos países vizinhos. As manifestações na Líbia exigiam igualmente melhor qualidade de vida, mais liberdade e um maior nível de participação política; o que distinguiu o caso líbio foi a forma particularmente brutal como Khadafi respondeu às revoltas populares. Quando o "dia de revolta" foi organizado, ficou claro que Khadafi não toleraria qualquer cenário que fosse diminuir ou fragilizar o seu poder absoluto (UCDP, 2012: 6).

Um dos fatores determinantes para os acontecimentos trágicos na Líbia foi o fato do regime ter perdido tão rapidamente o controlo de metade do seu território. Na realidade, o poder na Líbia é predominantemente uma questão de geografia, a população da Líbia está esmagadoramente concentrada em torno de duas cidades, Tripoli e Benghazi, que estão separadas por centenas de quilómetros de deserto. Assim, perder o controlo de uma ou outra cidade é perder o controlo efetivo de metade do país. Esta característica, juntamente com o facto do regime líbio ter sido tão fortemente personalizado em torno da figura de seu líder e não ter feito qualquer concessão ao conceito de autocracia liberalizada explica a velocidade da perda de controlo (Joffé, 2011: 524).

Assim os rebeldes líbios acabariam por assumir o controlo de parte do leste da Líbia, organizando-se enquanto "Conselho Nacional de Transição" (CNT). Num discurso transmitido a 22 de fevereiro, Khadafi prometeu "lutar até a última gota do seu sangue", ameaçou "limpar a Líbia casa por casa"<sup>4</sup> e rapidamente a revolta se tornou num conflito armado, com o líder a ordenar ataques aéreos contra os rebeldes (Lindström e Zetterlund, 2012: 13). O agravar dos acontecimentos levaram a União Europeia a decidir

---

<sup>4</sup> YouTube, "Muammar Gaddafi speech", 22 de Fevereiro de 2011.

impor sanções à Líbia, entre estas o embargo de armas, a proibição de viajar para Kadhafi e para a sua família e o congelamento de ativos (Madsen e Selsbæk, 2012: 16).

A 26 de fevereiro o Conselho de Segurança aprovaria a Resolução 1970 para o embargo de armas ao regime líbio

“Decide que todos os Estados-Membros devem tomar imediatamente as medidas necessárias para impedir o fornecimento direto ou indireto (...) de armas e munições, veículos e equipamentos militares, equipamentos paramilitares e peças sobresselentes e assistência técnica, treino, assistência financeira ou outra, relacionada com atividades militares (...).”  
Resolução 1970 do CS/ONU, Parágrafo 9

No dia 9 de março o CNT alertou a comunidade internacional que se as tropas de Khadafi chegassem a Benghazi, iriam causar um massacre de mais de meio milhão de pessoas. A cidade de Benghazi foi sujeita a uma brutalidade chocante com as ordens de Khadafi para que o exército nacional esmagasse os rebeldes com ataques terrestres e bombardeios, deixando dezenas de mortos e feridos (Madsen e Selsbæk, 2012: 16).

Enquanto a comunidade internacional condenava os ataques a civis, foi lançada uma operação para evacuar centenas de milhares de estrangeiros. A 10 de Março a França reconheceu o CNT como o governo legítimo da Líbia e apelou para uma ação imediata por parte da comunidade internacional contra o regime de Kadhafi. No dia seguinte, a França recebeu o apoio no Reino Unido, com Cameron a sublinhar a necessidade de uma ação internacional em resposta a Kadhafi, mas os dois países não encontraram apoio para uma intervenção militar no Conselho Europeu Extraordinário. Ainda assim, nos dias que se seguiram, mais e mais estados, entre os quais nove dos estados da Liga Árabe pronunciavam a necessidade de uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia (Madsen e Selsbæk, 2012: 16). As imagens e relatos do que acontecia no país espalharam-se rapidamente através dos meios de comunicação e das redes sociais, ao mesmo tempo que em todo o mundo se construía um forte sentimento de solidariedade pela onda democrática que varria toda a região (Lindström e Zetterlund, 2012: 13).

A questão acabaria por ser submetida ao Conselho de Segurança, que em 17 de março iria aprovar a Resolução 1973, a favor da imposição de uma zona de exclusão

aérea sobre a Líbia, restringindo Khadafi do uso da sua força aérea contra a população líbia

“Autoriza os Estados que tenham notificado o Secretário-Geral, agindo a nível nacional ou através de organizações ou acordos regionais, e em cooperação com o Secretário-Geral, a tomar todas as medidas necessárias, não obstante o parágrafo 9 da Resolução 1970 (2011), a proteger os civis e civis densamente povoadas, sob ameaça de ataque na Líbia.”  
Resolução 1973 do CS/ONU, Parágrafo 4

A decisão não foi consensual<sup>5</sup>, tendo recolhido cinco abstenções – Brasil, China, Alemanha, Índia e Federação Russa – e a responsabilidade de fazer cumprir a zona de exclusão aérea foi distribuída entre os Estados membros da ONU com a NATO no comando das operações (UCDP, 2012: 7). A resposta do Ocidente à Primavera Árabe dividiu-se num claro conflito entre interesses e valores. Por um lado o Ocidente não podia deixar de solidarizar-se com as exigências da rua árabe – o fim do regime autoritário, a representação popular, o Estado de direito, a justiça social, o fim da corrupção – que se enquadravam no modelo político ocidental. Por outro lado, entre os países ocidentais havia o receio do potencial resultado da onda revolucionária árabe, que poderia vir a evoluir para um sistema de relações regionais menos compatível com as preferências ocidentais (Alcaro, 2012: 13).

#### **4.2.1. O caminho para uma resposta concertada**

Em agosto de 2010 Barack Obama solicitou um estudo presidencial que estudasse as questões com maior probabilidade de se tornarem gatilhos de conflito no Médio Oriente. Este estudo estava direcionado para ponderar os interesses estratégicos dos EUA com o intuito de evitar a instabilidade face ao surgimento de desejos democráticos (Kitchen, 2012: 56). A página 18 do documento (2010) concluía que, na ausência de reformas políticas significativas, a revolta popular era provável e ressaltava

---

<sup>5</sup> A UNSCR 1973 foi adotada com 10 votos a favor – Bósnia-Herzegovina, Colômbia, França, Gabão, Líbano, Nigéria, Portugal, Reino Unido, África do Sul e EUA – e cinco abstenções – Brasil, China, Alemanha, Índia e Rússia.



ainda a necessidade de elaborar uma resposta flexível e preparada para os desafios que surgiriam de uma possível crise.

Ainda assim, quando eclodiram os movimentos de revolta no norte de África, a administração Obama teve dificuldade em reagir a esta que era uma situação sem precedentes e tão veloz. Descrito como “o maior desafio desde o fim da Guerra Fria” por William J. Burns (2011), subsecretário dos assuntos políticos, a Primavera Árabe colocou os Estados Unidos e o presidente Barack Obama numa posição muito difícil. Por um lado, enquanto potência mundial, não podia pôr em causa os seus aliados, mas enquanto potência mundial democrática, não poderia opor-se à democratização – “*Obama is between a rock and a hard place*” (Cole, 2011: 10).

Importa também ter em conta a relação entre os Estados Unidos e a Líbia, que era uma relação antagónica de longa data com Khadafi. Durante décadas, a Líbia fornecia acampamentos terroristas e financiamento generoso para grupos radicais de todo o mundo. Um dos piores ataques terroristas contra os americanos até 11 de setembro de 2001, foi perpetrado pela Líbia sob as ordens de Khadafi, o bombardeamento do voo *Pan Am 103* em 1988 sobre Lockerbie, na Escócia, que matou um total de 270 pessoas (Atlas, 2012: 371).

Quando em 1999 dois suspeitos do caso Lockerbie foram acusados pelo ataque ao voo em Lockerbie, a Líbia negociou o acordo de recompensa às famílias das vítimas do desastre e o regime Líbio admitiu formalmente a responsabilidade do incidente para apaziguar as relações com os EUA. Resultado disso, em Setembro de 2003, as sanções das Nações Unidas foram formalmente removidas e durante esse ano as objeções norte-americanas com a Líbia foram resolvidas (Joff e Paoletti, 2011: 197). Em Fevereiro de 2004 recomeçaram algumas relações diplomáticas com os EUA e durante os anos de 2004 e 2005 as relações comerciais eram restauradas, com as companhias de petróleo americanas a regressar ao país (*idem*). Esta tentativa de reaproximação da Líbia ao Ocidente acabaria por consagrar-se na aprovação da sua entrada para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em Maio de 2010.

Quando se desenvolveram os acontecimentos na Líbia, o apelo internacional para que os Estados Unidos interviessem colocava mais pressão sobre a Administração. Em pleno ano de recessão económica, novos fatores passavam a ser tidos em conta no debate sobre o uso do poder militar, como a austeridade, os respetivos cortes no orçamento e o envolvimento militar dos EUA em duas outras guerras (Atlas, 2012: 354). A Política Externa norte-americana viu-se forçada a responder rapidamente aos novos e imprevisíveis desenvolvimentos, com a agravante para Obama de se aproximarem as eleições e desta decisão poder vir a ser crucial na sua recandidatura. A 25 de fevereiro, os EUA começaram por fechar a sua embaixada em Trípoli e impuseram sanções unilaterais contra a Líbia, um dia antes de a ONU ter anunciado as sanções multilaterais na Resolução 1970. A 3 de março, o presidente Obama proferiu num discurso que Khadafi tinha perdido a legitimidade e deveria abandonar o poder (Lindström e Zetterlund, 2012: 42).

A equipa de PE de Obama estava dividida quanto à melhor forma de proceder. O Secretário da Defesa Robert Gates acreditava que a proposta para uma zona de exclusão aérea surtiria poucos efeitos e que enviar um grande exército norte-americano para o terreno não fazia sentido (Gates, 2011). A secretária de Estado Hillary Clinton tinha sido a primeira a mostrar-se cética em relação a uma ação militar na Líbia, tendo acabado mais tarde por alterar a sua posição juntando-se a outros dois membros do círculo de política externa de Obama que a defendiam – Samantha Power, diretora sénior para Assuntos Multilaterais e Direitos Humanos, e Susan Rice, embaixadora dos EUA na ONU. A influência das três na defesa de uma ação militar contra Khadafi foi pública e reconhecida pelos *media* que as descreveram-nas como “*the women who called for war*” (Lindström e Zetterlund, 2012: 42).

Oficiais dos EUA garantem que o acontecimento chave para a decisão de Obama foi a decisão da Liga Árabe a 12 de março de Março de apelar a uma zona de exclusão aérea para proteger a população líbia. A decisão sem precedentes da Liga Árabe – organização que tem sido marcada pelas divisões crónicas – deu a aprovação regional necessária para os EUA considerarem a ação militar. Para além disso, dois estados árabes

– Qatar e os Emirados Árabes Unidos – disseram que iriam participar no estabelecimento da zona de exclusão aérea e o Estado Líbano aprovava a Resolução no Conselho de Segurança (Taylor, 2011: 4).

Tendo falhado o apoio da União Europeia e do G8 para a aprovação de uma zona de exclusão aérea, e ainda que com o apoio da Liga Árabe, a França e o Reino Unido revelaram-se relutantes no pedido de Resolução às Nações Unidas e, entretanto, Kadhafi tinha conseguido reagrupar e capturar parte do território ocidental e central, que incluía terminais de petróleo, e estavam a avançar rapidamente para Benghazi, a cidade mais forte dos Rebeldes (Taylor, 2011: 4). A 15 de março, após a aprovação da Liga Árabe, Obama reuniu o Conselho de Segurança Nacional, com Hillary Clinton a participar via telefone de Paris e Susan Rice através de vídeo de Nova Iorque. No dia seguinte, Washington acabaria por sugerir uma proposta de Resolução ainda mais agressiva, que incluía ataques aéreos e marítimos:

*“I had a phone call from Susan Rice, Tuesday 8 p.m., and a phone call from Susan Rice at 11 p.m., and everything had changed in three hours,” a senior Western envoy told Reuters. “On Wednesday morning, at the (Security) Council, in a sort of totally awed silence, Susan Rice said: ‘We want to be allowed to strike Libyan forces on the ground.’ There was a sort of a bit surprised silence” (idem).*

A 16 de março de 2011, a embaixadora Susan Rice indicava pela primeira vez que a Administração dos EUA apoiava uma ZEA e alguns dias depois o presidente Barack Obama ordenou que as forças militares dos Estados Unidos lançassem ataques contra alvos militares líbios em apoio à resolução. A 18 de março de 2011 Obama (2011) dirigiu-se à nação para justificar o papel dos EUA na intervenção na Líbia – a operação *Odyssey Dawn*.

*“In this particular country, Libya, at this particular moment, we were faced with the prospect of violence on a horrific scale. We had a unique ability to stop that violence: an international mandate for action, a broad coalition prepared to join us, the support of Arab countries, and a plea for help from the Libyan people themselves. We also had the ability to stop Qadhafi’s forces in their tracks without putting American troops on the ground.”*

*“And given the costs and risks of intervention, we must always measure our interests against the need for action. But that cannot be an argument for never acting on behalf of what’s right” (Obama, 2011a).”*

A Operação *Odyssey Dawn* era tanto do interesse nacional dos EUA, porque permitiria reduzir a tensão naquela região importante para o petróleo norte-americano, como coerente com os valores e identidade norte-americanos enquanto “líderes do mundo”, e ainda porque resultaria na remoção de um ditador e na prevenção de uma possível limpeza étnica em Benghazi e ainda sem quaisquer soldados americanos no terreno, para um custo de “apenas” um bilhão de dólares (Atlas, 2012: 371).

A decisão de seguir para a guerra levantava críticas no Congresso, entre republicanos e democratas, sendo que grande parte das críticas era de natureza processual, questionando se Obama tinha o direito legal para iniciar o ataque quando não tinha procurado uma aprovação do Congresso. Neste seguimento, um grupo de membros do Congresso processou o presidente norte-americano por ter iniciado uma ação militar unilateral contra a Líbia, tendo sido várias as propostas apresentadas para cortar o financiamento para a operação (Lindström e Zetterlund, 2012: 44). Comparativamente aos acontecimentos na Síria em 2013, Obama procurou desta vez o debate e aguarda a aprovação do Congresso para uma intervenção na Síria. Em comum está a preocupação por uma intervenção reduzida no tempo, com uma proposta do Senado para a duração entre sessenta a noventa dias (Lusa, 2013).

Como todos os Comandante-Chefe, o Presidente tem reservado o direito de agir unilateralmente para proteger e defender os interesses nacionais vitais dos Estados Unidos, especificamente contra ameaças existenciais (US National Security Strategy, 2010: 22). Ainda assim, há circunstâncias em que os interesses de segurança dos EUA podem ser afetados ainda que indiretamente, por razões morais, por exemplo. Este raciocínio produz um gatilho para a ação, que pode incluir o uso da força, e esteve desde cedo presente no discurso do Presidente Obama, como aconteceu no segundo debate presidencial com John McCain (Obama, 2008):

*“We may not always have national security issues at stake, but we have moral issues at stake... when genocide is happening, when ethnic cleansing is happening somewhere around the world and we stand idly by, that diminishes us... We have to consider it as part of our interests, our national interests, in intervening where possible”*

Obama (2011f) explicou a sua decisão de enviar forças norte-americanas para a Líbia dizendo:

*“There will be times... when our safety is not directly threatened, but our interests and our values are. Sometimes, the course of history poses challenges that threaten our common humanity and our common security ... These may not be America’s problems alone, but they are important to us.”*

A sua administração acrescentou consistentemente que a ação é dependente do contexto e baseada num conjunto particular de circunstâncias, o contexto é que define a missão. Entre os requisitos fundamentais estavam existir um acordo internacional sobre a necessidade de ação que conferia legitimidade e a aprovação internacional que confira legalidade. Para uma ação mais agressiva, a administração estabelece como necessários um maior consenso internacional, uma coligação internacional se as medidas tomadas forem militares e um plano militar com metas limitadas e alcançáveis – ao contrário de compromissos a larga escala de natureza permanente (Feltman, 2012).

Os EUA hesitaram antes de tomar uma posição face à crise da Líbia, tendo mais tarde desempenhado um papel indispensável numa primeira fase, mas permitindo aos EUA entregar o comando da operação ao fim de alguns dias – *“leading from behind”*. Segundo Lizza (2011) esta expressão tinha ficado conhecida nos EUA por Nelson Mandela na sua autobiografia em 1994:

*It is better to lead from behind and to put others in front, especially when you celebrate victory when nice things occur. You take the front line when there is danger. Then people will appreciate your leadership.*

Este conceito remete para uma decisão estratégica dos EUA em liderar o início da intervenção sendo que, estabelecendo acordos, neste caso com a Liga Árabe, a França e a Inglaterra, remete a restante missão para os parceiros. Washington deixou claro desde o início que o seu envolvimento militar na Líbia seria limitado no tempo e no

espaço e por isso, cerca de 10 dias depois da intervenção na Líbia, os EUA afastaram a sua estrutura de ataque e assumiram um papel de apoio, contribuindo apenas em situações pontuais. O facto de terem optado por aquilo a que muitos chamaram “*back-seat role*”, “papel secundário”, provocou um debate sobre se o líder do mundo estava a alterar o seu foco de interesse, esperando que a Europa lidasse com a sua própria vizinhança (Lindström e Zetterlund, 2012: 41). A nível estratégico a administração dos EUA aparentemente decidia não usar as oportunidades da Primavera Árabe para reforçar as relações transatlânticas e a posição dos EUA no coração da aliança NATO, Washington preferiu deixar Paris e Londres assumir a liderança (Heydemann, 2012: 22).

*“The days leading up to Obama’s decision were perplexing to outsiders. American Presidents usually lead the response to world crises, but Obama seemed to stay hidden that week. From the outside, it looked as though the French were dragging him into the conflict (Lizza, 2011)”.*

O Presidente Obama herdou as guerras no Iraque e no Afeganistão e a intervenção na Líbia representou o primeiro uso da força militar pela iniciativa do Nobel da Paz, eleito sob uma bandeira que o afastava do intervencionismo da Administração anterior (Dalacoura, 2012: 78). A identidade norte-americana revelar-se-ia estar presente nesta decisão. Ainda assim, há uma mudança clara na abordagem da PE de Obama, mais cautelosa e preponderada, que teve em conta a necessidade do consenso na região – refletido na aprovação da Liga Árabe – e a necessidade de um envolvimento reduzido, à imagem da crise económica norte-americana e provavelmente do peso da opinião pública perante a presença militar num terceiro país no Médio Oriente.

O estudo de Ole Holsti’s (1996: 115) sobre o impacto da opinião pública na PE norte-americana alerta para a complexidade desta relação – através de dados estatísticos sobre a opinião pública, Holsti nega a noção de desconhecimento ou indiferença do público norte-americano às relações internacionais dos EUA, e propõe que o público age quando confrontado com situações de crise internacionais. Pode não existir uma relação de causa direta entre opinião pública e decisão política mas as perceções dos decisores

políticos sobre a opinião pública estabelecem os parâmetros para o comportamento em PE (Holsti, 1996: 110).

*If officials let others dominate the policy debate, if they do not closely monitor the progress and results of their own policies, if they fail to build and maintain popular and congressional support for a course of action, if they step beyond the bounds of their public mandate or fail to anticipate problems, they may suddenly seem driven by the news media and its agenda (Strobel, 1997: 5).*

A orientação do público norte-americano sobre PE tem-se mantido estável nas suas várias dimensões – o papel dos EUA no mundo, os principais objetivos e os instrumentos políticos para atingir esses objetivos. Nos EUA a opinião pública mantém-se comprometido com o papel internacional dos EUA – com 69 por cento do público identificando-se com esta visão. As estatísticas mostram que este nível de comprometimento não mudou nos últimos sessenta anos – nem durante a Guerra Fria, o período imediato pós-Guerra Fria ou no pós-11 de Setembro e pós-intervenção no Iraque (Global Views, 2006: 14).

Segundo Baum (2004: 191) o interesse do público norte-americano sobre as operações militares dos EUA varia bastante. Algumas intervenções, como no Panamá em 1989, *Desert Storm* em 1991 e no Afeganistão em 1991 atraíram um escrutínio público intenso e sustentado, enquanto outros, como na República Dominicana em 1965, no Haiti em 1994 ou na Bósnia em 1995 atraíram apenas um pequeno público. Enquanto que quase 97 por cento do público norte-americano esteve atento ao *Desert Storm*, a mesma análise sobre a operação na Somália correspondeu apenas a 52 por cento das pessoas

Por sua vez, numa sondagem do *Pew Research Center* (2011) feita entre o dia 10 e o dia 13 de março de 2011, 51 por cento dos inquiridos concordavam com o aumento de sanções ao regime líbio, 45 por cento concordavam com a imposição de uma *no-fly zone*, face aos 44 por cento que não concordavam; 69 por cento opôs-se ao envio de armas para os grupos governamentais e 82 por cento opôs-se ao envio de tropas para a Líbia. A opinião pública opunha-se claramente ao envio de tropas para solo líbio mas não era tão consensual face à imposição de uma ZEA. Importa agora perceber quais os

enquadramentos utilizados pelos jornais norte-americanos para poder tirara elações desta relação entre decisores políticos, opinião pública e *media*.



## 5. A ANÁLISE DE NOTÍCIAS

### 5.1. Metodologia

Neste capítulo as ferramentas da análise de discurso serão usadas para estudar os temas dominantes dos *media* norte-americanos sobre o desenvolvimento dos acontecimentos na Líbia. As metodologias utilizadas nas pesquisas sobre os *media* são classificadas como quantitativas, qualitativas ou mistas (Cunha, 2011: 79). A primeira opção fundamenta-se no levantamento de dados e privilegia o tratamento numérico das informações e dos fenómenos. Por sua vez as metodologias quantitativas assumem que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do investigador que não pode ser traduzido em números, recorrendo preferencialmente a análises textuais com o principal objetivo de proceder à interpretação de informações, textos e documentos (*ibidem*, 81). Estas pesquisas podem também recorrer a métodos mistos, o que aponta para a utilização na mesma investigação de métodos quantitativos e qualitativos, metodologia adotada nesta análise.

A escolha dos jornais foi baseada nos dados do relatório anual “*State of the news media 2012*” da *Scarborough Research* que combinam os dados das versões impressa e digital dos jornais com maior audiência local e cujos dados se referem à data dos acontecimentos na Líbia, Março de 2011. Escolheram-se as estatísticas da audiência local porque trata-se de analisar a opinião pública exclusivamente norte-americana, e o formato impresso e digital deve-se ao facto de cada vez mais a sociedade ter acesso ao seu jornal diário em formato digital, o que justifica a escolha pelas duas dimensões. Por ordem de maior audiência, os dez jornais são *New York Daily News*, *Los Angeles Times*, *New York Times*, *Los Angeles News*, *Washington Post*, *Chicago Tribune*, *Chicago Sun*, *San Jose Mercury News* e *Houston Chronicle*. Os jornais que se revelaram com um número superior de peças foram o *New York Times* e o *Washington Post*, que pela discrepância em relação aos restantes jornais, dominaram grande da análise.

As peças escolhidas para a análise são editoriais. Esta escolha deve-se ao tipo de texto argumentativo, trata-se de um texto analítico destinado a adiantar um comentário

ou opinião “em relação a uma lei, decisão ou medida do Estado, a alguma ação publica ou algum acontecimento nacional ou estrangeiro, discutindo, analisando o assunto e expressando as suas vantagens e inconvenientes” (Campo, 1943: 61). A principal característica do editorial é o facto de geralmente ser institucional e não pessoal, mesmo quando é escrito apenas por um único editor, os editoriais contam enquanto opinião do jornal. Isto significa que geralmente serão partilhadas entre vários editores, ou entre editores e administradores, ou entre editores e outros grupos sociais a quem pertencem (van Dijk, 1995). O jornal, através dos textos de opinião, define no tempo uma atitude doutrinal constante – ideológica ou moral –, uma tendência continuada que serve de identidade e identificação com o público” (Vargas, 1999: 36).

Analisar editoriais é de especial importância quando se analisa o papel ideológico dos *media* (Henry e Tator, 2002, p. 93). Uma vez que a principal função dos editoriais “é a expressão e a comunicação persuasiva de opiniões” (van Dijk, 1996: 13), estas peças compõem um importante corpo de texto para examinar o discurso ideológico predominante na sociedade. É por isso importante reconhecer que qualquer opinião que seja formulada sobre acontecimentos específicos vai ter tendência a derivar de representações sociais (van Dijk, 1995).

Os editoriais são o discurso de opinião por excelência e são provavelmente os discursos de opinião com mais circulação diária (van Dijk, 1995). Contrariamente ao discurso das notícias, os editoriais são conversas entre elites da sociedade, em que o público mais do que espectador é o destinatário. Esta diferença pronuncia-se mais no caso da cobertura de temas menos familiares e mais complexos, como a Política Externa, porque essa cobertura influencia a forma como o público e os comentadores políticos percecionam os acontecimentos do mundo (Malek, 1997, p. 225). A sua influência pode não ser tanto baseada na influência da massa popular, mas da influência das elites – podemos assumir que os membros do parlamento ou Congresso, gabinetes de ministros, administradores de companhias e outros líderes seguem a opinião dos principais jornais, por sua vez, as opiniões dos jornais não são totalmente inconsistentes com quem faz

parte das instituições de elite, e por isso este é um processo de influência mútua (van Dijk, 1995).

Para iniciar a recolha de dados procedeu-se à pesquisa dos editoriais no banco de dados *Lexis Nexis*. Primeiro, foi selecionada a pesquisa pela palavra “Líbia” na opção de “editoriais” e na janela temporal entre 17 de fevereiro de 2011 e 24 de março de 2011 em cada jornal individualmente. A janela temporal foi escolhida de acordo com o início dos confrontos que na Líbia, que terão começado a 16 de Fevereiro, de forma a recolher as primeiras peças sobre o tema, concluindo a 24 de março, uma semana depois da Resolução 1973 que autorizou a intervenção militar na Líbia, de modo a conseguir recolher os principais comentários e pareceres sobre a decisão dos EUA.

Esta pesquisa segue as orientações de van Dijk (1988: 126) que recomenda que a análise de textos dos *media* inclua três partes – a descrição da estrutura argumentativa, a explicação das suposições tácitas, normas e valores e a análise das características do estilo e retórica. Os métodos quantitativos responderão a questões como: qual o volume de peças publicadas? Quais os temas mais abordados e quais os atores mais focados? Que fontes têm maior proeminência? Quais os locais e regiões mais referidos nas peças? Por sua vez, os métodos qualitativos procuram responder a questões como: Qual a narrativa mais utilizada? Qual o tom e argumentos predominantes? Qual o principal enquadramento dado às peças?

Alguns dos editoriais não estavam disponíveis gratuitamente no banco de dados *LexisNexis* e por isso procedeu-se a uma nova pesquisa no banco de dados *ProQuest* através da qual é possível a sua compra. Verificou-se que parte dos editoriais era repetida uma vez que alguns jornais reeditam editoriais do *New York Times* e do *Washington Post*. Esta reedição remete-nos para o conceito de *interagendamento* em 2.2 sobre diferentes meios de comunicação poderem exercer efeito de definição da agenda entre si (McCombs e Shaw, 1972: 184). A pesquisa em “Editoriais” nos bancos de dados também incluía a resposta aos editores e por isso, depois de uma nova seleção, resultaram no final um 87 peças que será o *corpus* desta análise.

## 5.2. Análise quantitativa dos dados

Jornais	Frequência	Porcentagem
<i>New York Times</i>	26	31,7
<i>Washington Post</i>	29	35,4
<i>New York Daily News</i>	6	7,3
<i>New York Post</i>	5	6,1
<i>Houston Chronicle</i>	1	1,2
<i>San Jose Mercury News Group</i>	3	3,7
<i>Los Angeles News Group</i>	3	3,7
<i>Chicago Tribune</i>	4	4,9
<i>Chicago Sun</i>	1	1,2
<i>Los Angeles Times</i>	4	4,9
Total	82	100%

Tabela 1. Número de peças por jornal

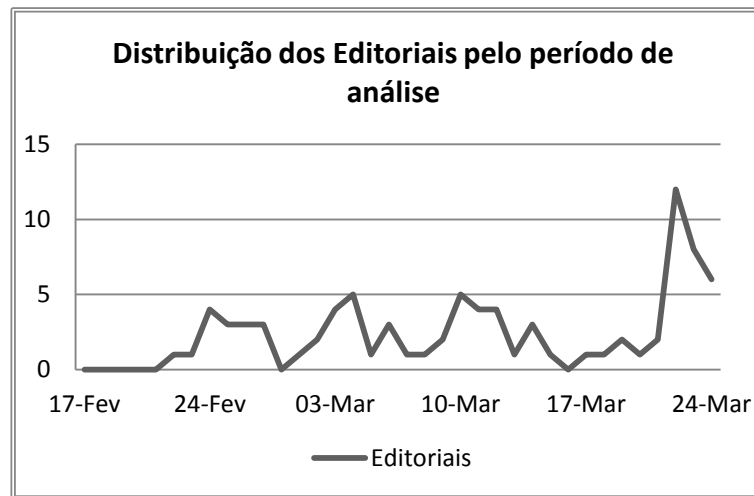


Gráfico 1. Evolução do número de peças registadas

Verifica-se que a evolução do número de peças é bastante inconstante ao longo das cinco semanas. Os primeiros editoriais surgem a 22 de março pelo *Washington Post*, cinco dias depois de terem rebentado os primeiros acontecimentos na Líbia. Este atraso ter-se-á devido ao *blackout* de Kadhafi à imprensa, o que não é totalmente comprovável, ainda assim, a partir do primeiro editorial do *Washington Post* sobre a Líbia, sabemos que as publicações começaram a crescer imediatamente. Identifica-se também um pico

evidente de editoriais já no final do período de análise – no dia 17 de março, dia da aprovação da Resolução 1973, os jornais não registam nenhum editorial, contudo nos dias seguintes o número de peças cresce consideravelmente. Estes dados sugerem uma postura retroativa da imprensa, que elabora uma resposta maior no rescaldo da intervenção militar dos EUA.

Temas	Frequência	Percentagem
I. Acontecimentos no Médio Oriente	11	13,4%
II. Historial de Kaddafi	5	6,1%
III. Resposta Internacional	14	17,1%
IV. Intervenção Militar	8	9,7%
V. Atuação da Administração	44	53,7%
Total	82	100%

Tabela 2. Principais temas referidos nas peças

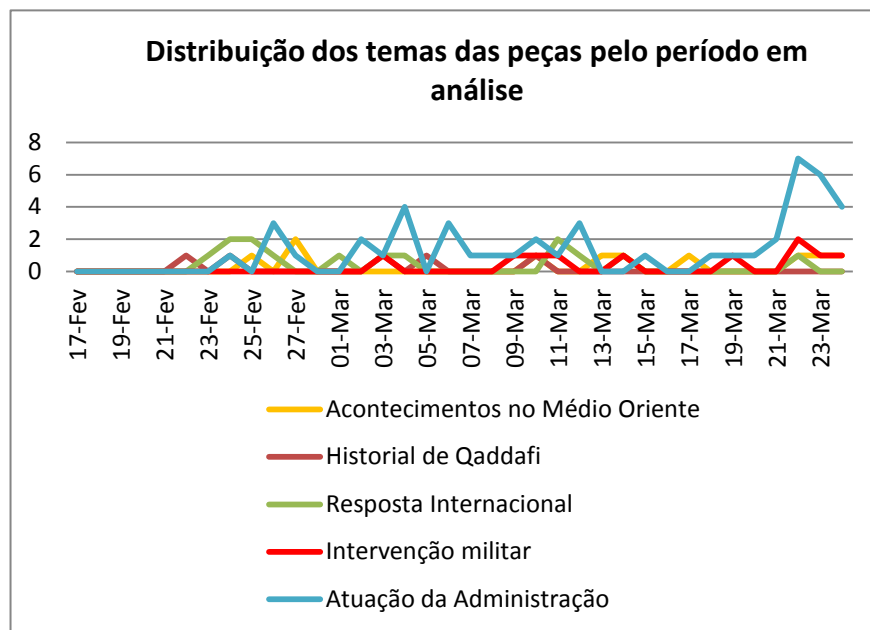


Gráfico 2. Distribuição das referências aos temas

Depois de uma primeira leitura, as peças foram divididas por temas: “Acontecimentos no Médio Oriente” inclui os editoriais que enquadram a Líbia no contexto da revolta nos países árabes e que referem os acontecimentos nesses países; “Historial de Kaddafi” reúne as peças que retratam as ações de Kadhafi contra a população líbia ou que recuperam o histórico do líder, como a sua relação com os EUA, e conta com o menor número de peças; o tema “Resposta Internacional” refere-se aos editoriais que sugerem ou relatam medidas da Comunidade Internacional aos acontecimentos na Líbia; “Intervenção militar” é o tema que reúne o debate sobre a ação militar na Líbia, reúne peças que se posicionam a favor e contra, ou que relatam os riscos ou mais-valias da intervenção; “Atuação da Administração” reúne mais de metade das peças e inclui os editoriais que descrevem o processo de decisão da Administração Obama, e descreve o debate político em torno da melhor linha de atuação da Administração.

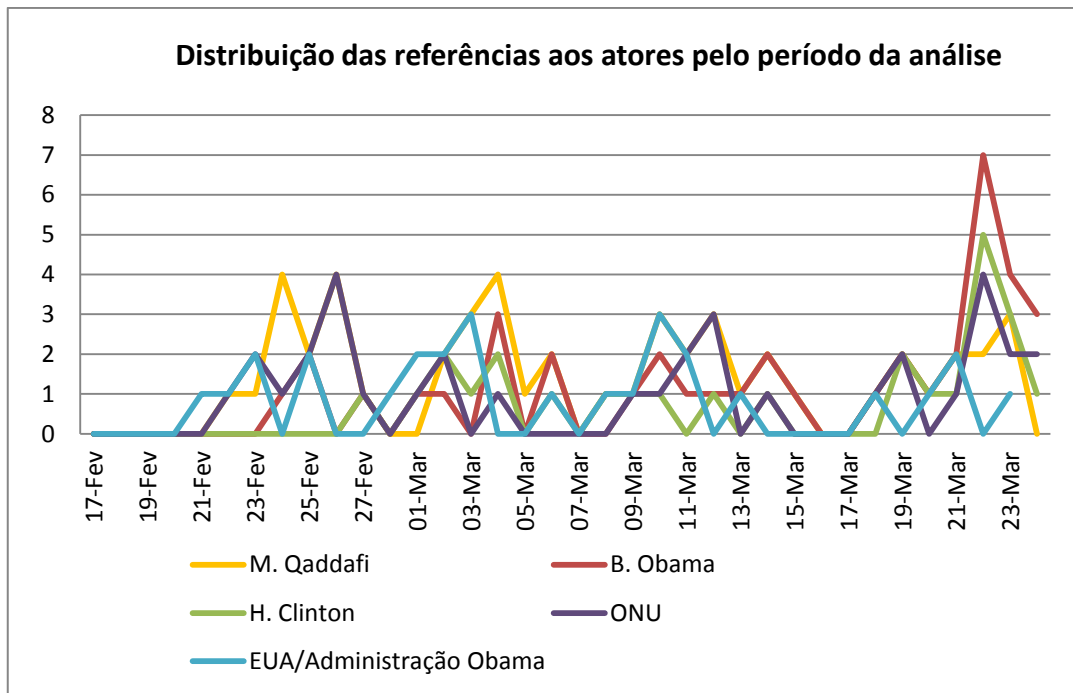
O debate sobre a “Intervenção Militar” começa a 3 de março, e volta a ganhar alguma relevância a 9 de março, nos dias que antecederam a aprovação da Resolução 1973, e nos dias que se seguiram. As peças dedicadas ao Coronel Moammar Kadhafi, tema com menos incidência, abrem os primeiros editoriais mas quase não voltam a surgir, de igual forma, as peças sobre “Acontecimentos no Médio Oriente” inauguram os primeiros editoriais mas só voltam a surgir pontualmente. Sobre a “Resposta Internacional” há uma maior incidência nos dias que antecederam a Resolução 1970, nos primeiros após os primeiros acontecimentos na Líbia, que refletem o apelo a uma atitude internacional. Os editoriais dedicaram-se essencialmente ao último tema, que é introduzido a 24 de fevereiro e se intensifica entre 3 e 13 de março, antes da decisão de intervenção, que gerou a divisão da Administração e também aponta um crescimento evidente nos últimos dias do período de análise, após a decisão da intervenção.

<b>Atores</b>	<b>Total</b>
Muammar Qaddafi	57
Barack Obama	36
EUA / Administração Obama	36
ONU	35
Hillary Clinton	27
Liga Árabe	22
Reino Unido / David Cameron	15
Robert Gates	13
França / Nicolas Sarkozy	14
NATO	13
George W. Bush	12
John Kerry	10
União Europeia	10
Congresso dos EUA	8
Saddam Hussein	8

Tabela 3. Os quinze atores com mais referências nas peças

<b>Vozes oficiais</b>	<b>Frequência</b>
Barack Obama	15
Hillary Clinton	10
Robert Gates	10
Moammar Kadhafi	7
John Kerry	3
Nicolas Sarkozy	3
Newt Gingrich	3
Mike Mullen	2

Tabela 4. Vozes oficiais citadas (&gt;1 citação)

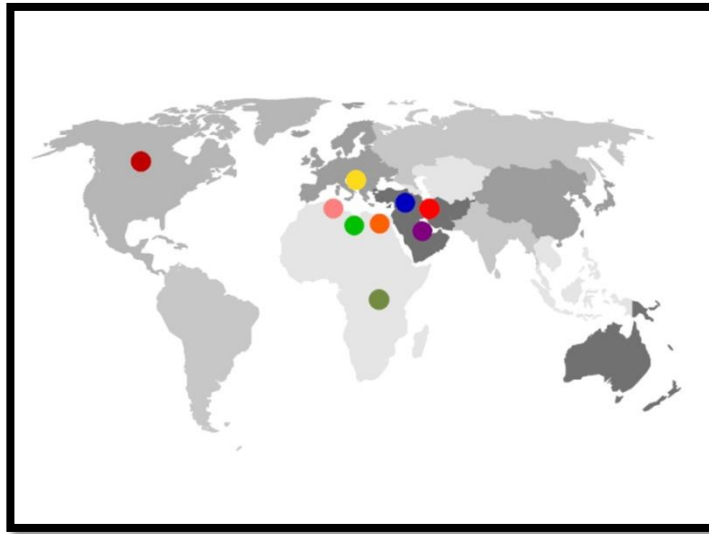


**Gráfico 3. Distribuição por tempo das referências aos cinco principais atores**

O ator mais destacado no total das peças é claramente o Coronel líbio Moammar Kadhafi, a quem se segue o Presidente Barack Obama, a Administração Obama e imediatamente a seguir a Organização das Nações Unidas. Por sua vez, o Presidente Obama é a voz oficial mais citada, seguido de Hillary Clinton e Robert Gates e, só depois, Moammar Kadhafi. O uso de citações reconhece atributos de autoridade e legitimidade e, apesar de ter sido a personalidade com mais referências, Kadhafi foi poucas vezes referido, as suas citações dizem respeito apenas aos discursos ameaçadores que proferiu e que reforçavam a sua retórica agressiva e doentia.

No que diz respeito à distribuição pelo período de tempo, a Organização das Nações Unidas é mais referida durante o mês de fevereiro com principal destaque para o dia 26, dia da aprovação da Resolução 1970; volta a estar em destaque nos dias em que discutia uma segunda Resolução, entre 9 e 13 de março, e depois após a aprovação da Resolução 1973. Barack Obama e Hillary Clinton são referidos de forma alternada, o que sugere que não estão “em cena” ao mesmo tempo, e as suas referências crescem exponencialmente após a Resolução 1973.





**Figura 3. Regiões com mais referências nas peças – Egito, Iraque, Benghazi, Tripoli, Balcãs, Tunísia, Afeganistão, Bahrain, Ruanda, EUA**

As regiões que mereceram mais atenção nas peças têm motivos diferentes. As referências ao Egito, Tunísia e Bahrain dizem respeito aos restantes acontecimentos que varriam o norte de África e por sua vez a referência aos EUA está relacionada com o centro da decisão norte-americano, onde se deu o debate político refletido nas notícias. A “Líbia”, a palavra que despoletou a pesquisa, estaria presente em todas as peças, e por isso diferenciaram-se as referências às diferentes cidades líbias – sendo que as mais referidas foram Benghazi e Tripoli, os principais acontecimentos relatados nos editoriais concentraram-se nestas duas cidades. O Ruanda e a região dos Balcãs foram exemplos recorrentes dos acontecimentos trágicos nos anos 1990 usados como argumento para que a Comunidade Internacional não deixasse repetir uma crise humanitária da mesma dimensão. Por fim, o Iraque e o Afeganistão foram repetidamente lembrados para que os EUA não se envolvessem numa terceira guerra no Médio Oriente.

<b>Narrativa</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Factual	25	30,5
Moral	30	36,6
Militar	23	28
Dramático	2	2,4
Irónico	2	2,4
Total	82	100%

Tabela 5. Géneros de narrativas dominantes

<b>Tom</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentagem</b>
Positivo	5	6,1
Negativo	48	58,5
Neutro	29	35,4
Total	82	100%

Tabela 6. Tom dominante nas peças

Entre as três narrativas com mais relevância nas peças destaca-se a narrativa moral, que diz respeito ao domínio de um discurso normativo e se refere principalmente ao dever moral norte-americano de responder aos acontecimentos e que está muito presente nas peças. Logo depois está a narrativa factual, associada ao relato dos acontecimentos na Líbia e aos desenvolvimentos do processo de decisão. Por sua vez, a narrativa militar está obviamente relacionada com um discurso bélico, relacionado com os conceitos como Zona de Exclusão Aérea, ataques aéreos, pilotos, armamento, entre outros, e que esteve presente em todo o debate da intervenção militar. As duas peças de carácter irónico estiveram relacionadas com lacunas de atores políticos e as restantes duas de carácter dramático incidiram em relatos de acontecimentos na Líbia.

O número reduzido de editoriais com um tom positivo é flagrante. Mais de metade dos editoriais adotaram um discurso negativo, claramente crítico e analítico do desenvolvimento dos acontecimentos. Por sua vez o tom neutro está relacionado com a narrativa factual e com um discurso mais descritivo.

<b>Argumento</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Autoridade	11	13,4
Pragmático	31	37,8
Exemplificação	27	32,9
Consenso	13	15,9
Total	82	100%

Tabela 7. Tipos de argumentos dominantes

<b>Processos</b>	<b>Frequência</b>	<b>Porcentagem</b>
Materiais	28	34,1
Relacionais	11	13,4
Verbais	21	25,6
Mentais	22	26,8
Total	82	100%

Tabela 8. Processos representados no discurso

Enquanto texto argumentativo, o editorial subentende uma argumentação que sustenta a sua estrutura. O argumento à autoridade, que se fundamenta na opinião de uma autoridade reconhecida, foi o menos presente no discurso. Apenas pontualmente os editores recorreram a Generais ou antigos Secretários da Defesa para trazer ao debate da intervenção alguns argumentos de cariz militar. O argumento mais dominante foi o pragmático, que diz respeito à avaliação das consequências de um ato, e que se manifestou sobretudo na avaliação das tragédias que as atitudes de Kadhafi estavam a fazer na Líbia e das consequências das decisões da Administração para os cidadãos líbios e para os EUA. A exemplificação, argumento que recorre a exemplos para reforçar a sua tese, foi essencialmente usado através das referências geográficas (Figura 1) e dos exemplos dos acontecimentos no Ruanda e Balcãs, e as guerras no Iraque e Afeganistão, e também para evocar, por exemplo, linhas de atuação como a de George W. Bush. O consenso, que recorre a proposições aceites como verdadeiras, sem provas, foi um

argumento usado para criticar a atuação norte-americana, sob premissas do que deve ou não ser a atuação da Administração, apresentadas como exemplos de consentimento geral para o público.

A análise dos processos permite identificar as ações e atividades humanas representadas no discurso e que realidade está a ser retratada. Os processos materiais, que dizem respeito aos verbos de ação e ao mundo físico, foram os mais presentes no discurso. Os protestos no Médio Oriente, as ações de Kadhafi contra o povo líbio, a atitude de Obama, a ajuda humanitária, a ação militar na Líbia, todas estas dimensões retratam uma realidade em construção, em evolução, e que por isso tornavam fundamental uma resposta cuidada e refletida pela Administração. Por sua vez, os processos relacionais, com menos presença no discurso, estabelecem ligação, atributos e posse, e acima de tudo referiram-se ao poder aéreo sob a posse de Kadhafi, assim como à relação entre os EUA e o petróleo líbio.

Os processos mentais, presentes nos verbos de cognição, perceção e sentimentos, estiveram presentes no entendimento e compreensão dos acontecimentos segundo as várias realidades sociais. Exemplos disso são a determinação de Sarkozy, a indecisão dentro da Administração Obama, a frieza de Kadhafi, a relutância da Liga Árabe, que revelam as diferentes construções dos acontecimentos segundo a identidade de cada um (Weldes, 1999). Por fim, os processos verbais, evidentes nos verbos que indicam falar, questionar, dizer, estão diretamente envolvidos com o processo de debate sobre o melhor rumo a tomar na Líbia e que pôs em conflito no discurso diferentes vozes, declarações e perspetivas.

### **5.3. Análise qualitativa dos dados**

#### **5.3.1. Acontecimentos no Médio Oriente**

Foi a partir de 22 de fevereiro, seis dias após o início das manifestações, que os editoriais começaram a fazer notar os protestos revolucionários na Líbia. A informação

que saía do país líbio era escassa, devido ao *blackout* que Kadhafi impôs à imprensa, e as primeiras peças quando surgiram já relatavam as atrocidades das tropas de Kadhafi da última semana. Foram poucas as peças que relacionaram a Líbia com os restantes acontecimentos tumultuosos que decorriam no Médio Oriente mas as referências ao Egito, Tunísia, Marrocos, Bahrain, Algéria, Jordão e Iémen (Gráfico x) estiverem muito presentes no debate de outros temas.

Alguns editores viram os protestos como um resultado natural das políticas dos regimes autocráticos que tornavam fundamental uma reforma política, outros consideraram um produto inevitável dos terríveis problemas económicos e sociais que afetaram o mundo árabe durante décadas (*NYTimes*, 25 de fevereiro). A partir dos anos 1980 surgia nestes países uma nova forma política “*national security states*” com líderes que dominavam através do terror entre os quais estavam Saddam Hussein no Iraque, Muammar el-Qaddafi na Líbia, Hafez al-Assad na Syria e Zine el-Abidine Ben Ali na Tunísia

*“The new men were pitiless, they re-ordered the political world, they killed with abandon; a world of cruelty had settled upon the Arabs.”* (*NYTimes*, 25 de fevereiro)

No Médio Oriente acabariam por se criar dois tipos de estado, países com um território com uma longa história e com fortes identidades nacionais, como é o caso do Egito, Tunísia, Marrocos, Irão, e aqueles que o *NYTimes* apelidou de “tribos com bandeiras” ou “estados artificiais”, com fronteiras desenhadas pelas potências coloniais onde vivem tribos que não se relacionam, e este é o caso da Líbia, e também do Iraque, Jordão, Síria ou Bahrain. Estas tribos foram mantidas juntas pelos poderes coloniais, reis e ditadores militares, sem nunca terem criado cidadãos no seu significado moderno (*NYTimes*, 23 de março).

As gerações nacionalistas que tinham apoiado estes ditadores começavam a escassear e a vontade de revolução entre os jovens já era iminente quando Mohammed Bouazizi, o jovem vendedor de rua tunisino, ateou fogo a si próprio (*NYTimes*, 27 de fevereiro). Na Tunísia surgia um movimento com a bandeira de uma democracia liberal, e no Egito a classe média jovem organizava-se pela mesma causa. Nas primeiras semanas os ditadores não dispararam contra as suas próprias populações preservando o *statuos*

*quo* autocrático – decisões que fortaleceram o princípio de não-violência pedido pelos EUA e potências ocidentais (*WPost*, 14 de março).

Porém, o desenrolar dos acontecimentos na Líbia acabaria por alterar o próprio curso da revolução nos restantes países. As respostas brutais de Kadhafi acabariam por inspirar outros ditadores, e no Egito e no Bahrain começaram a surgir respostas violentas à população.

*"The Egyptian crowds watched and learned from the Tunisian crowds, but the Libyan government watched and learned from the fate of the Tunisian and Egyptian governments. It has decided to fight"* (*WPost*, 14 de março).

A revolução árabe, que tinha sido considerada um "vírus transformador", acabaria por conhecer Kadhafi que viria transformar a natureza desse vírus (*WPost*, 14 de março). Após alguns dias de ataques brutais à população líbia, o que tinha começado como um movimento pacífico acabaria por criar uma força rebelde armada, ainda que desorganizada. Os rebeldes estavam em clara desvantagem das forças militares de Kadhafi e tinham muito pouca probabilidade de ser bem-sucedidos sem intervenção estrangeira direta (*NYTimes*, 10 de março).

Esta terá sido uma das principais preocupações dos editores face aos acontecimentos na Líbia, que se diferenciavam dos restantes casos da Revolução Árabe: se este seria era um conflito entre o ditador e a oposição democrática, ou fundamentalmente uma guerra civil tribal. A necessidade de conter qualquer *animus* extremista foi uma preocupação presente na imprensa (*WPost*, 24 de março; *NYTimes*, 23 de março). Washington deveria garantir que a transição política regional não culminava na subida ao poder de mais uma facção militar – a geração de jovens podia ter sido capaz de derrubar um sistema, com a ajuda das redes sociais e desafiando as autoridades militares, mas não seria necessariamente capaz de governar (*WPost*, 27 de fevereiro).

Assim os EUA e os seus aliados deveriam fortalecer o centro político dos novos regimes democráticos que surgiam de uma crise económica e sem os benefícios de ter instituições firmadas (*WPost*, 24 de março). Os Estados com uma tradição institucional relativamente forte, como a Tunísia ou o Egito, podia desenvolver-se uma forma de

democracia, mas países que são “mais expressões geográficas do que estados” seriam mais prováveis de criar regimes híbridos (*WPost*, 27 de fevereiro). Por estes motivos, a necessidade de uma resposta diferente na Líbia começava a ser vista na imprensa como uma necessidade. As consequências dessa resposta, diferente dos restantes países, levantavam uma questão

*“Would not U.S. intervention in Libya encourage other restive peoples to expect U.S. military assistance?”* (*WPost*, 14 de março).

Contudo, apenas o desenvolvimento dos incidentes na Líbia – e mais tarde, agora sabemos, na Síria – viria a exigir uma resposta. A resposta aos acontecimentos no Bahrain, por exemplo, foi feita com declarações públicas polidas o que, segundo *Washington Post* (22 de março) se devia à manutenção da 5ª Base Naval dos EUA atracada no Golfo Pérsico onde passam quarenta por cento do petróleo mundial e onde é possível para os EUA conter o crescimento do poder iraniano. Um dos aspetos fundamentais para o apoio dos EUA a esta onda revolucionária era não existir qualquer *animus* antiamericano nem origem no fundamentalismo islâmico (*NYTimes*, 27 de fevereiro). De facto, o que faria da Líbia um caso diferente, e que viria a determinar o envolvimento dos EUA, seria o seu ditador (*WPost*, 22 de março).

### **5.3.2. Atos de Qaddafi**

Muammar Kadhafi foi a personalidade mais referida nos editoriais. Psicopata, sociopata, perverso ou tirano, foram apenas algumas das definições usadas para designar o homem que rapidamente se tornou o alvo da imprensa. Ao longo das peças existe uma clara demonização do inimigo a quem foram responsabilizadas todas as atrocidades e crimes dos militares do exército líbio contra os manifestantes.

Esta personificação do mal não foi exagerada. O bombardeamento do voo Pan Am 103 em Lockerbie, na Escócia, que matou 270 pessoas, terá sido “a confirmação final da sua maldade e da sua loucura” (*NYTimes*, 24 de fevereiro). No início das manifestações o Ministro da Justiça líbio, Mustafa Abdel-Jalil, abandonou o poder como protesto à violenta resposta do regime e garantiu ter provas que de Kadhafi tinha ordenado pessoalmente a Abdel Baset al-Megrahi o bombardeamento do voo Pan Am 103. al-

Megrahi foi entretanto libertado pelas autoridades escocesas e recebido na Líbia como um herói (*HChronicle*, 26 de fevereiro).

Os editoriais esboçaram o calendário de terror de Kadhafi, recuperando e assinalando as principais datas que marcaram o seu histórico. Chegou ao poder a 1 de setembro de 1969, deitando abaixo a monarquia e, a 17 de fevereiro, proclamou uma nova república (*NYTimes*, 27 de fevereiro). Nos anos 1970 publicou o seu manifesto, “*Green Book*”, uma coletânea de pensamentos que concebeu como guia ideológico e que já dava sinais de tirania e loucura (*NYTimes*, 24 de fevereiro).

Quando em 1984, um grupo de manifestantes líbios se agruparam em frente à embaixada em Londres, um polícia que procurava manter a ordem acabaria por ser morto por uma bala disparada de dentro da embaixada, o que levou ao corte de relações diplomáticas entre o Governo britânico e o regime (*NYTimes*, 24 de fevereiro). Kadhafi também terá tido envolvimento em outras atividades terroristas, entre elas a morte de atletas israelitas nos Jogos Olímpicos de Munique assim como o assassinato de Anwar Sadat (*WPost*, 15 de março). A Administração Reagan acabaria por lançar um ataque aéreo contra Kadhafi em retaliação ao bombardeamento de um bar alemão frequentado por soldados americanos. As relações acabariam por ser retomadas com o regime líbio na condição de abdicarem das suas armas biológicas, químicas e nucleares. As companhias de petróleo ocidentais acabariam por voltar à Líbia, o que viria a responder a dois por cento das necessidades de petróleo mundiais (*HChronicle*, 23 de fevereiro)

Os primeiros relatos sobre os acontecimentos na Líbia chegavam vagos e confusos, contudo uma conclusão parecia consensual: Kadhafi tinha declarado guerra e cometia atrocidades em larga escala contra a sua própria população (*WPost*, 22 de fevereiro). O regime líbio cercado pela onda de protestos revolucionários, fizera reaparecer “a imagem sombria do Coronel” (*NYTimes*, 24 de fevereiro).

Uma das suas primeiras ações foi bloquear a entrada a repórteres estrangeiros e cortar o acesso à internet e a outras comunicações (*NYTimes*, 23 de fevereiro). Redes sociais como o *Facebook* ou o *Twitter* e outros dispositivos de comunicação, como



camaras de telemóveis, foram ferramentas fundamentais para o decurso das revoluções que atravessaram os países árabes. Quando iniciaram as manifestações na Líbia, o acesso à internet e à rede móvel sofreram deteriorações nas principais zonas populacionais do país. Este foi um facto altamente suspeito uma vez que era o filho de Kadhafi, Muhammad, que geria a companhia de satélite e telecomunicações do país. Há também relatos de telemóveis confiscados pelas tropas do regime, para evitar a difusão de fotografias da revolta popular. Como resultado desta medida, os correspondentes internacionais na Líbia não conseguiam reportar os acontecimentos (*NYTimes*, 5 de março).

Os primeiros editoriais das publicações dão conta de soldados e mercenários armados a disparar indiscriminadamente contra os manifestantes, de aviões e helicópteros usados para bombardear civis, assim como do arremesso de cocktails *Molotov* nas ruas, o que calculavam já ter feito cerca de 220 mortos (*NYTimes*, 23 de fevereiro; *NYPPost*, 26 de fevereiro; *LA Times*, 26 de fevereiro; *ChTribune*, 4 de março). A conduta do Coronel era descrita como “homicida, sádica e megalomaniáca” (*ChSun*, 12 de março). O homem a quem o Presidente Ronald Reagan apelidou “*the mad dog of the Middle East*” (*NYTimes*, 24 de fevereiro) proferiu vários discursos com promessas sangrentas que foram citados repetidamente nas peças: “*I’ll fight on to the last drop of my blood*”; “*I’ll die as a martyr*”; “*promise to cleane Libya house by house*”; “*cleanse the land from the rats*”; “*with no mercy and no pity*” (*NYTimes*, 23 de fevereiro; *NYDaily*, 19 de março; *WPost*, 20 de março, 24 de março; *NYPPost*, 28 de março).

A 1 de março o *NYTimes* relata uma entrevista de Muammar Kadhafi à *ABC News*, onde o Coronel insiste que a população o ama, atribui a culpa da revolta aos terroristas e recusa-se a assumir a responsabilidade pelos seus crimes. O filho mais velho de Kadhafi também havia feito um discurso desconcertante onde alertava para os risos de uma guerra civil e prometia lutar “até ao último homem, à última mulher, à última bala” (*WPost*, 22 de fevereiro).

O *NYTimes* recorreu ao uso de declarações de cidadãos líbios, que davam testemunhos reais e impressionantes do que viviam na Líbia

*For decades, we lived in terror, surrounded by spies and informants, facing the risk of imprisonment or "disappearance" at any moment. No one could intervene on your behalf; there were no real courts, no human rights, nothing.*

*Our revolution is a revolution of the people who can no longer stand the stench of tyranny. So the people erupted and proclaimed their desire for a better life. And they were met with the murderous glare of a tyrant, and not with mere tear gas but with live bullets and tanks and aircraft and missile fire (NYTimes, 3 de março).*

O uso de testemunhos reais, juntamente com o uso de citações diretas e indiretas dos discursos de Kadhafi, foram uma constante nas várias peças sobre o tema, o que aproximava o leitor à frieza, crueldade e impiedade do ditador. O uso de questões retóricas colocavam a decisão do lado do leitor, que o levariam certamente a concordar com o editor

*Who doesn't want to help push the vicious, crazy Moammar Gadhafi into retirement (...) and to see the brave but poorly armed rebels end four decades of brutal dictatorship? Who doesn't worry about the scale of retribution Gadhafi might unleash upon the Libyans (...) and consolidate his control there once more? (LANews, 11 de março)*

Segundo o *Washington Post* (4 de março), vozes por todo o mundo chocadas com os acontecimentos pediam a intervenção dos EUA para derrubar Moammar Kadhafi. A menos que alguém o detivesse, Kadhafi iria matar centenas ou até milhares de líbios em desespero para se manter no poder (*NYTimes*, 25 de fevereiro). Kadhafi parecia acreditar que quanto mais tempo conseguisse arrastar o conflito e demonstrasse o comando de uma força militar brutal, mais possibilidades teria de conseguir a sua sobrevivência e a sobrevivência da sua família (*WPost*, 25 de fevereiro).

As peças descreveram as atrocidades de Kadhafi com o rigor e a transparência necessários para a compreensão da realidade líbia. Os editores deixaram clara a sua preocupação moral sobre os acontecimentos e a sua inquietude e ansiedade por uma resposta que reconheceram ser necessária.

### 5.3.3. Medidas/Resposta Internacional

A comunidade internacional, que o *NYTimes* (10 de março) acusou de ter ajudado a fortalecer a ditadura de Kadhafi, tinha uma dívida moral com a Líbia, e devia assumir a responsabilidade de atuar para reduzir a enorme perda de vidas inocentes

*“If Libya's people are willing to put their lives on the line, all democracies should stand with them” (NYTimes, 1 de março).*

Qualquer uso da força devia ser cuidadosamente discutido e alguns editores sugeriram que a melhor resposta internacional era o corte diplomático e económico a Kadhafi e aos acessos às contas bancárias do Coronel e da sua família (*NYTimes*, 13 de março; *ChTribune*, 4 de março). A Organização das Nações Unidas foi a organização mais referida nas peças (Gráfico x) e reuniu fortes críticas sobre a sua atuação lenta e pouco eficaz. O número de referências revela as expectativas altas na sua atuação, sendo que quase todas as peças inseridas no tema “Medidas/Resposta Internacional” incluem referências à organização.

O Secretário-geral Ban Ki-Moon apelou a uma ação decisiva contra a violação massiva de direitos humanos (*WPost*, 27 de fevereiro) mas quando a crise se iniciou, em Fevereiro, organizações como a Organização Internacional para a Migração, o Programa Mundial de Alimentação da ONU e o Alto Comissariado para os Refugiados não tiveram qualquer presença nas fronteiras da Líbia (*WPost*, 12 de março):

*“But when it comes to improving U.N. institutions, it's all about baby steps.”*  
(*LATimes*, 26 de fevereiro)

O Conselho de Segurança foi acusado de poucas vezes atuar rapidamente e, por isso, os EUA e a União Europeia “deviam impor as suas próprias sanções enquanto pressionam as Nações Unidas a atuar” (*NYTimes*, 23 de fevereiro, 25 de fevereiro). A resposta mais importante deveria partir das Nações Unidas, onde o debate sobre uma zona de exclusão aérea “deve começar imediatamente”, sobre pena da China e da Rússia – que mostraram reservas sobre a intervenção – impedirem a autorização para a ação (*WPost*, 11 de março).

A Resolução 1973 acabaria por marcar a primeira vez que o Conselho de Segurança autorizou o uso da força para fins de proteção humana contra a vontade de um Estado em atividade (Bellamy, Williams, 2011: 825). Contudo, surpreendentemente, o princípio da Responsabilidade de Proteger, também conhecida por R2P – doutrina aprovada pelas Nações Unidas em 2005 – foi referida apenas três vezes na totalidade das peças (*WPost*, 22 de março; *LATimes*, 12 de março; *NYTimes*, 24 de março) revelando pouca importância para o debate. A sua alusão mais relevante terá sido no *NYTimes*, a 24 de março, que congratulava uma maior rapidez no processo

*“The world took three-and-a-half years to respond forcefully to the slaughter in Bosnia, and about three-and-a-half weeks to respond in Libya”* (*NYTimes*, 24 de março).

A ação do Conselho de Direitos Humanos, que decidiu a suspensão da Líbia como membro, também foi fortemente criticada pelo *New York Daily News*, que dedicou uma peça exclusivamente a este tema (*“Enough with talking tough”*, 26 de fevereiro). Apesar do importante simbolismo, esta ação foi considerada reduzida e insuficiente para travar o homem responsável por todas as atrocidades

*“Symbolic votes don't defang a monster”* (*NYDaily*, 26 de fevereiro).

Mais tarde verifica-se uma evolução no discurso das peças que reconhecem que os esforços diplomáticos deveriam ir para além das Nações Unidas e mais instituições são trazidas para o debate. O apoio do NATO, Liga Árabe e União Africana eram fundamentais para evitar a perceção de mais um ataque a um país muçulmano pela NATO ou EUA. A esse respeito, existiam bons sinais. Os seis países árabes do Conselho de Cooperação do Golfo apelavam por uma zona de exclusão aérea e, uns dias depois, a Liga Árabe acabaria por fazer a mesma proposta (*WPost*, 11 de março)

*“These days we are all co-religionists in the church of multilateralism. The Iraq war reminded everybody not to embark on an international effort without a broad coalition.”*  
(*NYTimes*, 22 de março)

No motor desta coligação tinha estado a França e o Reino Unido, que surgiram como os principais representantes da vontade europeia. O Presidente francês Nicolas Sarkozy foi considerado o mais determinado (*WPost*, 27 de fevereiro). Segundo o *New*

*York Times* (24 de março), a Líbia era uma oportunidade de recuperar o prestígio francês no Norte de África, uma região que há muito a França considera importante para a sua economia e segurança. Para além disso, Sarkozy encontrava-se na mesma situação de Obama, a caminho de uma recandidatura, e a postura de líder mundial poderia ser favorável.

A França emergiu como um dos principais defensores de uma ação militar na Líbia, o que terá gerado algumas críticas entre norte-americanos dado que, anos antes, a França se tinha oposto à intervenção no Iraque (*WPost*, 24 de fevereiro; *NYTimes*, 24 de março). As revoltas no Médio Oriente teriam resultados mais profundos na Europa, que poderiam expandir a sua influência para sul. Durante décadas o Norte de África esteve efetivamente afastado do norte do Mediterrâneo devido aos regimes autocráticos. Mas estes estados, uma vez envolvidos em regimes híbridos, multiplicariam as interações políticas e económicas com a vizinha Europa (*WPost*, 27 de fevereiro).

O Reino Unido juntar-se-ia à França, tendo estado entre os primeiros estados a atribuir sanções ao regime líbio logo após as primeiras notícias dos acontecimentos (*NYTimes*, 23 de fevereiro). Juntos os dois países começaram pela elaboração de um pedido de resolução ao Conselho de Segurança que impunha um embargo de armas e sanções económicas ao regime Líbio e solicitaram o julgamento de Moammar Kadhafi no Tribunal Penal Internacional (*WPost*, 27 de fevereiro). Mais tarde, viriam a elaborar um novo pedido de resolução para a aplicação de uma Zona de Exclusão aérea (*NYTimes*, 9 de março).

*“America did not orchestrate the international response. Instead, America was dragged toward responsibility by the clarity and persistence of Britain and France”*  
(*WPost*, 22 de março)

Com um elevado número de referências a este ator, o Reino Unido ocupou um lugar de destaque no decurso dos acontecimentos, protagonizando os processos que seriam decisivos para a intervenção. O Primeiro-ministro David Cameron acabaria por se envolver numa controvérsia lançada pelo *New York Post* que acusava o primeiro-ministro

de ter hesitado perante a posição de Washington. A 28 de Fevereiro o Secretário da Defesa Robert Gates dirigiu-se ao Congresso criticando a hipótese de intervenção militar e esclarecendo que uma Zona de Exclusão Aérea era isso mesmo “um ataque à Líbia” (*NYpost*, 4 de março), posição que terá levado o Primeiro-ministro britânico a recuar no seu apoio à intervenção.

David Cameron, que terá apelado aos seus aliados para desistirem dos planos de uma zona de exclusão aérea, acabaria no final por organizar com a França o pedido de intervenção ao Conselho de Segurança (*NYPost*, 8 de março; *NYTimes*, 9 de março). O processo de decisão que culminaria na intervenção militar nunca foi consensual, preenchido por impasses e controvérsias que o tornariam polémico.

#### **5.3.4. Intervenção Militar**

Até à aprovação em Conselho de Segurança da Resolução 1973, o conceito de “Zona de Exclusão Aérea” permaneceu muitas vezes confuso quanto às suas implicações, objetivos e duração. Grande parte das vezes a operação foi referida apenas enquanto “intervenção militar”, definição que lhe custava a memória das recentes intervenções no Médio Oriente. Os acontecimentos no Iraque – país que reuniu mais referências geográficas nas peças – e no Afeganistão foram exemplos constantes nos argumentos norte-americanos usados a favor ou contra a Resolução e conseqüente envolvimento dos EUA.

Vimos atrás, sobre as características do editorial, que a sua opinião se sustenta numa identidade estabelecida a longo prazo pelo jornal e, conseqüentemente, pelo grupo económico detentor do jornal. Por isso, para este tema, “Intervenção Militar”, considerou-se relevante fazer uma análise individual a cada jornal, de forma a compreender e identificar qual a posição oficial defendida.

Segundo o *New York Times* (10 de março) foram várias as características desta operação que se revelaram determinantes para o apoio a uma *no-fly zone*: não envolveria o envio de tropas para solo líbio, seria executada após o apelo das próprias forças contra

o regime e seria comandada pelos seis países árabes no Golfo. Esta era uma intervenção que valia a pena por razões estratégicas e humanitárias, contudo, a Administração Obama devia “estar consciente dos inúmeros perigos que esconde este caminho, e deve fazer planos para lidar com eles” (*ibidem*, 22 de março).

Apesar de apoiar a intervenção, o jornal nova-iorquino deixava bem clara a sua preocupação com os riscos que esta intervenção podia envolver para os EUA porque “até conflitos de baixo risco acabaram por poucas vezes se verificarem enquanto tal”. Ao expor os EUA a mais uma intervenção militar, Barack Obama estaria a aplicar muita esperança que a aventura na Líbia fosse uma exceção à regra (*NYTimes*, 21 de março).

Para o jornal da capital norte-americana, os EUA deveriam estar preparados para implementar uma *no-fly zone* a qualquer momento. Para o *Washington Post* (22 de março, 2) os EUA não podiam ficar a assistir enquanto Kadhafi enchia de sangue as ruas de Benghazi: a ação na Líbia era uma missão humanitária (*ibidem*, 22 de março, 1). A única opção que não devia estar em cima da mesa era o envio de tropas americanas para o solo líbio, as forças norte-americanas não podiam mergulhar noutra guerra especialmente em outro país islâmico (*ibidem*, 11 de março). O jornal considera que a decisão de participar numa operação aérea contra o regime de Moammar Kadhafi tratava-se de um desenvolvimento face a decisões políticas anteriores, uma vitória para os direitos humanos e a aplicação de um importante *standart* internacional – a Responsabilidade de Proteger (*ibidem*, 22 de março 6).

O *Washington Post* não deixa contudo de assumir uma postura fortemente crítica sobre o processo de envolvimento dos EUA na intervenção. A decisão deveria ter sido tomada mais cedo por uma Administração unida e com uma mensagem clara e objetivos definidos (*ibidem*, 27 de fevereiro; 10 de março; 22 de março, 1). Esta falta de estratégia levaria a que a NFZ não atingisse os resultados esperados e os americanos deveriam manter as suas expetativas baixas

*“In Libya, mission creep began before the mission did. A NFL would not accomplish what Obama calls “a well-defined goal,” the “protection of civilians (...). One of the ways in which we can promote a better outcome is to make sure we keep expectations low”.*

(*ibidem*, 22 de março, 3; 5)

Para o *New York Daily* eram vários os fatores a considerar antes da decisão da intervenção. Entre eles, se haveria apoio internacional no ataque à Líbia, se cortar o poder aéreo de Kadhafi resolveria o conflito a favor dos rebeldes e se a missão teria alguma influência nas campanhas militares no Afeganistão e Iraque. Uma vez que não estavam reunidas condições, os EUA não deviam intervir (*NYDaily*, 6 de março). A intervenção significaria acima de tudo desafiar o arsenal aéreo líbio e conseguir neutralizar mais de 100 jatos. Apesar do poderio militar norte-americano, estabelecer uma *no-fly zone* seria não só perigoso como dispendioso e colocaria os EUA numa batalha arrastada entre os cidadãos líbios e as forças de Kadhafi (*idem*).

*“Waging war – and this is war – by committee is a losing proposition. That must not happen”* (*ibidem*, 19 de março).

O *New York Post* é altamente crítico sobre o processo de tomada de decisão da Administração Obama, aponta a falta de estratégia de Obama e adianta desde logo que nenhuma boa decisão podia surgir de “tamanho vácuo” (*NYPPost*, 4 de março). Mais tarde acaba mesmo por manifestar-se contra a intervenção militar norte-americana sob dois principais argumentos: o primeiro diz respeito ao facto do Congresso não ter sido consultado – referindo mesmo que nem George W. Bush avançou para nenhuma das guerras sem permissão do Congresso – o segundo refere-se à incerteza de quem são os beneficiários da intervenção, e quais os seus objetivos (*ibidem*, 22 de março).

Com apenas uma peça registada, o *Houston Chronicle* posiciona-se a favor do envolvimento dos EUA na intervenção. Segundo o jornal, era necessário reunir esforços internacionais para assistir rapidamente os manifestantes e acabar com o pesadelo que imperava na Líbia. A crítica também é dirigida à administração Obama, que devia fazer mais que prestar declarações e evacuar os seus cidadãos e adotar as medidas necessárias para acabar com a violência (*HChronicle*, 23 de fevereiro).

Por sua vez, o *San Jose Mercury News Group* relativiza a questão humanitária e apresenta uma posição mais racional. Com as forças militares norte-americanas no Iraque



e no Afeganistão e a presença de Forças Especiais no Yemen, os EUA não se poderiam envolver em mais nenhuma guerra no Médio Oriente. Uma intervenção unilateral dos EUA iria ainda aumentar a imagem de uma intervenção colonial que poderia reanimar forças radicais islâmicas (*SJMercury*, 12 de março). Os EUA tinham o dever de encorajar movimentos contra regimes autocráticos e impor sanções económicas aos líderes, mas o seu papel tinha que ser limitado (*ibidem*, 2 de março).

O anterior recurso a uma zona de exclusão aérea na Bósnia em 1993 e no Kosovo em 1999 são referidos como situações muito mais aterrorizadoras que as circunstâncias na Líbia, que mais se tratava de uma guerra tribal entre apoiantes e manifestantes contra Kadhafi.

*"A no-fly zone might make us feel good but it isn't relevant to the fight that is going on now (which is) a civil war"* (*ibidem*, 12 de março).

A relação emocional criada com os acontecimentos não justificava por isso a proposta dos três senadores mais influentes – os republicanos Mitch McConnell e John McCain e o Democrata John Kerry – para a zona de exclusão aérea (*idem*). O *Los Angeles News Group* posicionou-se contra o envolvimento militar dos EUA. Segundo o jornal, uma ação militar na Líbia podia ajudar a prevenir a morte dos manifestantes pelas mãos de Kadhafi, mas isto não justificava o envolvimento dos EUA. Já tinha sido feita uma ação militar para derrubar um ditador – no Iraque – que não tinha corrido bem. Para além disso, a intervenção dos EUA na Líbia não explicava o não envolvimento no Bahrain (*LANews*, 21 de março).

Qualquer tipo de intervenção militar – incluindo uma zona de exclusão aérea – iria traduzir-se em mais uma intervenção dos EUA num país muçulmano, quando ainda se mantinha altamente envolvido em outros dois países (*ibidem*, 11 de março). Kadhafi usava aviões, helicópteros, tropas e mercenários, assim que os EUA comesçassem a bombardear as defesas aéreas líbias, isso iria ter grandes repercussões no conflito em terra. Para dominar o regime militarmente era necessário que os EUA fizessem uma investida em solo líbio, o que não podia ser de todo uma opção (*ibidem*, 12 de março). Por estes motivos, a intervenção não era a melhor solução para lidar com Kadhafi.

Da cidade de Chicago surge mais um jornal contra a intervenção militar. Para o *Chicago Tribune*, o que começaria apenas como um ataque às defesas aéreas líbias, iria requerer centenas de aviões contra forças aéreas de origem soviética o que representava enormes riscos para os aviões americanos (*ChTribune*, 4 de março). Se Kadhafi retaliasse os bombardeamentos, isso forçaria uma resposta em escala que colocaria os pilotos americanos em risco. O ataque poderia ainda revelar-se uma vantagem pública para Kadhafi, permitindo-lhe justificar as suas ações bélicas sob o argumento de estar a ser atacado (*idem*). O jornal também defende que não era oportuna mais uma intervenção militar no Médio Oriente e critica ferozmente a escolha dos Presidentes da Casa Branca pela guerra

*“Candidates for the highest office may champion peace and prosperity. But presidents no longer strive for peace. War has become the default response to unpleasant events abroad”*  
(*Ibidem*, 24 de março).

O *Chicago Sun*, por sua vez, produz um argumento humanitário e posiciona-se a favor. Na única peça que regista, o jornal traz à memória os acontecimentos passados no Ruanda e na Bósnia como erros a não repetir. Critica ainda o processo moroso de atuação dos EUA, defendendo que não fazer nada por isso só já é adotar uma política. A neutralidade dos EUA estava a favorecer o regime líbio, a não intervenção era por si só uma forma de intervenção (*ChSun*, 4 de março).

Em Los Angeles a posição parecia ser consensual. Tal como o *Los Angeles News*, o *Los Angeles Times* manifestou-se contra o envolvimento dos EUA. “Na Líbia a decisão é relativamente fácil” – os EUA deviam oferecer os meios disponíveis, da ajuda humanitária ao corte dos sistemas de comunicação do regime para fortalecer o embargo, mas a Líbia não passava “no teste da intervenção militar” (*LATimes*, 12 de março). O jornal faz referência às guerras no Vietname, Iraque e Afeganistão, que diz terem provado ser demasiado caras e longas para no fim atingirem pouco sucesso (*idem*). A intervenção militar, mesmo que envolva apenas poder aéreo, raramente é tão simples como os seus mentores planeiam (*ibidem*, 11 de março). Uma zona de exclusão aérea iria deixar os

aviões americanos vulneráveis aos mísseis líbios, e o envolvimento dos EUA criaria ainda um precedente para futuras guerras civis (*ibidem*, 2 de março)

*“If the U.S. is willing to shoot down planes over Libya, then it's hard to see the argument against sending in ground troops. If the U.S. decides to intervene on behalf of the rebels in Libya, then it's easy enough to do the same for those fighting the regimes in Yemen, Bahrain or Iran. That's how escalation works”* (*idem*, 12 de março).

Por fim, o *Los Angeles Times* salvaguarda que apesar de se ter posicionado contra, deve ser elogiado o impulso humanitário por detrás da resolução e as capacidades diplomáticas que tornaram possível a intervenção (*ibidem*, 19 de março).

Apresentadas sinteticamente as posições de cada jornal, definidas após leituras minuciosas das peças, contabilizam-se quatro jornais a favor da intervenção militar dos EUA – *New York Times*, *Washington Post*, *Houston Chronicle* e *Chicago Sun* – e seis jornais contra – *New York Daily*, *New York Post*, *San Jose Mercury*, *Los Angeles News* e *Los Angeles Times*. Entre os principais argumentos a favor estavam o facto da participação dos EUA não envolver o envio de tropas norte-americanas para solo líbio, motivada por razões humanitárias, e representava uma evolução nas respostas a violações dos direitos humanos. Por sua vez, os argumentos contra fundamentaram-se essencialmente no facto dos EUA já estarem envolvidos militarmente em dois países do Médio Oriente, de se tratar de uma guerra civil em que os EUA não se deveriam envolver, e uma vez que as forças aéreas de Kadhafi contavam com mais de 100 aviões, para além de perigoso, o conflito seria muito dispendioso. Consensual em quase todos os jornais foi a crítica ao processo de decisão dos EUA, que se revelou confuso, moroso e com falta de uma estratégia comum dentro da própria Administração.

### **5.3.5. A atuação da Administração**

Vozes por todo o mundo apelavam por uma intervenção dos EUA para ajudar a derrubar Kadhafi e terminar com as atrocidades na Líbia (*WPost*, 4 de março 1). A pressão sobre os EUA era muita, as expectativas altas e a comunidade internacional estava de olhos postos nas decisões da Administração Obama, que estava agora sobre um escrutínio público ainda maior

*It's the United States that matters. We have the bucks. We have the expertise. We have the military. We lead, they follow. This may not be as it ought to be. It is, however, how it is.” (WPost, 15 de março)*

Contudo, foram necessários quatro dias para que o Presidente Obama condenasse a violência contra os civis líbios e essas declarações contaram apenas com palavras de pouca clareza sem em nenhuma altura referirem o nome do Coronel Kadhafi (*NYTimes*, 25 de fevereiro 2). A Casa Branca parecia satisfeita por ser a França a assumir a liderança da resposta a Kadhafi (*WPost*, 27 de fevereiro)

*“On Libya, America was not the leader but the led” (WPost, 22 de março, 6).*

A Administração Obama devia fazer mais do que declarações a lamentar a violência na Líbia (*HChronicle*, 26 de fevereiro) mas durante semanas esteve paralisada por uma intensa divisão interna. Não havia consenso entre os vários membros da Administração que acabavam por transmitir mensagens públicas conflituosas sobre a posição dos EUA, o que estava a enfraquecer a credibilidade norte-americana e a perturbar qualquer potencial pressão sobre o regime líbio (*NYTimes*, 9 de março; *NYPPost*, 4 de março, *WPost*, 4 de março)

*“Unambiguous, muscular words and credible threats are the least we can do for the people of Libya” ( WPost, 25 de fevereiro).*

Esta divisão era pública: a equipa de Obama estava dividida entre os que defendiam que os EUA não deviam envolver-se militarmente na Líbia, e os que defendiam a intervenção militar na Líbia – homens e mulheres, respetivamente

*“The Obama administration first went to war with itself - to intervene or not to intervene - with the so-called boys (Bob Gates, Tom Donilon) arguing with the girls (Hillary Clinton, Susan Rice, Samantha Power)” (WPost, 22 de março 1)*

A polémica estava instalada e para conseguir reposicionar-se a Administração devia corrigir imediatamente estes erros e encontrar uma via comum que passasse pela ajuda humanitária ou pelos seus serviços de inteligência (*ibidem*, 11 de março 1). Contudo, a Casa Branca continuava sem encontrar uma voz una, uma vontade comum, e

cada um dos seus principais elementos ocuparia um papel relevante nas peças durante o processo de tomada de decisão.

#### 5.3.5.1. Barack Obama

O Presidente Obama esteve claramente no centro de todo o debate. Mais referido que a própria Administração/Casa Branca/EUA, Obama personificou a autoridade norte-americana, representando no discurso a solução do “bem” contra o “mal”, representado pelo ditador Moammar Kadhafi. As expectativas de que reúne em si o poder para resolver grande parte dos problemas do mundo levariam a uma ansiedade pública por uma resposta aos acontecimentos que está bem presente nas peças. A prestação do líder, pouco clara e incoerente, acabaria por recolher fortes críticas.

Até à noite de quarta-feira, 23 de Fevereiro, apenas Barack Obama, o “mais poderoso líder ocidental” não se tinha pronunciado sobre a Líbia (*WPost*, 24 de fevereiro). Quando prestou as primeiras declarações, Obama expressou a sua preocupação com os cidadãos norte-americanos, mas não mostrou qualquer intenção de apoiar os manifestantes líbios (*ibidem*, 27 de fevereiro). Até aos primeiros dias de março as declarações de Obama tinham sido escassas e pouco claras. O Presidente parecia não conseguir lidar rapidamente e de forma decisiva com o desenvolvimento dos acontecimentos no Médio Oriente (*NYPPost*, 18 de março). Quando outros líderes mundiais já tinham declarado a sua posição e alguns manifestado a sua vontade de avançar com uma ação militar, todos aguardavam por uma posição oficial dos EUA (*WPost*, 3 de março, 1; *SJMercury*, 22 de março).

*"The Obama Doctrine it goes like this: You first"* (*WPost*, 15 de março).

Quando surgiram os acontecimentos na Líbia, Obama já teria calendarizada uma viagem pela América do Sul. O seu afastamento do centro de decisão foi mais um motivo de fortes críticas, como se Obama literalmente se tivesse afastado das consequências da sua própria decisão

*The man supposed to be the center of it all was on the periphery."*

(WPost, 22 de março 1)

Acabaria por ser durante a viagem, a partir de um telefonema, que o Presidente Obama autorizou uma ação militar dos EUA na Líbia. Apenas uma semana antes, Obama parecia determinado a manter os EUA fora da guerra civil líbia, mas acabaria por se voluntariar para o seu comprometimento na intervenção. O Presidente decidiu aguardar pelo apelo da Liga Árabe por uma zona de exclusão aérea (*SJMercury*, 12 de março; *NYDaily*, 19 de março), Obama queria garantir que o faziam na forma mais multilateral (*NYTimes*, 21 de março) – e apenas decide enviar forças quando outras nações partilharam essa responsabilidade. Vimos que esta era uma das condições necessárias para a intervenção reveladas nas peças e revelou-se também fundamental o Presidente norte-americano.

Barack Obama foi criticado pela demora e pela falta de coerência na sua resposta, mas após uma decisão concertada de intervenção, a missão na Líbia também parecia carecer de falta de clareza. As próprias declarações de Bill Clinton sobre o envolvimento dos EUA na Líbia eram mais esclarecedoras que as do Presidente (*SJMercury*, 22 de março). Obama continuava na sua viagem a América do Sul e a falta de esclarecimentos era fortemente criticada

*“At about the moment the Tomahawk missiles began to rain down on Libya, Obama was joking with Brazilians about Carnival, the World Cup and the Olympics.” (WHPost, 23 de março)*

Sem objetivos claros e uma estratégia de saída definida, a intervenção militar na Líbia poderia tornar-se uma relação de protetorado, adicionada aos anos de guerra no Iraque e no Afeganistão, “algo que os americanos não podiam suportar” (*LANews*, 21 de março). Qualquer que fosse o papel dos EUA, primário ou secundário, como líder ou na retaguarda, Obama precisava de definir a missão (*NYDaily*, 23 de março).

O Presidente tinha conseguido construir consenso na comunidade internacional mas não estava a reunir consenso no seu país (*SJMercury*, 22 de março) e começa a desenrolar-se um debate em torno de Obama presidente *versus* candidato Obama. Quando recebeu o *Boston Globe* em 2007 Obama afirmou que “o Presidente não tinha

poder sob a Constituição para autorizar unilateralmente um ataque militar numa situação que não envolva um perigo atual ou iminente para a nação. Era sempre preferível ter o consenso do Congresso antes de qualquer ação militar” (*WHPost*, 22 de março, 4; *NYTimes*, 23 de março, 2).

*“In 2008, we saw debates between Obama and his rival contenders. Now we are seeing a debate between Obama the candidate and Obama the president.”* (*CHTribune*, 24 de março)

A postura de Obama foi várias vezes comparada com as declarações enquanto candidato em 2008 e enquanto Nobel da Paz, o recurso à guerra mereceu-lhe várias comparações com o anterior Presidente George W. Bush

*“It was perilously close to George W. Bush's My-Pet-Goat moment, when then President Bush continued reading a storybook with children on Sept. 11, 2001, after he was told that the second World Trade Center tower had been hit”* (*WPost*, 23 de fevereiro 2)

O realismo dos primeiros dois anos da Política Externa do Presidente Obama que tinha sido proclamado com orgulho face ao alegado idealismo de George W. Bush tinha desaparecido (*ibidem*, 4 de março, 2). Em 2000 Bush apelou por um papel humilde no mundo e uma vez no poder abandonou esse discurso. Semelhantemente, Obama cedia às políticas do Estado. Uma vez chefe de estado do maior poderio militar da história – mesmo eleito sobre credenciais pacíficas – o presidente não se absteve de o usar (*CHTribune*, 24 de março).

Baseando-se nas declarações de um antigo oficial da Casa Branca, o *New York Times* diz ter sido o argumento humanitário que foi decisivo para a decisão do Presidente. Ainda que houvesse outras questões de segurança e interesse nacional para o fazer, o que levou Obama a agir foi as atrocidades em massa que decorriam nas ruas de Benghazi. Obama estava consciente dos riscos da intervenção, mas acima de tudo “temia os riscos de uma não intervenção” (*NYTimes*, 24 de março, 1).

### 5.3.5.2. Hillary Clinton

Depois de Moammar Kadhafi e Barack Obama, Hillary Clinton foi a personalidade mais referida nas peças e está também entre as mais citadas. A sua prestação no desenvolvimento desta tomada de decisão terá sido fundamental para o desfecho final. A par com Susan Rice, Samantha Power e ainda Gayle Smith, Hillary fazia parte do grupo que, dentro da Administração, defendia a intervenção dos EUA na Líbia. A divisão sobre esta decisão foi descrita de forma mítica na imprensa, por ter dividido, literalmente, homens e mulheres

*“They are called the Amazon Warriors, the Lady Hawks, the Valkyries, the Durgas.”*  
(NYTimes, 23 de março, 2)

Susan Rice, a Embaixadora norte-americana nas Nações Unidas, e antiga conselheira da Administração Clinton, estava marcada pelo caso Ruanda; Samantha Power, assistente de segurança nacional, tinha escrito um livro sobre genocídio e tinha na memória o caso Bósnia; Gayle Smith, outra conselheira em matérias de segurança, tinha sido conselheira do Presidente Clinton logo após do massacre no Ruanda (*idem*). Este grupo tinha uma escola diferente, claramente inspirada pelos acontecimentos dos anos 1990, o que terá sido determinante

*“This is an intervention straight from Bill Clinton's 1990s playbook”* (NYTimes, 21 de março).

Não intervir era não ter aprendido nada das experiências anteriores. A região dos Balcãs está entre as referências geográficas com mais incidência e remete para a memória recente dos acontecimentos terríveis que se agravaram por não receberem uma resposta internacional adequada. Em 1991 a ONU tinha tentado travar a limpeza étnica do presidente sérvio através de um embargo de armas em toda a antiga Jugoslávia, mas uma vez que Milosevic tinha herdado todo o arsenal jugoslavo e os croatas e bósnios quase não estavam armados, a decisão das Nações Unidas só veio perpetuar a vulnerabilidade das vítimas (*WHPost*, 11 de março, 2; *SJMercury*, 12 de março; *LATimes*, 12 de março; *NYTimes*, 22 de março, 1)



Durante a viagem do Presidente pela América do Sul, foi Hillary que prestou a maioria das declarações, apresentava-se determinada no afastamento de Kadhafi do poder e mostrava a sua preocupação com os civis líbios. Numa das suas declarações a Secretária de Estado revelou o receio de que os acontecimentos na Líbia conduzissem “a uma gigante Somália” (*LATimes*, 2 de março; *WHPost*, 3 de março, 1). Hillary acaba por ser a primeira voz da Administração a recomendar publicamente uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia (*LANews*, 23 de março) e mais tarde envolve-se em esforços diplomáticos para persuadir as Nações Unidas a autorizar ação militar (*SJMercury*, 22 março).

Por fim, é relevante referir o apontamento que o *New York Times* faz sobre o papel do poder feminino neste processo, que suscita claramente ao debate o papel revigorado da mulher nas Relações Internacionais

*“We've come a long way from feminist international relations theory two decades ago that indulged in stereotypes about aggression being "male" and conciliation being "female.”* (*NYTimes*, 23 de março, 2)

### **5.3.5.3. Robert Gates**

Robert Gates começou o seu percurso há cerca de 45 anos nos serviços de inteligência e é um dos principais conselheiros de Barack Obama. A sua personalidade áspera e o ceticismo característicos do seu primeiro ofício (*WHPost*, 23 de março 1) ficaram bem evidentes nos editoriais e trouxeram para o debate uma posição centrada na análise de riscos a médio e longo prazo, onde as motivações humanitárias pesavam bem menos na equação.

Foi definido pelo *Washington Post* como um homem que tem prazer em fazer declarações que, embora sejam verdade, não são politicamente corretas (22 de março, 5). Gates, juntamente com Tom Donilton, posicionaram-se desde o início contra o envolvimento militar dos EUA na Líbia e Gates chegou mesmo a dizer que qualquer futuro Secretário da Defesa que aconselhasse o seu Presidente a enviar um exército para a Ásia,

Médio Oriente ou África devia “ser examinado à cabeça” (*NYTimes*, 13 de março). Para Gates não se tratava de uma opção a considerar.

Acreditava que entre os principais fatores a ponderar estavam as diferenças étnicas, sectoriais e tribais que tinham sido suprimidas durante anos naquela região. Ainda que os EUA encorajassem os líderes a aceitar regimes democráticos, não era certo que o governo democrático conseguisse aguentar um país com tamanhas pressões internas. O fragmento da Líbia poderia ainda vir a contribuir para a desintegração do mapa moderno do Médio Oriente (*WHPost*, 23 de março, 1).

Gates realçou argumentos que estavam a ser pouco ponderados. Na verdade poucas são as referências feitas aos rebeldes e pouco se sabia sobre o grupo que mais tarde iria constituir o Conselho Nacional de Transição. O tribalismo era a principal ameaça, a história da Líbia escondia rivalidades entre cerca de 140 tribos e clãs dos quais se sabia muito pouco (*NYTimes*, 22 de março, 1). Entre os rebeldes haveria certamente todo o tipo de intenções e poderíamos vir a assistir ao crescimento de novas tiranias que, no pior dos casos, poderiam incluir fações muçulmanas extremistas (*idem*, 13 de março). O apoio de armamento aos rebeldes podia fazer ressurgir os acontecimentos no Afeganistão pós invasão soviética em 1979, cujas armas acabariam por ajudar os Talibãs a chegar ao poder (*CHTribune*, 11 de março).

Robert Gates defendia que tratando-se de um território desconhecido, os resultados não poderiam ser expectáveis (*WHPost*, 23 de março 1). Uma zona de exclusão aérea iria requerer uma operação enorme e prolongada, não se tratava apenas de uma pequena ação militar, mas sim de “uma grande operação num grande país”, disse Gates no Congresso (*CHTribune*, 4 de março; *NYPost*, 4 de março; *NYTimes*, 9 de março). Muitas declarações públicas foram feitas sobre o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea, muitas delas incorretas, e Gates esclareceu

*"A no-fly zone begins with an attack on Libya to destroy the air defenses, that's the way you do a no-fly zone. And then you can fly planes around the country and not worry about our guys being shot down. But that's the way it starts."*  
(*NYDaily*, 6 de março)

O Secretário da Defesa seria certamente o elemento da Administração mais consciente dos riscos geopolíticos e militares da intervenção. Apesar disso, acabaria mais tarde por fazer parte da sua implementação. Após algumas semanas de divisão na Casa Branca, a decisão de liderar a intervenção foi a opção seguida. Os EUA usariam as suas capacidades militares para liderar o processo, com a perspectiva de ao fim de alguns dias direcionar as principais responsabilidades para outras potências envolvidas (*idem*, 23 de março).



## CONCLUSÃO

Vimos que os *media* podem exercer um papel de definição da agenda política através das suas práticas discursivas e vimos também que, por sua vez, são influenciados pelas normas da sociedade ou realidade social em que estão inseridos. A relação entre os meios de comunicação e a Política Externa é uma relação constitutiva, devido à interdependência que revelam – os *media* são quem informa os atores em Política Externa através da criação de determinados significados sociais no seu discurso, mas os próprios editores e jornalistas estão envolvidos em elites políticas que definem essa mesma construção social dos acontecimentos.

Quando surgem os acontecimentos na Líbia os EUA são altamente criticados pela demora na formulação de uma resposta concertada e por não agirem rapidamente enquanto líderes do mundo na frente dos acontecimentos. Contudo, quando se inicia o debate da intervenção militar há claramente um recuo imediato dos *media* que refutam o envolvimento dos EUA. A indecisão dentro da Casa Branca abriu um espaço mais alargado para o debate público, permitindo que os *media* ocupassem um papel mais relevante neste processo de decisão.

Este debate foi centralizado na atuação da Administração de Barack Obama e na posição oficial dos EUA. A divisão da Administração que opunha *homens e mulheres* foi explorada e desenvolvida pelos meios de comunicação de forma continuada, e eram apresentados argumentos contra e a favor cada uma dessas posições. Hillary Clinton e Robert Gates acabariam por representar os dois lados do debate público, aqueles que defendiam uma Zona de Exclusão Aérea e os que se opunham. Os EUA estiveram o tempo todo sujeitos a escrutínio público, houve uma socialização dos acontecimentos na medida em que, tratando-se de uma potencial crise política que dividia a Administração, os meios de comunicação acompanharam de forma crítica os acontecimentos e até os jornais que se revelaram a favor da intervenção sustentaram argumentos críticos à atuação da Administração Obama.

Apesar de assistirmos a um debate continuado nas peças, o maior pico de editoriais publicados dar-se-ia após a aprovação da Resolução 1973 para uma Zona de

Exclusão Aérea, o que sugere uma atitude reativa dos *media* que exponenciaram a publicação de editoriais com críticas apontadas à decisão norte-americana.

Durante este processo de decisão o discurso dos *media* foi protagonizado por Obama e Kadhafi com uma retórica do "bem" contra o "mal". A demonização do Kadhafi e a personificação de Obama como responsável pelo bem fizeram aumentar as críticas ao presidente norte-americano. Eleito com credenciais pacíficas, o Presidente e Nobel da Paz Barack Obama produziu nos meios de comunicação um debate entre Obama, o Presidente e Obama, o candidato. A ponderação de uma ação militar suscitou largas críticas ao Presidente, que havia tido como objetivos políticos uma retirada controlada das tropas do Iraque e Afeganistão, e estava agora prestes a envolver-se num novo conflito no Médio Oriente. O discurso "não vamos repetir o Iraque" contrapunha o discurso "não podemos repetir o Ruanda", defendido por Hillary Clinton, Samantha Power e Susan Rice.

A narrativa moral e o tom negativo que dominou o discurso das peças sustentam esta preocupação e dever moral dos EUA de controlarem a escalada de outra crise humanitária. Há uma construção de um discurso de responsabilidade pelos acontecimentos no mundo, premissa que integra a identidade norte-americana desde a sua fundação. Os *media* podiam não ter encarado o caso Líbia como uma crise ao qual os EUA devessem dar resposta, mas acompanharam este processo sob o princípio de que os EUA deviam respeitar o seu compromisso com o mundo.

São apresentados argumentos contra, argumentos a favor, mas acima de tudo encontramos um discurso normativo fiel à história da identidade norte-americana. O artigo de Jutta Weldes (1999) sobre a Crise dos Mísseis de Cuba permitiu fazer um paralelismo com esta ideia de crise construída em torno da identidade dos EUA. Se as crises são construídas de acordo com as identidades particulares do Estados, os acontecimentos que aparentemente são os mesmos constituem diferentes crises no seu todo para os Estados com diferentes identidades (Weldes, 1999: 37). Segundo a premissa retórica de liderança dos EUA, estes tinham que agir altruisticamente em vez de unicamente para benefícios próprios. Este altruísmo está interiorizado no conceito de

compromisso – o compromisso que é para honrar, mesmo que estes tenha custos significativos (*ibidem*, 44).

Os *media* divergiam quanto à melhor estratégia a tomar, mas todos concordavam com o seu papel no mundo. Esta não é uma identidade apenas da política norte-americana mas também dos cidadãos norte-americanos e que está bem evidente nos *media*. A análise dos editoriais permite perceber que os meios de comunicação estiveram envolvidos de forma crítica no debate de Política Externa mas permite acima de tudo perceber que os *media* corroboram o princípio da PE dos EUA enquanto líderes do mundo.

A análise de discurso permite também concluir que algumas narrativas são excluídas dos editoriais. No que diz respeito aos acontecimentos revolucionários que varreram a Tunísia e o Egito, o discurso nos editoriais é relacionado de forma exaustiva com uma retórica democrática nos meios de comunicação, ofuscando que o fator-chave para estes movimentos era a crise económica (Michael-Matsas, 2011: 422). Os acontecimentos na Líbia são integrados no restante discurso das revoluções árabes sem que exista um tratamento devido das particularidades de cada país. O facto de nos editoriais utilizar-se mais vezes a expressão “intervenção militar” do que “Zona de Exclusão Aérea” para referir a ação militar na Líbia criou uma falácia no discurso – raras vezes o conceito de ZEA surgiu seguido de uma definição. Por sua vez os cidadãos sabiam bem o que era uma intervenção militar e sabiam que não a queriam. Esta retórica transportava o leitor para as guerras no Iraque e no Afeganistão e foi usada frequentemente nos argumentos contra o envolvimento militar dos EUA.

A narrativa construída em torno da identidade norte-americana acabou por marginalizar outras narrativas alternativas e pertinentes para o debate público. Quem são os rebeldes? Quem estavam os EUA a apoiar? Quem ocuparia depois o poder? O debate foi centralizado nos interesses norte-americanos e muito pouco foi dito sobre o grupo de rebeldes que tentavam tomar o país ao regime líbio. O cenário pós-conflito não foi discutido e verifica-se uma ausência de preocupação sobre as características do conflito no terreno.

Durante todo o processo de tomada de decisão os *media* estiveram conscientes da PE dos EUA e da sua responsabilidade no mundo – criticaram o facto das declarações do Presidente norte-americano terem sido das últimas, o facto Obama por não estar no centro da decisão numa fase crítica, lembraram a Administração que não devia repetir os erros Balcãs e Ruanda. Os meios de comunicação reforçaram a importância da identidade norte-americana, não de um ponto de vista de propaganda, mas de um ponto de vista crítico. A favor ou contra a intervenção, todos os jornais defenderam que os EUA deviam fazer alguma coisa, tinham responsabilidade de o fazer.

A inspiração da Administração Obama na Administração de Clinton dos anos 1990 e o apelo da Liga Árabe para uma Zona de Exclusão Aérea sobre a Líbia que dava o aval necessário para uma nova ação militar na região, foram consideradas os fatores-chave para que Obama decidisse avançar. O facto de ter garantido que depois de encabeçar a operação *Odyssey Dawn*, a liderança seria delegada ao fim de dez dias, responderia aos interesses dos EUA. Se os editoriais influenciaram este processo? É difícil provar efetivamente, é impossível afirmar uma relação de causalidade direta dos efeitos dos *media*. Os *media* desempenharam um papel fundamental na construção pública da identidade. Obama provavelmente não queria ir envolver-se numa ação militar, mas acima de tudo estava a afirmação norte-americana no mundo. Apesar da mudança de Doutrina de George W. Bush para Barack Obama, a Política Externa norte-americana é mais marcada mais pela continuidade que pela mudança e há uma ideologia de continuidade superior a isso.

Vimos que o discurso pode dizer-nos muito sobre a construção de significados e representações sociais. No caso da intervenção na Líbia, os meios de comunicação demonstraram que a identidade norte-americana está intrínseca à construção do discurso, da perspetiva uma realidade social, que está enraizada na história e atravessa gerações de Presidentes, também Obama integraria esta identidade.



## BIBLIOGRAFIA

- Adam, G.; Holguin, L. (2003) "The media's role in peace-building: asset or liability?" in *Our Media 3 Conference*. Barranquilla, Colombia, 19-21 de maio de 2003.
- Adler, Emanuel (1999) "O Construtivismo no estudo das Relações Internacionais" *Lua Nova*. 47, 201-252.
- Agathangelou, A. e Ling, L. (2004) "Power, Borders, Security, Wealth: Lessons of Violence and Desire from September 11" *International Studies quarterly*. 48(3), 517-38.
- Alcaro, Riccardo; Haubrich-Seco, Miguel (eds.) *Re-thinking Western Policies in Light of the Arab Uprisings*. IAI Research Papers No. 4.
- Alden, C. (2011) "Foreign Policy Analysis". London: University of London.
- Atlas, Pierre M. (2012) "U.S. Foreign Policy and the Arab Spring: Balancing Values and Interests" *Digest of Middle East Studies*. Volume 21, No 2, 353-385.
- Baum, Matthew A. e Potter, Philip B.K. (2008) "The Relationships Between Mass Media, Public Opinion, and Foreign Policy: Toward a Theoretical Synthesis", *Annual Review of Political Science*. Vol. 11, 39-65.
- Baumann, R. (2002) "The Transformation of German Multilateralism" *German Politics and Society*. 20(4): 1-20.
- Beasley, Ryan K.; Kaarbo, Juliet; Lantis, Jeffrey S.; Snarr, Michael T. (eds.) (2001) *Foreign Policy in Comparative Perspective: Domestic and International Influences on State Behavior*. Washington D.C.: Congressional Quarterly Press.
- Brands, H. W. (1999), "The Idea of the National Interest" *Diplomatic History*. Vol. 32, No. 2, Edição de Primavera.
- Brands, H. W. (2007) "Ideas and Foreign Affairs" in Schulzinger, Robert (ed.) *A Companion to American Foreign Relations*. Blackwell Publishing, 1, 9.
- Boekle, H.; Rittberger, V.; Wagner, W. (1999) "Norms and Foreign Policy: Constructivist Foreign Policy Theory" *Center for International Relations/Peace and Conflict Studies*, Tübingen: Institute for Political Science.
- Bourdieu, Pierre (1990) "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político" *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.

- Bowman, Bradley L. (2005) "Realism and Idealism: US Policy toward Saudi Arabia, from the ColdWar to Today" *Parameters*. Winter 2005-2006.
- Brown, N.; Deegan, C. (2012) "The public disclosure of environmental performance information—a dual test of media agenda setting theory and legitimacy theory" *Accounting and Business Research*. Routledge, Outubro.
- Bull, Hedley (1977) *The Anarchical Society. A Study of Order in World Politics*. Basingstoke, Macmillan.
- Burns, W.J., "Developments in the Middle East: Testimony before the Senate Foreign Relations Committee Hearings: Popular Uprisings in the Middle East: Implications for US Policy", <http://www.foreign.senate.gov/hearings/hearing/?id=7548c4ce-5056-a032-52ba-33d0f1f65863> [20 de setembro de 2013].
- Bush, George W. (2003), "President Bush, Kenyan President Kibaki discuss state visit", <http://2001-2009.state.gov/p/af/rls/84456.htm> [20 de setembro de 2013].
- Bush, George W. (2001) "Address to a Joint Session of Congress and the American People", [www.whitehouse.gov/news/releases/2001/09/2010920-8.html](http://www.whitehouse.gov/news/releases/2001/09/2010920-8.html) [20 de setembro de 2013].
- Castro, Thales (2012) *Teorias das Relações Internacionais*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- Checkel, Jeffrey T. (2008) "Constructivism and Foreign Policy" in Smith, Steve; Hadfield, Amelia; Dunne, Tim (eds.) *Foreign Policy: Theories. Actors. Cases*. Oxford: Oxford University Press, 74-75.
- Chesterman, Simon (2011) "Leading from Behind': The Responsibility to Protect, the Obama Doctrine, and Humanitarian Intervention After Libya" *Public Law & Legal Theory Research Paper Series. Working Paper No. 11-35*.
- Cohen, B. C. (1963) *The Press and Foreign Policy*. Princeton: Princeton University Press.
- Cox, M.; Stokes, D. (2012) *US Foreign Policy*. Oxford: Oxford University Press, 2ed.
- Dalacoura, K. (2012) "The 2011 uprisings in the Arab Middle East" *International Affairs*. 88, 63–79.
- Entman, R. (2000), "Declarations of Independence" in Nacos, B. L.; Shapiro, R.Y.; Isernia, I. (eds.) *Decision-making in a Glass House: Mass media, Public Opinion and American and European Foreign Policy in the 21st Century*. Londres: Rowman and Littlefield, 11-26.

- Entman, R. (2004) *Projections of Power: Framing News, Public Opinion, and US Foreign Policy*. Chicago: University of Chicago Press.
- Epstein, Susan B.; Serafino, Nina M.; Miko, Francis T. (2010) "Democracy Promotion: Cornerstone of US Foreign Policy?" in Simone, Ernest (ed.) *Foreign Policy of the United States*. New York: Nova Science Publishers.
- Freudenstein, Roland (2011) "The Arab Spring: what's in it for us?" *European View*. 10: 67-72.
- Feltman, J.D. (2012) "Testimony to the Senate Foreign Relations Committee Hearings: 'Syria: the crisis and its implications'", <http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CHRG-112shrg75019/pdf/CHRG-112shrg75019.pdf> [20 de setembro de 2013].
- Finnemore, Martha (1996) *National Interests in International Society*. New York: Cornell University Press.
- Franciscato, C. E.. (2005) *A fabricação do presente: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais*. São Cristóvão (SE): Editora UFS/Fundação.
- Freire, Raquel (2009) "A Política Externa em Transição: O caso da Federação Russa" *Relações Internacionais*. 23, 75-89.
- Freire, Raquel; Vinha, Luís (2011) "Política Externa: modelos, atores e dinâmicas" in Freire, Raquel (ed.) (2011) *Política Externa: as Relações Internacionais em mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Frykholm, Amy (2011) "Obama and the Arab Spring: historian Juan Cole" *Christian Century*. 10-11.
- Gates, R. (2011), "Speech at United States Military Academy, West Point, New York", <http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=1539> [19 de setembro de 2013].
- Ghanem, S. I. (1997) "Filling in the tapestry: The second level of agenda setting" in McCombs, M. E.; Shaw, D.L.; Weaver, D.H. (eds.) *Communication and Democracy: Exploring the Intellectual Frontiers in Agenda-Setting Theory*. NJ: Lawrence Erlbaum, 3-14.
- Global Views (2006) *Global Views 2006: The United States and the Rise of China and India*. Chicago: The Chicago Council on Global Affairs.
- Goffman, E. (1974) *Frame analysis: An essay on the organization of experience*. London: Harper and Row.

- Goldstein, Joshua S.; Pevehouse, Jon C. (2006) *International Relations*. New York: Pearson Longman.
- Hall, Stuart (1993) "A produção social das notícias: o "mugging" nos media" in Traquina, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e estórias*. 2ed. Lisboa: Veja.
- Haas, P. (1992) "Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination" *International Organization*. 46(1), 1-35.
- Hill, C. (2003) *The Changing Politics of Foreign Policy*. New York: Palgrave Macmillan.
- Holsti, Ole (1996) *Public Opinion and American Foreign Policy*. Ann Arbor: University of Michigan Press.
- Iyengar, S. e Adam, S. (1993) "News coverage of the Gulf Crisis and public opinion: A study of agendasetting, priming, and framing" *Communication Research*, 20, pp. 365–383.
- Jacobsen, J. K. (1995) "Much Ado About Ideas: the Cognitive Factor in Economic Policy," *World Politics*, Vol. 47, no. 1.
- Joffe, George (2011) "The Arab Spring in North Africa: origins and prospects" *The Journal of North African Studies*, 16:4, 507-532.
- Joffe, George; Paoletti, Emanuela (2011) "The foreign policy process in Libya" *The Journal of North African Studies*, 16:2, 183-213.
- Kitchen, N. (2012) "After the Arab Spring: power shift in the Middle East? The Contradictions of Hegemony: the United States and the Arab Spring" *IDEAS Reports*, London: London School of Economics.
- Kissinger, Henry (2002) *Does America Need a Foreign Policy? Toward a Diplomacy for the Twenty-First Century*. London: Simon and Schuster.
- Klotz, Audie (1995) *Norms in International Relations: The Struggle Against Apartheid*. New York: Cornell University Press.
- Kratochwil, Friedrich (2000) "Constructing a New Orthodoxy? Wendt's 'Social Theory of International Politics' and the Constructivist Challenge" *Millennium*, vol.29, n.1, pp.73-101.
- Lapid, Yosef (1996) "Culture's Ship: Returns and Departures in International Relations Theory," in Yosef Lapid and Friedrich Kratochwil (eds.) *The Return of Culture and Identity in IR Theory*. Lynne Rienner Publisher.

Lasswell, H. (1948) "The structure and function of communication in society" in Bryson, L. (ed.) *The Communication of Ideas*. New York: Harper & Row, 37-51.

Lazarsfeld, P. F.; Berelson, B.; Gaudet, H. (1944) *The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*. New York: Columbia University Press.

Lippman, W. (1922) *Public Opinion*. New York: Macmillan.

Lizza, Ryan (2011) "The Consequentialist: How the Arab Spring remade Obama's Foreign Policy", [http://www.newyorker.com/reporting/2011/05/02/110502fa\\_fact\\_lizza](http://www.newyorker.com/reporting/2011/05/02/110502fa_fact_lizza) [20 de Setembro de 2013]

Lutz, E.; Goldenberg, E. N. (1980) "Front Page News and Real World Cues: A New Look at Agenda-Setting by the Media" *American Journal of Political Science*. Vol. 24, No. 1, 16-49.

Madsen, Marianne M.; Selsbæk, Simone S. (2012) "The Responsibility to Protect and the Intervention in Libya", Department of Society and Globalisation, Roskilde University, Dezembro.

Maja Zehfuss (2001), "Constructivism in International Relations: Wendt, Onuf, and Kratochwil" in Fierke, Karin e Jorgensen, Knud Erik (eds) *Constructing International Relations: The Next Generation*. New York: M. E. Sharpe.

Marshall, James (2003) "Falsely bleak reports reduce our chance for success in Iraq", *Atlanta Journal-Constitution*, Sep. 22, p. 11A.

McCombs, M.E. (1976) "Elaborating the Agenda-Setting Influence of Mass Communication", *Bulletin of the Institute for Communication Research*, Keio University.

McCombs, M. E. e Estrada, G. (1997) The news media and the pictures in our heads in S. Iyengar e R. Reeve, "Do the Media Govern?" *Politicians, Voters and Reporters in America*, Thousand Oaks, pp. 237-247.

McCombs, M. E. e Reynolds, A. (2002) News influence on our pictures of the world in: J. Bryant & D. Zillmann, *Media Effects: Advances in Theory and Research*, 2nd Edition, Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum, pp. 1-18.

McCombs, M. E. (2004) *Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion*, Polity Press, Cambridge.

Miller, Aaron (2012) "Go small and stay home". *Foreign Policy*. [http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/11/01/go\\_small\\_and\\_stay\\_home](http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/11/01/go_small_and_stay_home). [7 de Maio de 2012].

Milliken (2001), "Discourse Study: Bringing Rigor to Critical Theory", em Fierke, Karin e Jorgensen, Knud Erik, *Constructing International Relations: The Next Generation*. New York e London: M. E. Sharpe.

Morgenthau, Hans J. (1951) *In Defense of the National Interest: A Critical Examination of American Foreign Policy*, Nova York, 241-42.

Murray, Donette (2013) "Military action but not as we know it: Libya, Syria and the making of an Obama Doctrine", *Contemporary Politics*, 19:2, 146-166.

Neack, Laura (ed.) (2008) *The New Foreign Policy Power Seeking in a Globalized Era*. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers.

Obama, Barack (2008) "Second Obama-McCain Presidential Debate", disponível em <http://edition.cnn.com/2008/POLITICS/10/07/presidential.debate.transcript/>.

Obama, B. (2011a, 18 de Março) Remarks by the president on the situation in Libya. Retrieved January 16, 2012, from <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/03/18/remarks-president-situation-libya>.

Obama, B. (2011b, 19 de Maio) Remarks by the President on the Middle East and North Africa. Retrieved January 16, 2012, from <http://www.whitehouse.gov/the-press-office/2011/05/19/remarks-president-middle-east-and-north-africa>.

Obama, Barack (2011f) "Remarks by the President in Address to the Nation on Libya, National Defense University" disponível em <http://m.whitehouse.gov/the-press-office/2011/03/28/remarks-president-address-nation-libya>.

Obama, Barack (2011g) "Remarks by the President on the Middle East and North Africa", disponível em <http://www.guardian.co.uk/world/2011/may/19/barack-obama-speech-middle-east>.

Ozkanca, O. (2011) "European Union Enlargement and British Public Opinion: The AgendaSetting Power of the Press", *Perspectives on European Politics and Society*, Department of Political Science, Elizabethtown College.

Page, B.; Bouton, M. (2006), *The Foreign Policy Disconnect: What Americans Want from Our Leaders But Don't Get*, Univ. Chicago Press, Chicago.

Robinson, Piers (2012) "Media and US Foreign Policy" in Cox, M., Stokes, D. (eds.) , *US Foreign Policy*, Oxford University Press, 2ed, 160-177.

Rogers, E., Dearing, J., e Bregman, D (1993), "The anatomy of agenda-setting research", *Journal of Communication*, vol. 43.

- Rosenau, James N. (1966) "Pre-theories and Theories of Foreign Policy" in Farrell, R. B., *Approaches in Comparative and International Politics*. Evanston: Northwestern University Press.
- Rowley, C., Welds, J. (2012), "Identities and US foreign policy" in Cox, M., Stokes, D., (eds.) *US Foreign Policy*, Oxford University Press, 2ed, 178-194.
- Santos, J. R. (1992), *O Que é Comunicação*, Difusão Cultural, Lisboa.
- Savas Michael-Matsas (2011), The Arab Spring: The Revolution at the Doors of Europe, *Critique*, 39:3, 421-432.
- Scheufele, Dietram A.; Tewksbury, David, (2007) *Framing, Agenda Setting, and Priming: The Evolution of Three Media Effects Models* in *Journal of Communication* 57 (2007) 9–20 @ 2007.
- Schmidt, Brian, "Theories of US foreign policy" in Cox, M., Stokes, D., (eds.) *US Foreign Policy*, Oxford University Press, 2ed, 2012, 5-20.
- Schonberg, Karl K. (2007) "Ideology and Identity in Constructivist Foreign Policy Analysis" Standing Group on International Relations European Consortium for Political Research, Sixth Pan-European Conference, Turin, Italy 12-15 September, 2007
- Sestanovich, Stephen (2005) American Maximalism in *The National Interest*, Spring.
- Shaw, Eugene F. (1979) "Agenda-Setting and Mass Communication Theory", *International Communication Gazette*.
- Snyder, Richard C.; Bruck, H. W.; Sapin, Burton (1954) "Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics" *Foreign Policy Analysis Project Series No. 3*. Princeton: Princeton University Press.
- Sousa, Jorge P. (2006) *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*, Porto.
- Sprout, Harold; Sprout, Margaret (1965) *The Ecological Perspective on Human Affairs with Special Reference to International Politics*. Princeton: Princeton University Press.
- Strobel, Warren P. (1997) *Late-Breaking Foreign Policy: The News Media's Influence on Peace Operations*. Washington, D.C.: U.S. Institute for Peace Press.
- Takehita, T. e Mikami, S. (1995) "How did the mass media influence the voters' choice in the 1993 general election in Japan? A study of agenda setting", *Keio Communication Review*, 17, pp. 27–41.

- Taylor, Paul (2011) "The West's unwanted war in Libya", Special Report, Reuters, Abril.
- Tomé, Luís (2011) "Estados Unidos da América" in Freire, Raquel (ed.) *Política Externa: as Relações Internacionais em mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Traquina, N. (1993) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*, Vega, Lisboa.
- Tuchman, G. (1978) *Making News. A Study in the Construction of Reality*. The Free Press, Nova Iorque.
- United Nations Security Council, press release, 17 Março 2011.
- United Nations Security Council Resolution 1973, 17 Março 2011, 4–12.
- Walt, Stephen M. (1998) "International Relations: One World, Many Theories" in *Foreign Policy*, Primavera.
- Wanta, W.; Golan, G.; Lee, C. (2004) "Agenda setting and international news: Media influence on public perceptions of foreign nations", *Journalism and Mass Communication Quarterly*.
- Weldes, Julia (1996) "Constructing National Interests" *European Journal of International Relations*. London: SAGE Publications. Vol. 2 (3). 275-318.
- Weldes, Jutta (1999), "The Cultural Production of Crises: US Identity and Missiles in Cuba", in Weldes et al., *Cultures of Insecurity: States, Communities and the Production of Danger*. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp.35-62.
- Wolfe, Michelle; Jones, Bryan D.; Baumgartner, Frank R. (2013) "A Failure to Communicate: Agenda Setting in Media and Policy Studies" *Political Communication*. 30:2, 175-192
- Wendt, Alexander, (1987) "The Agent-Structure Problem in International Relations Theory" in *International Organization* 41:3, 335-370.
- Wendt, Alexander (1992) "Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics," *International Organization* 46, no. 2.
- Wendt, Alexander (1995) "Constructing international politics", *International Security*, vol.20, n.1, pp.71-81.
- Wendt, Alexander (1999) *Social Theory of International Politics*, Cambridge: Cambridge University Press.



Weber, M. (2002) *Sociologia da Imprensa: um programa de pesquisa*, Lua Nova, São Paulo, n. 55-56, p. 185-194.

Wolf, Mauro (2006) *Teorias da Comunicação*, Editora Presença, Lisboa.

Wolfsfeld, Gadi (2011) *The News Media and Peace Processes: The Middle East and Northern Ireland*, United States Institute of Peace, Peaceworks No. 37.

Zucker, H. G. (1978) "The variable nature of news media influence", *Communication Yearbook No. 2*, Nova Jersey.

### LISTA DE EDITORIAIS

Chicago Sun (2011) "*U.S. lacks courage vs. Gadhafi*". 4 de Março

Chicago Tribune (2011) "*Goldilocks doctrine: The right course?*". 23 de Março

Chicago Tribune (2011) "*Plan of action*". 11 de Março

Chicago Tribune (2011) "*Shoving Gadhafi*". 4 de Março

Chicago Tribune (2011) "*War: Obama's fatal attraction*". 24 de Março

Houston Chronicle (2011) "*Free Libya*". 26 de Fevereiro

Los Angeles News Group (2011) "*Keep out of Libya*". 11 de Março

Los Angeles News Group (2011) "*Obama must act to force ouster of Gadhafi*". 12 de Março

Los Angeles News Group (2011) "*U.S. in Libya: What's next?*". 21 de Março

Los Angeles Times (2011) "*A no-fly zone in Libya? No*". 2 de Março

Los Angeles Times (2011) "*Some backbone at the U.N*". 26 de Fevereiro

Los Angeles Times (2011) "*The Libya tightrope*". 22 de Março

Los Angeles Times (2011) "*War, what is it meant for?*". 12 de Março

NY Daily News (2011) "*Enough with talking tough*". 26 de Fevereiro

NY Daily News (2011) "*Mission: Impenetrable*". 23 de Março

NY Daily News (2011) "*Newt's Yes-No-fly-zone*". 24 de Março

NY Daily News (2011) "*No rush on No-fly*". 6 de Março

NY Daily News (2011) "*Obama goes to war*". 19 de Março

NY Daily News (2011) "*Stop the madman*". 24 de Fevereiro

NY Post (2011) "*And today's Mideast policy is...*". 4 de Março

- NY Post (2011) *"Clueless and flaunting it"*. 8 de Março
- NY Post (2011) *"Mystery mission to Libya"*. 22 de Março
- NY Post (2011) *"Non-leader of the free world"*. 18 de Março
- NY Post (2011) *"The absentee ambassador"*. 26 de Fevereiro
- San Jose Mercury News Group (2011) *"Arab and African leaders need to make clear Gadhafi is no longer wanted"*. 12 de Março
- San Jose Mercury News Group (2011) *"Obama needs to explain the goal in Libya"*. 22 de Março
- San Jose Mercury News Group (2011) *"The U.S. must back the Libyan people"*. 2 de Março
- The New York Times (2011) *"A Saudi Prince's Plea for Reform"*. 25 de Fevereiro
- The New York Times (2011) *"At War in Libya"*. 22 de Março
- The New York Times (2011) *"A Very Liberal Intervention"*. 21 de Março
- The New York Times (2011) *"Can You Hear Libya Now?"*. 5 de Março
- The New York Times (2011) *"Discord Among Allies"*. 24 de Março
- The New York Times (2011) *"Fiddling While Libya Burns"*. 14 de Março
- The New York Times (2011) *"Fight Of The Valkyries"*. 23 de Março
- The New York Times (2011) *"Give Peaceful Resistance a Chance"*. 10 de Março
- The New York Times (2011) *"Here's What We Can Do to Tackle Libya"*. 3 de Março
- The New York Times (2011) *"How the Arabs Turned Shame Into Liberty"*. 27 de Fevereiro
- The New York Times (2011) *"Hugs From Libyans"*. 24 de Março
- The New York Times (2011) *"In Search Of Monsters"*. 13 de Março
- The New York Times (2011) *"Iraq Then, Libya Now"*. 14 de Março
- The New York Times (2011) *"Libya Calling"*. 10 de Março
- The New York Times (2011) *"Libya's Butcher"*. 23 de Fevereiro
- The New York Times (2011) *"Libya's Patient Revolutionaries"*. 3 de Março
- The New York Times (2011) *"On the Line With Libya"*. 24 de Fevereiro
- The New York Times (2011) *"Planning for a Post-Qaddafi Libya"*. 22 de Março
- The New York Times (2011) *"Qaddafi's Crimes and Fantasies"*. 1 de Março

The New York Times (2011) *"Stopping Qaddafi"*. 25 de Fevereiro

The New York Times (2011) *"The Case for a No-Fly Zone"*. 10 de Março

The New York Times (2011) *"The Many Qaddafis"*. 24 de Fevereiro

The New York Times (2011) *"The Problem With Partners"*. 22 de Março

The New York Times (2011) *"Tribes With Flags"*. 23 de Março

The New York Times (2011) *"Washington's Options on Libya"*. 9 de Março

The New York Times (2011) *"Why Qaddafi Has Already Lost"*. 17 de Março

The Washignton Post (2011) *"A chance in Libya"*. 20 de Março

The Washignton Post (2011) *"Aim low on Libya"*. 22 de Março

The Washignton Post (2011) *"A low-key Mideast gamble"*. 6 de Março

The Washignton Post (2011) *"A passive president"*. 27 de Fevereiro

The Washignton Post (2011) *"Atrocities in Libya"*. 22 de Fevereiro

The Washignton Post (2011) *"Beyond 'watching' Libya"*. 25 de Fevereiro

The Washignton Post (2011) *"Confused in Libya"*. 23 de Março

The Washignton Post (2011) *"Containing the Arab extremists"*. 24 de Março

The Washignton Post (2011) *"Engineering passivity"*. 10 de Março

The Washignton Post (2011) *"Fast trip from tyrant to weakling"*. 23 de Março

The Washignton Post (2011) *"First do no harm in Libya"*. 11 de Março

The Washignton Post (2011) *"From Baghdad to Benghazi"*. 4 de Março

The Washignton Post (2011) *"Gaddafi's killer instinct"*. 15 de Março

The Washignton Post (2011) *"Grounding Mr. Gaddafi"*. 3 de Março

The Washignton Post (2011) *"In Libya, our aid matters"*. 12 de Março

The Washignton Post (2011) *"Last on Libya"*. 24 de Fevereiro

The Washignton Post (2011) *"Legal on Libya"*. 22 de Março

The Washignton Post (2011) *"Libya: An Iraq redux?"*. 11 de Março

The Washignton Post (2011) *"Libya's domino effect"*. 14 de Março

The Washignton Post (2011) *"Mideast mission creep"*. 22 de Março

The Washignton Post (2011) *"Mr. Reality Check on the Middle East"*. 23 de Março

The Washignton Post (2011) *"Obama's late arrival"*. 22 de Março

The Washignton Post (2011) *"On Libya, our policy became a hostage"*. 3 de Março

The Washignton Post (2011) *"The dictators we need"*. 22 de Março

The Washignton Post (2011) *"The GOP tackles Obama 2.0"*. 24 de Março

The Washignton Post (2011) *"The Mideast: Who's really in charge?"*. 27 de Fevereiro

The Washignton Post (2011) *"The shadow of Iraq"*. 7 de Março

The Washignton Post (2011) *"Uncle Miltie's plan"*. 22 de Março

The Washignton Post (2011) *"Why aren't we doing more in Libya?"*. 4 de Março

## APÊNDICE I. EDITORIAIS E RESPETIVA ANÁLISE DE CONTEÚDO

NY.T	Título	Tema	Tipos de Argumento	Vozes	Processos	Tom	Enquadramento
23/2	"Libya's Butcher"	Medidas/Resposta Internacional	Autoridade	Kadhafi	Materiais	Neutro	Moral
24/2	"On the Line With Libya"	Medidas/Resposta Internacional	Autoridade	não	Verbais	Neutro	Factual
24/2	"The Many Qaddafis"	Atos de Qaddafi	Pragmático	não	Materiais	Neutro	Moral
25/2	"Stopping Qaddafi"	Medidas/Resposta Internacional	Consenso	não	Relacionais	Negativo	Moral
25/2	"A Saudi Prince's Plea for Reform"	Acontecimentos no Médio Oriente	Exemplificação	não	Relacionais	Neutro	Factual
27/2	"How the Arabs Turned Shame Into Liberty"	Acontecimentos no Médio Oriente	Pragmático	Kadhafi	Mentais	Neutro	Factual
01/3	"Qaddafi's Crimes and Fantasies"	Medidas/Resposta Internacional	Exemplificação	Kadhafi, Hillary C.	Materiais	Negativo	Moral
03/3	"Libya's Patient Revolutionaries"	Atos de Qaddafi	Exemplificação	não	Mentais	Negativo	Dramático
03/3	"Here's What We Can Do to Tackle Libya"	Medidas/Resposta Internacional	Exemplificação	não	Verbais	Negativo	Moral
05/3	"Can You Hear Libya Now?"	Atos de Qaddafi	Pragmático	não	Verbais	Negativo	Factual
09/3	"Washington's Options on Libya"	A posição dos EUA	Pragmático	William Daley	Relacionais	Negativo	Factual
10/3	"Libya Calling"	Atos de Qaddafi	Pragmático	não	Materiais	Negativo	Dramático
10/3	"The Case for a No-Fly Zone"	Intervenção militar	Autoridade	McPeak, John Kerry	Verbais	Negativo	Militar
10/3	"Give Peaceful Resistance a Chance"	Acontecimentos no Médio Oriente	Consenso	não	Materiais	Neutro	Factual
13/3	"In Search Of Monsters"	Acontecimentos no Médio Oriente	Autoridade	Paul Wolfowitz , Robert Gates	Verbais	Negativo	Militar
14/3	"Fiddling While Libya Burns"	Medidas/Resposta Internacional	Autoridade	não	Verbais	Neutro	Militar
14/3	"Iraq Then, Libya Now"	Intervenção militar	Consenso	não	Verbais	Neutro	Militar
17/3	"Why Qaddafi Has Already Lost"	Acontecimentos no Médio Oriente	Exemplificação	não	Materiais	Neutro	Factual
21/3	"A Very Liberal Intervention"	A posição dos EUA	Pragmático	não	Relacionais	Neutro	Militar
22/3	"The Problem With Partners"	Medidas/Resposta Internacional	Exemplificação	não	Materiais	Negativo	Militar
22/3	"Planning for a Post-Qaddafi Libya"	Acontecimentos no Médio Oriente	Pragmático	não	Relacionais	Neutro	Militar
22/3	"At War in Libya"	Intervenção militar	Exemplificação	não	Materiais	Positivo	Militar
23/3	"Tribes With Flags"	Acontecimentos no Médio Oriente	Exemplificação	não	Materiais	Neutro	Factual
23/3	"Fight Of The Valkyries"	A posição dos EUA	Exemplificação	Obama	Mentais	Positivo	Militar

24/3	"Discord Among Allies"	Intervenção militar	Consenso	não	Materiais	Neutro	Factual
24/3	"Hugs From Libyans"	A posição dos EUA	Autoridade	Michel Gabaudan	Verbais	Neutro	Moral

Tabela 9. Editoriais em *The New York Times*

W.P.	Título	Tema	Tipos de Argumento	Vozes	Processos	Tom	Enquadramento
22/2	"Atrocities in Libya"	Atos de Qaddafi	Pragmático	Hillary Clinton, filho de Kadhafi	Materiais	Negativo	Factual
24/2	"Last on Libya"	A posição dos EUA	Exemplificação	Kadhafi, Nicolas Sarkozy, Barack Obama	Verbais	Negativo	Moral
25/2	"Beyond 'watching' Libya"	Medidas/Resposta Internacional	Pragmático	Obama	Relacionais	Negativo	Moral
27/2	"A passive president"	A posição dos EUA	Exemplificação	Ban Ki-Moon, Sarkozy	Verbais	Negativo	Factual
27/2	"The Mideast: Who's really in charge?"	Acontecimentos no Médio Oriente	Exemplificação	Não	Relacionais	Neutro	Factual
03/3	"Grounding Mr. Gaddafi"	Intervenção militar	Consenso	Hillary Clinton, Robert Gates	Verbais	Negativo	Militar
03/3	"On Libya, our policy became a hostage"	A posição dos EUA	Consenso	Não	Verbais	Negativo	Moral
04/3	"Why aren't we doing more in Libya?"	A posição dos EUA	Consenso	Não	Verbais	Negativo	Factual
04/3	"From Baghdad to Benghazi"	A posição dos EUA	Pragmático	Não	Mentais	Neutro	Militar
06/3	"A low-key Mideast gamble"	A posição dos EUA	Autoridade	Não	Mentais	Negativo	Factual
07/3	"The shadow of Iraq"	A posição dos EUA	Consenso	Não	Mentais	Neutro	Factual
10/3	"Engineering passivity"	A posição dos EUA	Pragmático	Hillary Clinton	Mentais	Negativo	Moral
11/3	"First do no harm in Libya"	Medidas/Resposta Internacional	Exemplificação	Não	Materiais	Negativo	Militar
11/3	"Libya: An Iraq redux?"	Medidas/Resposta Internacional	Pragmático	Não	Materiais	Neutro	Militar
12/3	"In Libya, our aid matters"	A posição dos EUA	Pragmático	Não	Relacionais	Neutro	Moral
14/3	"Libya's domino effect"	Acontecimentos no Médio Oriente	Exemplificação	Não	Materiais	Negativo	Factual

15/3	"Gaddafi's killer instinct"	A posição dos EUA	Pragmático	Não	Mentais	Negativo	Moral
20/3	"A chance in Libya"	A posição dos EUA	Pragmático	Kadhafi, Obama	Materiais	Positivo	Militar
22/3	"Uncle Miltie's plan"	A posição dos EUA	Pragmático	Não	Mentais	Negativo	Factual
22/3	"Legal on Libya"	A posição dos EUA	Pragmático	Não	Materiais	Negativo	Militar
22/3	"The dictators we need"	Acontecimentos no Médio Oriente	Exemplificação	Não	Materiais	Negativo	Militar
22/3	"Mideast mission creep"	A posição dos EUA	Exemplificação	Hillary Clinton, Obama	Verbais	Negativo	Militar
22/3	"Obama's late arrival"	A posição dos EUA	Pragmático	John Kerry	Materiais	Negativo	Moral
22/3	"Aim low on Libya"	A posição dos EUA	Exemplificação	Não	Mentais	Positivo	Factual
23/3	"Fast trip from tyrant to weakling"	A posição dos EUA	Pragmático	Obama	Relacionais	Negativo	Factual
23/3	"Confused in Libya"	Intervenção militar	Autoridade	General Carter Ham, Obama, Hillary Clinton	Mentais	Negativo	Militar
23/3	"Mr. Reality Check on the Middle East"	A posição dos EUA	Autoridade	Robert Gates	Verbais	Neutro	Factual
24/3	"The GOP tackles Obama 2.0"	A posição dos EUA	Exemplificação	Mitt Romney, Newt Gingrich, Mitch McConnell	Verbais	Negativo	Factual
24/3	"Containing the Arab extremists"	Acontecimentos no Médio Oriente	Exemplificação	Não	Mentais	Neutro	Factual

Tabela 10. Editoriais em *The Washington Post*

NY.DN	Título	Tema	Tipos de Argumento	Vozes	Processos	Tom	Enquadramento
24/2	"Stop the madman"	Medidas/Resposta Internacional	Consenso	Obama	Mentais	Neutro	Moral
26/2	"Enough with talking tough"	A posição dos EUA	Pragmático	Não	Mentais	Negativo	Moral
06/3	"No rush on No-fly"	A posição dos EUA	Pragmático	Robert Gates, Obama	Materiais	Positivo	Militar
19/3	"Obama goes to war"	A posição dos EUA	Pragmático	Obama, Hillary Clinton	Materiais	Neutro	Militar
23/3	"Mission: Impenetrable"	A posição dos EUA	Pragmático	Robert Gates	Verbais	Negativo	Militar
24/3	"Newt's Yes-No-fly-zone"	A posição dos EUA	Exemplificação	Newt Gingrich	Verbais	Negativo	Irónico

Tabela 11. Editoriais em *New York Daily News*

NY.P	Título	Tema	Tipos de Argumento	Vozes	Processos	Tom	Enquadramento
26/2	"The absentee ambassador"	A posição dos EUA	Pragmático	Não	Relacionais	Negativo	Irónico
04/3	"And today's Mideast policy is..."	A posição dos EUA	Consenso	Obama, Robert Gates	Mentais	Negativo	Moral
08/3	"Clueless and flaunting it"	A posição dos EUA	Autoridade	Obama, Robert Gates, John McCain, John Kerry	Verbais	Negativo	Moral
18/3	"Non-leader of the free world"	A posição dos EUA	Pragmático	Obama, Kadhafi	Materiais	Negativo	Moral
22/3	"Mystery mission to Libya"	A posição dos EUA	Exemplificação	Obama, Mike Mullen	Materiais	Neutro	Moral

Tabela 12. Editoriais em *New York Post*

H.C.	Título	Tema	Tipos de Argumento	Vozes	Processos	Tom	Enquadramento
26/2	"Free Libya"	A posição dos EUA	Pragmático	Não	Materiais	Neutro	Factual

Tabela 14. Editoriais em *Houston Chronicle*

SJM	Título	Tema	Tipos de Argumento	Vozes	Processos	Tom	Enquadramento
02/3	"The U.S. must back the Libyan people"	A posição dos EUA	Pragmático	Hillary Clinton	Materiais	Neutro	Militar
12/3	"Arab and African leaders need to make clear Gadhafi is no longer wanted"	Medidas/Resposta Internacional	Pragmático	Não	Mentais	Neutro	Factual
22/3	"Obama needs to explain the goal in Libya"	A posição dos EUA	Exemplificação	John Boehner	Verbais	Negativo	Factual

Tabela 13. Editoriais em *San Jose Mercury News*

LA.N	Título	Tema	Tipos de Argumento	Vozes	Processos	Tom	Enquadramento
11/3	"Keep out of Libya"	A posição dos EUA	Consenso	Não	Mentais	Negativo	Militar
12/3	"Obama must act to force ouster of Gadhafi"	A posição dos EUA	Exemplificação	Não	Materiais	Negativo	Moral
21/3	"U.S. in Libya: What's next?"	A posição dos EUA	Pragmático	Richard Lugar	Mentais	Negativo	Moral

Tabela 15. Editoriais em *Los Angeles News*



CH.T	Título	Tema	Tipos de Argumento	Vozes	Processos	Tom	Enquadramento
04/3	"Shoving Gadhafi"	Medidas/Resposta Internacional	Exemplificação	Robert Gates	Relacionais	Negativo	Moral
11/3	"Plan of action"	Intervenção militar	Exemplificação	Mike Mullen	Materiais	Negativo	Moral
23/3	"Goldilocks doctrine: The right course?"	A posição dos EUA	Pragmático	Winston Churchill, Kadhafi, Hillary Clinton	Mentais	Negativo	Moral
24/3	"War: Obama's fatal attraction"	A posição dos EUA	Exemplificação	Obama	Materiais	Negativo	Moral

Tabela 16. Editoriais em *Chicago Tribune*

CH.S	Título	Subtema	Tema	Tipos de Argumento	Vozes	Processos	Tom	Enquadramento
04/3	"U.S. lacks courage vs. Gadhafi"	A inércia dos EUA	A posição dos EUA	Consenso	Não	Mentais	Negativo	Moral

Tabela 17. Editoriais em *Chicago Sun*









LA.T	Título	Tema	Tipos de Argumento	Vozes	Processos	Tom	Enquadramento
26/2	"Some backbone at the U.N"	Medidas/Resposta Internacional	Consenso	Kofi Annan	Mentais	Negativo	Moral
02/3	"A no-fly zone in Libya? No"	A posição dos EUA	Autoridade	Não	Mentais	Neutro	Moral
12/3	"War, what is it meant for?"	A posição dos EUA	Exemplificação	Não	Mentais	Neutro	Moral
19/3	"The Libya tightrope"	Intervenção militar	Pragmático	Não	Materiais	Neutro	Moral

Tabela 18. Editoriais em *Los Angeles Times*

## ANEXO I. CRONOLOGIA




Data	Acontecimento
16 de Fevereiro	Prisão de ativista de direitos humanos provoca o início das manifestações em Benghazi.
17 de Fevereiro	É organizado o “dia da raiva”. Confrontos entre manifestantes e tropas de Kadhafi nas cidades de Benghazi e al-Bayda .
18 de Fevereiro	Kadhafi impõe um <i>blackout</i> aos meios de comunicação. Dezenas de manifestantes são mortos pelas forças de segurança de Kadhafi.
20 de Fevereiro	Filho de Kadhafi discursa na televisão líbia e adverte para uma guerra civil. Manifestações chegam à cidade de Trípoli. Confrontos fazem mais de 200 mortos.
21 de Fevereiro	Dois pilotos das forças aéreas líbias recusam bombardear civis, fogem e aterram em Malta Diplomatas líbios por todo o mundo demitem-se como protesto à repressão violenta do regime.
22 de Fevereiro	Kadhafi faz um anúncio televisivo em que apela ao confronto contra os manifestantes e garante que não fugirá.
23 de Fevereiro	O primeiro jornalista estrangeiro chega a Benghazi após o <i>blackout</i> . Os rebeldes tomam o controlo de Benghazi.
24 de Fevereiro	Ativistas fecham explorações de petróleo. Grupos de rebeldes mobilizam-se no oeste do país.
25 de Fevereiro	Revolução chega a Trípoli. Forças de segurança disparam contra os manifestantes. Kadhafi faz um novo discurso em que promete “abrir os arsenais” contra os manifestantes.
26 de Fevereiro	O conselho de segurança da ONU vota em unanimidade a referência de Kadhafi ao Tribunal Penal Internacional por crimes de guerra. A resolução também impôs “travel and asset sanctions” ao ditador e à sua comitiva.

27 de Fevereiro	●	Os moradores celebram como revolucionários anti-Kadhafi e tomam controlo de Zawiyah, uma cidade a apenas 30milhas da Capital da Libia .
2 de Março	●	Começa uma ajuda aérea em massa aos refugiados egípcios desde a fronteira Líbia-Tunísia até ao Cairo envolvendo aviões britânicos, franceses e tunisinos assim como prevenção dos estados árabes contra a intervenção no conflito da Líbia
3 de Março	●	Obama insurge-se contra Kadhafi e diz-lhe para estar quieto dizendo-lhe que perdeu a legitimidade para liderar após a resposta violenta de Tripoli aos protestos. O Tribunal Penal Internacional avisa que vai investigar Kadhafi por crimes contra a humanidade.
5 de Março	●	Uma retaliação ajustada das tropas de Kadhafi encontra forças opositoras cercadas em Zawiyah após alguns dos combates mais selvagens. Os dois lados disputam quem controla o quê.
6 de Março	●	Um esforço diplomático britânico para atingir os rebeldes libios termina em humilhação assim como a equipa de agentes especiais e de diplomacia inteligente britânicos são detidos por agricultores e deixam a Libia.
7 de Março	●	Jatos libios lançam múltiplos ataques contra os aviões opositores próximo de Ras Lanuf (uma cidade de petróleo) para tentar deter a vantagem rebelde. O secretário geral das Nações Unidas apela pelo fim dos ataques aos civis.
8 de Março	●	As forças de Kadhafi lançam um ataque final em Zawiyah. David Cameron e Obama concordam em delinir todas as hipóteses de repostas militares à crise na Libia incluindo uma possível zona de exclusão aérea.
9 de Março	●	Kadhafi avisa que a zona de exclusão aérea no espaço aéreo Libio encontrará resistência armada e tomará como prova de que os poderes ocidentais tentam roubar o petróleo do seu país.
10 de Março	●	O regime de Kadhafi avisa que o "tempo para acção" chegou como um assalto militar sustentado contra os rebeldes libios na estratégica cidade de Zawiyah.
11 de Março	●	Sarkozy apela ao lançamento de ataques aéreos contra o regime Libio se as forças de Kadhafi usarem armas químicas ou ataque aéreos contra civis.
12 de Março	●	as forças de Kadhafi derrotam os rebeldes no este da Libia levando-os em retirada desde Brega e abrindo caminho para principal fortaleza opositora, Benghazi.

13 de Março		Morre um <i>cameramen</i> da tv al-jazeera próximo de Benghazi após sofrer uma emboscada por parte das forças leais de Kadhafi.
14 de Março		Um líder revolucionário Libio apela aos poderes ocidentais para assassinar Kadhafi e para lançar ataques militares contra as suas forças para proteger as cidades dos rebeldes da ameaça de ataques sangentos
18 de Março		O conselho de segurança vota por uma resolução autorizando todas as medidas necessárias para proteger os civis sob ameaças de ataques, particularmente em Benghazi. 10 membros votaram a favor e 5 abstiveram-se.
19 de Março		Ataques aéreos e por mísseis ocidentais contra os militares de Kadhafi na operação "Odyssey Dawn, o maior ataque contra regimes árabes desde a invasão do Iraque em 2003, detiveram a ofensiva contra os rebeldes em Benghazi.
21 de Março		Um edifício de Kadhafi é destruído em Trípoli durante a segunda noite de ataques aéreos contra o regime. Os oficiais militares americanos e britânicos negam que o líder tenha sido atingido.
22 de Março		3ª noite de ataques aéreos atinge a Líbia. David Cameron diz que Kadhafi pode ser um alvo legítimo, o chefe do staff de defesa nega isso. A NATO discute adiar a delegação dos comandos operacionais dos EUA.
23 de Março		A Grã-Bretanha, França e EUA concordam que a NATO tomará o comando militar da zona de exclusão aérea. Um grupo separado incluindo os países árabes terão supervisão política.
24 de Março		Jatos franceses de combate destroem um avião Líbio em Misrata: a primeira imposição da zona de exclusão aérea. Trípoli proclama a morte de aproximadamente 100 civis nos ataques dos aliados.

Quadro 2. Cronologia dos principais acontecimentos na Líbia

Fonte: <http://www.theguardian.com/world/interactive/2011/mar/22/middle-east-protest-interactive-timeline>

-  Protesto/resposta do governo ao protesto
-  Movimento político
-  Resposta internacional/externa

## ANEXO II. REVOLUÇÕES ÁRABES POR ORDEM CRONOLÓGICA



Figura 4. Mapa Norte de África e Médio Oriente

Fonte: [http://tripline.net/trip/Map\\_of\\_the\\_Arab\\_Spring\\_Protests-2173004375451003A9ECA90105EA623](http://tripline.net/trip/Map_of_the_Arab_Spring_Protests-2173004375451003A9ECA90105EA623)